

Revista de filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

31

TEXTO & DEBATES

ISSN 1413~9987

ISSN On-line 2317~1448



DOSSIÊ: SOCIEDADE E FRONTEIRAS

Produção de Conhecimento e Formação Interdisciplinar



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 31



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

ISSN On-line 2317-1448

Textos e Debates | Boa Vista | Nº 31 | V. 1 | p. 1-141 | 2017

Ficha catalográfica

Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 2317-1448

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de Espanha; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos e Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)

Conselho Executivo

Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Souza (UFRR)
Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
n° 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
George Brendom Pereira dos Santos

DOSSIÊ III
SOCIEDADE E FRONTEIRAS
Produção do Conhecimento e Formação Interdisciplinar

APRESENTAÇÃO	7
Sandro Martins de Almeida Santos Ana Lúcia de Sousa	
ARTIGOS	
FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: RETALHOS DA NOSSA HISTÓRIA	11
Marcelo Gustavo Aguilar Calegare Maria Ivonete Barbosa Tamboril	
NARRATIVAS DE HISTORIA DE VIDA E PROJETO DE FUTURO NO ESTUDO DO PROCESSO DE IDENTIDADE	33
Cecília Pescatore Alves	
ORO, SEXO Y PODER: VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES INDÍGENAS EN LOS CONTEXTOS MINEROS DE LA FRONTERA AMAZÓNICA COLOMBO-VENEZOLANA	43
Alicia Moncada Acosta	
POLÍTICAS CULTURAIS E AMBIENTAIS, COMUNIDADES E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE IDENTIDADES, AMBIENTE E TECNOLOGIAS PATRIMONIAIS	55
José Rogério Lopes Mauro Meirelles	
QUESTÃO AGRÁRIA: PROJEÇÕES SOCIETAIS EM CONFRONTO	79
Delma Pessanha Neves	
REPRESENTAÇÕES CIDADINAS: ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DAS TRINCHEIRAS ESPACIAIS EM BOA VISTA-RR	107
Leandro Roberto Neves Naoma Gordon Melville Márcia Justino da Silva	
SUBJETIVIDADES CAPITALIZADAS E OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO COTIDIANO: UMA EXPERIÊNCIA DE COLETIVIZAÇÃO NUM ASSENTAMENTO DO MST EM RONDÔNIA. ...	131
Juliana da Silva Nóbrega	

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 22 e 25 de Novembro de 2016, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) recebeu, em seus espaços, mais de quinhentos pesquisadores - estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e profissionais de distintas matrizes disciplinares - para realização do III Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras (III SISF) – promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da UFRR – e V Encontro Norte-Nordeste de Psicologia Social (V ENNABRAPSO) – auspiciado pelo Núcleo Roraima da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO-RR). O evento, realizado em conjunto, contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), e teve como tema a *Produção de Conhecimento e Formação Interdisciplinar*, abarcando discussões relevantes sobre os processos atuais de formação e produção do conhecimento atravessando as fronteiras disciplinares.

O presente Dossiê Sociedade e Fronteiras, o terceiro publicado pela *Revista Textos e Debates*, traz um conjunto de artigos com temas debatidos no III SISF/V ENNABRAPSO, demonstrando o espírito do evento, marcado pela disposição coletiva, que permitiu ambiente favorável aos promissores diálogos entre Psicólogos, Historiadores, Sociólogos, Antropólogos, Cientistas Políticos, Economistas, Geógrafos, Filósofos e outras áreas afins ao campo das Ciências Humanas e Sociais. Ao longo da semana, nas mesas redondas e mesas temáticas, foram debatidos, além das potencialidades e desafios dos estudos interdisciplinares na pós-graduação, assuntos pertinentes às questões urbanas e ambientais; políticas e desafios do mundo agrário; formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social; migrações e direitos humanos; interculturalidade e suas fronteiras; subjetividades capitalizadas e os desafios para a efetivação cotidiana da democracia; memórias, narrativas e identidades. Além das conferências e mesas redondas, foram realizados vinte e dois Grupos de Trabalho cujas apresentações orais estão publicadas nos ANAIS do evento, disponíveis no site: www.ufr.br/sisf.

A *Revista Textos e Debates*, ao publicar o *Dossiê Sociedade e Fronteiras: produção de conhecimento e formação interdisciplinar*, compartilhando com a comunidade acadêmica e demais interessados alguns dos conteúdos debatidos durante o Evento, cumpre com sua função social, disseminando conhecimento, ao mesmo tempo em que favorece a

consolidação do PPGSOF como importante centro de produção de conhecimento e formação interdisciplinar na região norte do Brasil e na Amazônia.

O primeiro artigo do Dossiê versa justamente sobre a *Formação, atuação e produção de conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira*, de autoria de Marcelo Gustavo Aguilar Calegare e Maria Ivonete Barbosa Tamboril. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, os autores apresentam um balanço da graduação e pós-graduação em Psicologia (Social) no Brasil e especificamente na região norte. Calegare e Tamboril identificam a formação acadêmica como um imperativo para superação das assimetrias inter e intra regionais, e problematizam o lugar dos psicólogos nas políticas públicas.

No segundo texto, Cecília Pescatore Alves convida os leitores para conhecer as *Narrativas de história de vida e projetos de futuro no estudo da identidade*. partindo da experiência profissional comprometida com a realidade social e do percurso acadêmico que a possibilitou apropriação de um método de investigação para o estudo da identidade humana. Tomando referenciais dialéticos e materialistas históricos, a autora abre a possibilidade de que o narrador exponha sua atividade no mundo em relação com o outro, permitindo ao investigador conhecer as condições sociais e historicamente engendradas reunidas em torno do indivíduo.

Na sequência temos o relato da venezuelana Alicia Moncada Acosta sobre a violência contra mulheres indígenas nos garimpos na fronteira entre Colômbia e Venezuela. Em *Oro, sexo y poder: violencia contra las mujeres indígenas en los contextos mineros de la frontera Amazónica colombo-venezolana*, a autora analisa os múltiplos passivos socioambientais da mineração, seja legal ou ilegal, sobre os povos indígenas, ressaltando as formas de violência sexual que afetam as mulheres indígenas. Relacionando a atividade garimpeira com o poder patriarcal, Alicia sustenta que a atividade mineradora desarticula a vida comunitária dos povos indígenas transfronteiriços e cria uma economia de exploração na qual tanto as mulheres como a natureza são desvalorizadas e depredadas.

Ainda no tocante às relações com a natureza, temos a importante contribuição de José Rogério Lopes e Mauro Meirelles, no artigo *Políticas culturais e ambientais, comunidades e interculturalidade: uma análise das interações entre identidades, ambiente e tecnologias patrimoniais*. Apresentando sua trajetória de pesquisa junto a produtores de bens identitários ou de marcação social, os autores evidenciam o caráter sensível das interações diretas dos agentes com os contextos ambientais em que estão inse-

ridos. Por meio de um mapa conceitual, discutem os deslocamentos de sentido (ou da percepção de si) que produzem continuidades e descontinuidades nos arranjos comunitários de identidades e matérias-primas utilizadas na produção dos seus bens de marcação social.

A questão agrária é colocada em evidência por Delma Pessanha Neves no artigo *Questão agrária: projeções sociais em confronto*. Refletindo sobre o tema, a autora problematiza sobre os significados apriorísticos e a projeção de modelos de sociedade. Ela analisa o confronto de sentidos específicos consonantes às dinâmicas de jogos de forças sociais. O tema da questão agrária no Brasil, segundo ela, apresenta-se formulado segundo acirrados embates políticos e ideológicos associados a diversidades de formas de contraposição assumidas por agentes sociais alinhados por essas mesmas confrontações.

Passando do campo para a cidade, temos o artigo de Leandro Roberto Neves, Naoma Gordon Melville e Márcia Justino da Silva, sobre as *Representações cidadinas: aspectos do desenvolvimento urbano e das trincheiras espaciais em Boa Vista – RR*. Os autores elegem um bairro e uma manifestação cultural, enfatizando como o material e o imaterial estão em processo de transformação, saindo de um modelo de sociedade pautada nos valores rurais para atender as necessidades do modelo urbano. O artigo analisa como são produzidas as trincheiras espaciais simbólicas por meio das habitações em uma área de vulnerabilidade social e apresenta as mudanças em uma “festa junina” face ao mercado cultural da capital roraimense.

Fechando esta coletânea, temos o artigo de Juliana da Silva Nóbrega sobre as *Subjetividades capitalizadas e os desafios para a efetivação da democracia no cotidiano: uma experiência de coletivização num assentamento do MST em Rondônia*. O texto discute a possibilidade de produção de subjetividades anticapitalistas no cerne da sociedade atual. A autora aborda uma ocupação de terras com mais de vinte anos, protagonizada por famílias que se organizaram de forma coletiva para o trabalho agrícola e a posse e uso do espaço. Ao longo dos anos de luta pela oficialização do assentamento, evidencia-se a formação de subjetividades e de um lugar cuja vida é guiada não pela lógica capitalista, mas por um projeto político de sociedade anticapitalista e contra-hegemônico.

Este *Dossiê*, como afirmado anteriormente, é um desdobramento dos debates ocorridos no III SISF/V ENNABRAPSO, que teve como propósito a reunião de especialistas de diversos campos do saber, de distintas instituições de ensino e pes-

quisa e de outros países, tendo como tema a reflexão sobre os desafios da produção interdisciplinar do conhecimento. Foram reunidas, nesta coletânea, algumas contribuições que acreditamos venham somar qualidade aos debates interdisciplinares de questões pertinentes não somente ao mundo acadêmico, mas também à vida em sociedade, em suas múltiplas escalas, do local ao global e do global ao local.

Desejamos uma boa leitura!

Boa Vista, 28 de março de 2017.

Sandro Martins de Almeida Santos

Ana Lúcia de Sousa

ARTIGO

FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: RETALHOS DA NOSSA HISTÓRIA

Resumo

O trabalho discute a formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira. Com base na pesquisa documental e bibliográfica, inicialmente apresenta um breve levantamento dos dados quantitativos sobre a graduação e a pós-graduação no Brasil e na região norte, com foco na Psicologia (Social), procurando destacar os avanços e os desafios atuais da produção do conhecimento nessa área. Em seguida focaliza a formação na graduação e na pós-graduação, compreendidas como um contínuo necessário e imperativo para a superação das assimetrias inter e intra regionais. Também se discute a atuação profissional e a demanda por psicólogos nas políticas públicas. Por fim, sugere princípios e estratégias transformadoras e comprometidas com a efetivação de uma Psicologia Social latino-americana adaptada ao contexto amazônico.

Palavras-Chave: Formação; Atuação profissional; Conhecimento; Psicologia Social; Amazônia.

Abstract

The paper discusses the formation, actuation and production of knowledge in Social Psychology in the Brazilian Amazon. Based on documentary and bibliographic research, initially we present a brief survey of quantitative data about graduate and postgraduate in Brazil and in the northern region, focusing on (Social) Psychology, seeking to highlight the advances and the current challenges of the production of knowledge in this area. Then, we focus on undergraduate and postgraduate's formation, comprising as a necessary and imperative continuity for overcoming inter and intra-regional asymmetries. We also discuss professional actuation and demand for psychologists in public policies. Finally, we suggest principles and transformative and committed strategies to the execution of a Latin American Social Psychology adapted to the Amazonian context.

Keywords: Formation; Professional actuation; Knowledge; Social Psychology; Amazon.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: mgacalegare@gmail.com

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: ivonetetamboril@unir.br

Introdução

Neste trabalho, nosso propósito é discutir a formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira. Para isso apresentamos inicialmente um breve levantamento dos dados quantitativos sobre a graduação e a pós-graduação no Brasil e na região norte, fazendo o recorte da Psicologia (e Psicologia Social) e procurando destacar os avanços e os desafios atuais da produção do conhecimento nessa área. Em seguida focamos a formação na graduação, abordando aspectos necessários e imperativos para a superação das assimetrias inter e intra regionais. Também se discute a atuação profissional e a atual demanda por psicólogas e psicólogos nas políticas públicas, rompendo com o elitismo tradicional da profissão. Por fim, sugerem-se princípios e estratégias transformadoras e comprometidas com a efetivação de uma Psicologia Social latino-americana adaptada ao contexto amazônico. Com isso, esperamos contribuir minimamente na construção e no fazer de uma Psicologia Social capaz de compreender, vivenciar, aprender e respeitar a diversidade e identidade dos povos amazônidas, irmanada na América Latina.

Iniciando nossa conversa: graduação e pós-graduação na região norte

Em nosso país, o modelo instituído e já consolidado da produção do conhecimento de natureza científica nos permite afirmar que o *locus* da formação e, consequentemente, desta produção, encontra-se fortemente concentrado no sistema nacional de pós-graduação da rede federal de ensino, sob a responsabilidade de docentes pesquisadores e pesquisadoras. É rara a existência de centros de excelência descolados, independentes ou sem vínculos com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Se tomarmos isso como parâmetro, podemos inferir que para ocorrer produção de conhecimento em qualquer área é imprescindível a existência de programas de pós-graduações consolidados e pessoas qualificadas para atuarem neles com titulação mínima de doutorado.

Considerando esse parâmetro inicial para discutirmos a formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira, precisamos olhar qual a capacidade instalada na região e em que condições ela se dá em relação às demais regiões do país. Nossa premissa é a de que a formação, atuação e produção do conhecimento em qualquer área ou local está intrinsecamente ligada às condições institucionais envolvendo financiamento, recursos humanos e estruturais. O que nos faz questionar: produção do conhecimento, em que ou em quais con-

dições e circunstâncias? Como atuar criticamente em meio a tantas desigualdades sociais? O que deve fazer/ ou o que faz o psicólogo ou a psicóloga comprometido com a transformação social? O que fazer? Como fazer?

Ao analisarmos os dados apresentados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2016), realizado pela proporção de números de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil por unidade federativa, tendo como parâmetro os anos de 1996 e 2014, verificaremos que embora tenha havido um crescimento significativos no país durante o período aferido, todos os estados da região norte ocupam as últimas posições, com exceção Pará e do Amazonas. Como bem sabemos, a região norte por sua extensão territorial é a maior do Brasil, constituída de sete estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com uma população estimada em 2016, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), em de 17.707.783 habitantes. Possui uma riqueza ímpar em biodiversidade, água potável, minérios, flora e fauna, além de uma população amazônida guardiã de um vasto conhecimento milenar sobre a floresta e sua própria cultura. Entretanto, é atravessada e impactada pelos intensos e devastadores processos migratórios e projetos desenvolvimentistas pensados para a região.

Se nossa premissa é verdadeira, para que se produza conhecimento na região norte uma das condições indispensável será a capacidade instalada da pós-graduação *strictu sensu*. Ora, durante o processo de colonização os estados do Pará e do Amazonas foram os primeiros a serem ocupados ainda nos séculos XVIII e XIX, mas somente no século XX é que foram criadas as primeiras universidades federais. Todavia, o mesmo não aconteceu nos demais estados da região norte, como aponta o Quadro 01.

**QUADRO 01: INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
REGIÃO NORTE¹**

ORD.	INSTITUIÇÃO	ANO	UF
01	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	1945	Pará
02	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1957	Pará
03	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1962	Amazonas
04	Universidade Federal do Acre (UFAC)	1971	Acre
05	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	1982	Rondônia
06	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	1985	Roraima
07	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	1990	Amapá
08	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	2000	Tocantins
09	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	2009	Pará
10	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	2013	Pará

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

Uma das consequências desse tardio processo de instalação das universidades na região se refletiu na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação e, conseqüentemente, na formação de recursos humanos locais. Agregou-se a isso a escassez de investimentos atrativos para a fixação de mão de obra qualificada em diversas áreas do conhecimento. Também favoreceu a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, neste caso, por meio de cursos de especialização de curta duração.

Decorridos pouco mais de sessenta anos da criação dos primeiros cursos específicos em Psicologia na década de 1950, e da regulamentação da profissão, em 1962, levantamento realizado junto ao Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, ferramenta do Ministério da Educação (MEC), confirmam a existência de 560 cursos de graduação em Psicologia, estando a maioria concentrados na região sudeste. Deste total, apenas 41 estão localizados na região norte, ofertados prioritariamente pela iniciativa privada, que é responsável por 78% da oferta de cursos de graduação em Psicologia, nível bacharelado, ficando apenas 22% em instituições públicas, majoritariamente federais.

¹ Os dados consultados foram da plataforma e-mec, oficialmente alimentados pelas próprias instituições com as datas de credenciamento. Sabe-se, entretanto, que tal credenciamento não corresponde, necessariamente, à data de fundação da universidade. Por exemplo, em 1909 fundou-se a Escola Universitária Livre de Manáos, que posteriormente foi renomeada de Universidade do Amazonas e, em seguida, de Universidade Federal do Amazonas.

**QUADRO 02: QUANTIDADE DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
REGIÃO NORTE – 2016**

ORD	ESTADO	QUANTIDADE DE CURSOS		
		PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
01	ACRE	01	03	04
02	AMAPÁ	00	03	03
03	AMAZONAS	01	08	09
04	PARÁ	02	05	07
05	RONDÔNIA	01	10	11
06	RORAIMA	01	01	02
07	TOCANTINS	03	02	05
TOTAL		09	32	41

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

Se houve essa disparidade regional na graduação, na pós-graduação a desigualdade é extrema se comparada as demais regiões do país, o que pode ser confirmado através dos dados quantitativos de programas recomendados e reconhecidos disponíveis na plataforma Sucupira, apresentados no Quadro 03.

QUADRO 03: DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RECOMENDADOS E RECONHECIDOS – BRASIL-2016

Região	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
CENTRO-OESTE	346	138	9	47	152	498	290	161	47
NORDESTE	861	388	14	136	323	1184	711	337	136
NORTE	232	106	4	44	78	311	184	82	45
SUDESTE	1914	396	41	368	1109	3023	1505	1150	368
SUL	903	290	10	150	453	1355	743	462	150
Totais	4256	1318	78	745	2115	6371	3433	2192	746

Legenda: ME: Mestrado Acadêmico. DO: Doutorado. MF: Mestrado Profissional. ME/DO: Mestrado e Doutorado.

Fonte: www.plataformasucupira.gov.br

De acordo com os dados acima, o Brasil possui 4.256 programas de pós-graduação que ofertam 6.371 cursos de mestrados acadêmicos ou profissionais e doutorados. A área da Psicologia possui 84 programas e 137 cursos. Dos 6.371 cursos

de pós-graduação no país, 311 estão localizados na região norte concentrados nos estados do Pará e do Amazonas conforme demonstrado no Quadro 04.

QUADRO 04: DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RECOMENDADOS E RECONHECIDOS REGIÃO NORTE-2016

UF	Total de Programas de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
Acre	10	6	0	1	3	13	9	3	1
Amazonas	59	30	1	7	21	80	51	22	7
Amapá	4	3	0	0	1	5	4	1	0
Pará	108	39	3	23	43	151	82	46	23
Rondônia	14	7	0	4	3	18	10	3	5
Roraima	14	9	0	3	2	16	11	2	3
Tocantins	23	12	0	6	5	28	17	5	6
Totais	232	106	4	44	78	311	184	82	45
Legenda: ME: Mestrado Acadêmico. DO: Doutorado. MF: Mestrado Profissional. ME/DO: Mestrado e Doutorado.									

Fonte: www.plataformasucupira.gov.br

Dos 311 cursos de pós-graduação na região norte, apenas 7 são de Psicologia. O primeiro programa de pós-graduação em Psicologia na região norte foi da área experimental e passou a funcionar a partir de 1987 com mestrado, tendo seu doutorado aprovado doze anos depois, em 1999 (Quadro 05). Tais dados nos permitem supor que foi somente no início do século XXI que as condições políticas e acadêmicas favoreceram a criação de novos cursos na região. Uma questão a ser refletida é que apesar da UFAM e da UNIR terem cursos de graduação em Psicologia há mais de vinte anos, somente em 2009 é que essas instituições obtiveram da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a recomendação para a oferta de mestrado acadêmico em Psicologia.

QUADRO 05: DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA RECOMENDADOS E RECONHECIDOS REGIÃO NORTE-2016

IFES	NOME	ÁREA BÁSICA	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL	INÍCIO	NOTA
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento)	Psicologia	Ecoetologia Psicologia experimental	Mestrado	1987	5
				Doutorado	1999	5
	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Mestrado	2005	4
				Doutorado	2014	4
	Neurociências e Comportamento	Psicobiologia	Neurociências e Comportamento	Mestrado	2014	3
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Mestrado	2009	3
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Mestrado	2009	3

Fonte: www.plataformasucupira.gov.br

Dentre as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduações existentes na região norte, a Psicologia Social comparece de forma tímida e transversal, mais na descrição da linha do que na nomeação. O programa da UFPA apresenta a linha “Psicologia, Sociedade e Saúde”, o da UFAM “processos psicossociais” e o da UNIR “Saúde e processos psicossociais”. Entretanto, nessa última apesar de conter o termo “processos psicossociais”, a descrição da linha não interage com as demais. Bem diferente da tendência nacional, pois segundo documento da área da Psicologia, as linhas de pesquisa dos programas de Pós-Graduação, em 2015, totalizaram 326 linhas por subáreas da Psicologia. Destas, 47 são em Psicologia Social, o que corresponde ao maior percentual de todos (14,4%).

Esse rápido panorama nos permite inferir que se continuarmos nesse ritmo, dificilmente alcançaremos as condições necessárias para a superação das imensas desigualdades inter e intra regionais no Brasil, pelo menos em curto ou médio pra-

zo. Essas assimetrias frequentemente são apontadas nos documentos oficiais dos governos e retratadas nos planos e programas que compõe a política nacional de educação, no entanto parece-nos que os resultados são incipientes. O que também já apontaram Tourinho e Bastos (2010), que nas demandas dirigidas à pós-graduação no Brasil, a área de Psicologia precisaria enfrentar vários desafios, dentre eles a expansão geográfica e temática superando as assimetrias regionais.

Dentre as metas previstas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela lei 13.005 de 2014, destacamos a meta 14 que trata da pós-graduação e prevê a elevação gradualmente do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, até atingir a titulação anual de 60.000 mestres/mestras e 25.000 doutores/doutoras. Para o cumprimento da meta o plano define 15 estratégias voltadas para o financiamento, integração, expansão, fortalecimento, implementação e consolidação de programas de pós-graduação no país. Todavia, apenas a estratégia cinco menciona as desigualdades regionais, conforme listadas abaixo:

Estratégias:

- 14.1) expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;
- 14.2) estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa;
- 14.3) expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;
- 14.4) expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;
- 14.5) implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;
- 14.6) ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;
- 14.7) manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 14.8) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;
- 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- 14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;

- 14.12) ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;
- 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;
- 14.14) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;
- 14.15) estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes

De acordo com os dados do Observatório do PNE disponíveis no site www.observatoriopne.org.br, a estratégia 14.5 referente a desigualdade ainda não foi implementada e as demais a efetivação também é mínima.

Outro documento importante a ser mencionado é o Plano Nacional de Pós-Graduação planejado para ser executado entre os anos de 2011 e 2020, organizado em cinco eixos que também reconhece as desigualdades e a saber: 1. A expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2. A criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3. O aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C, T&I; 4. A multi- e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5. O apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

Apesar dos esforços as assimetrias persistem entre programas e cursos tanto nos aspectos quantitativos quanto nos qualitativos. A distribuição geográfica de programas e de conceitos no país concentrados nas regiões sul e sudeste atestam essa realidade, basta olharmos os dados apresentados.

Da formação de psicólogas e de psicólogos

Tal qual acontece em outras regiões do país, é comum encontrarmos nos cursos de Psicologia da região norte uma estrutura curricular que se pode chamar de tradicional, isto é, prioritariamente voltada à formação de psicólogas clínicas e, num segundo nível de importância, à atuação escolar e à organizacional. Ou seja, boa parte dos currículos ainda segue o modelo tradicional de Psicologia voltado às áreas

Clínica, Escolar e Organizacional/Trabalho, com amplo predomínio da primeira, como eram os primeiros currículos elaborados no país. Como já criticado por Bock (2009), esse tipo de formação voltado prioritariamente à área Clínica mostra seu compromisso com as elites, que podem pagar por um tratamento psicológico. Nesse sentido, Yamamoto (2009) relembra que até meados dos anos 1980, apenas 15% da população tinha acesso à psicóloga, que atuava prioritariamente nos consultórios particulares. Será que é isso que queremos para nossa profissão atualmente? Que formação estamos oferecendo? É preciso repensar se queremos continuar a dar grande ênfase à formação para a atuação clínica, ou se está no momento de rever para quais outros tipos de atividades e público queremos formar novas psicólogas.

Felizmente, a formação pautada numa Psicologia colonial e burguesa, como chama Salvador (2010), vem sendo transformada aos poucos, de modo gradual e processual, em direção ao maior compromisso social da Psicologia, não mais voltada unicamente às elites, mas que atenda às demandas da população em geral. Isso tem acontecido principalmente por meio da inserção da psicóloga nas políticas públicas, dos anos 1990 em diante. Até aquele momento se observava o que Gonçalves (2014) chamou de *presença ausente* (dentro de algumas políticas, mas pelo ajustamento ao sistema) e *ausência presente* (fora das políticas, mas buscando transformação social) da psicóloga nas políticas públicas. Atualmente, já se fala em sua *presença presente*: partindo de formação pautada em teorias que consideram a constituição histórica dos fenômenos psicossociais, direciona-se a atuação às políticas públicas, com compromisso social com a maioria da população brasileira e tendo em vista uma sociedade mais democrática, com a cidadania respeitada e boa de se viver para todos.

Exemplo dessa mudança de local de atuação da psicóloga pode ser verificado em rápido levantamento informal com colegas de profissão realizado em Manaus/AM, inseridos em distintas políticas públicas:

- *De acesso à justiça*, nos órgãos e aparelhos sociais municipais, estaduais e federais destinados às medidas e penas alternativas, serviços de conciliação, atendimento psicossocial forense, vara de família, sistema prisional;
- *Para infância e adolescência*, nas casas de abrigo e passagem (acolhimento institucional);
- *De atendimento ao adolescente em conflito com a lei*, com as medidas socioeducativas de meio aberto e fechado;
- *Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*, pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS – proteção social básica) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS – proteção social especial);

- *Sistema Único de Saúde*, nos distintos aparelhos de atenção básica, seja de baixa, média ou alta complexidade, incluindo também aqueles voltados à saúde indígena e à saúde mental – pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), incluindo os CAPS álcool e drogas;
- *De Educação*, nos distintos aparelhos sociais destinados à educação.
- *Do Trabalho*, nos distintos aparelhos sociais de atenção à saúde mental do trabalhador e ao trabalho nas organizações.

Apesar dessas psicólogas estarem atuando nos distintos aparelhos sociais municipais, estaduais e federais, é queixa comum entre elas que a formação não as preparou para atuação nessas e outras políticas públicas (como as do campo socioambiental, por exemplo), o que nos remete à crítica da estrutura curricular tradicional. Apesar de alguns cursos estarem reformulando seus currículos, ainda são incipientes as disciplinas voltadas para esses campos emergentes de atuação. Isso revela uma contradição gritante: continua-se formando psicólogas privilegiando-se certa prática profissional, enquanto que a real demanda por psicólogas (nas políticas públicas) ainda não é contemplada. Portanto, é importante que nas reformas curriculares se formate uma formação que seja voltada às políticas públicas, por ser essa a necessidade que se apresenta em nosso momento histórico. Se daqui alguns anos isso for obsoleto, uma nova reformulação curricular será necessária.

Ainda a respeito de críticas às grades curriculares dos cursos de Psicologia, observamos que a Psicologia Social aparece com disciplina básica para compreender aspectos sociais do comportamento psicológico, como se o “social” fosse adjetivação de uma Psicologia considerada em seus aspectos sociais (STRALEN, 2005). Isso tem ganhado reforço pelas bandeiras das lutas políticas por compromisso social, levantadas pelas entidades representativas da Psicologia, que defendem ideologicamente (e até certo ponto, teoricamente) que todas abordagens dessa ciência são eminentemente sociais ou voltadas ao social.

A questão se toda Psicologia é individual ou social remete a um debate dos primórdios da Psicologia e das ciências sociais: como estudar fenômenos individuais e/ou coletivos? W. Wundt, na segunda metade do século XIX, buscou respostas para essa questão com sua proposta de Psicologia individual e de Psicologia dos Povos. Nos anos 1920 prosseguiu-se, por exemplo, com F.H Allport, que entendia que toda Psicologia é individual, e com S. Freud, para quem toda Psicologia é social (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). Em tempos mais recentes, Lane (1984) também trouxe isso à tona, escrevendo que “toda a Psicologia é Social” (p. 19). Acontece que muitos não leem os dois parágrafos seguintes a essa afirmação, comentando que Psicologia

e Psicologia Social são áreas distintas e que cada uma, dentro de suas abordagens, deve considerar a natureza histórico-social do ser humano – e que justamente essa é a contribuição da Psicologia Social à Psicologia.

A Psicologia Social é uma disciplina autônoma, cujas múltiplas origens se encontram junto à configuração disciplinar da Psicologia e Sociologia, tendo emergido e se desenvolvido dentro de ambos esses campos. Além de ser uma disciplina científica, é um campo profissional que não possui regulamentação no Brasil, mas adotado prioritariamente na prática das psicólogas (CALEGARE, 2010a). Em nosso ponto de vista, parte da confusão quanto ao domínio de cada um desses campos disciplinares, com suas respectivas interseções e especificidades, acontece em função do desconhecimento de bibliografias básicas da Psicologia Social. Assim, é importante que na formação em Psicologia, por onde parte da Psicologia Social é transmitida no Brasil, se adotem referências que revelem as origens de cada um desses campos, interdisciplinares por excelência, com suas respectivas interseções e as distintas abordagens que emergiram e existem até o presente.

Se já no campo da Psicologia há distintas abordagens, também é correto falarmos em várias Psicologias Sociais. O que temos observado é que ainda se tem ensinado duas vertentes: uma Psicologia Social chamada de tradicional ou dominante, isto é, de origem norte-americana e representada pela difusão da obra de Aroldo Rodrigues, principalmente. Por outro lado, se apresenta também um contraponto crítico, em geral representado pela produção de Silvia Lane e de alguns autores europeus (NEIVA; TORRES, 2011). Seguindo nossa argumentação anterior de que a formação deve ser voltada à resolução dos problemas do povo, consideramos que se devam privilegiar aquelas produções em Psicologia Social que abordem a constituição sócio-histórica do ser humano e dos fenômenos psicossociais. Mais além, que considere a dimensão ético-política inerente a essa disciplina científica e à atuação profissional. Portanto, não consideramos profícuo o ensino de teorias que pretendam tão somente explicar a natureza humana, para entender, prever e controlar a conduta, cujas pesquisas querem apenas ampliar tal conhecimento. Defendemos que o conhecimento científico deve ser desenvolvido a partir da realidade local e voltado para resolução de problemas locais.

Estando na Amazônia, portanto, consideramos que as produções devem ser produzidas e voltadas ao contexto amazônico. Como já debatido por Martín-Baró (1983), não se trata de construir conhecimento a partir do zero, jogando fora toda produção em Psicologia Social anterior, mas sim construí-lo a partir da realidade de nosso povo. Em nosso caso, do amazônica, tanto de áreas urbanas quanto das rurais,

superando a falsa dicotomia entre cidade/floresta e urbano/rural (CALEGARE, 2015). Nesse sentido, Martín-Baró (1989) defendia que se deve elaborar uma Psicologia Social com rigor científico e compromisso social, que aproveite conhecimentos oriundos de outros lugares e de outras inquietudes, mas reimplantados criticamente à luz dos problemas próprios dos povos centro-americanos do final do século XX. Em nosso caso, dos amazônidas neste início de século XXI.

Isso significa que travaremos diálogos com as correntes de Psicologia Social dominantes, de origem norte-americana e europeia, pois não são conhecimentos ruins em si, mas pelo que pretendem ser: universalmente válido e significativo, fruto de reflexões provincianas, de esquemas estreitos, parcialmente verificáveis e em condições locais e abstratas (MARTÍN-BARÓ, 1989). Portanto, a Psicologia Social ensinada na Amazônia deve ser, no mínimo, traduzida ao contexto amazônico. É um passo mais ousado e necessário, produzida a partir desse contexto. Fica então o convite aos pesquisadores e pesquisadoras de nosso campo, para que façamos como Martín-Baró fez: traduções de teorias de outros contextos, com ampliações segundo nossa inserção no território amazônico. Por isso é importante que leiamos mais nossas próprias produções acadêmicas, feitas da/para a Amazônia.

Em suma, não se trata de desprezar a multiplicidade de correntes epistemológicas oriundas de outros contextos e que caracterizam a Psicologia Social na América Latina, apontadas por Álvaro e Garrido (2006) como: Psicanálise, Escola de Frankfurt, teoria das Representações Sociais, Psicologia Social Crítica, Construcionismo Social (e Pós-Construcionismo), Sociologia da Ciência, Neopragmatismo e Análise do Discurso. Compartilhando do ponto de vista de Montero (1989), trata-se de valorizar o desenvolvimento de uma Psicologia Social própria da América Latina, comprometida com a mudança social e abordagens emancipadoras.

Por esses motivos todos trazidos é que D'Ávila (2010) menciona que para configurar uma identidade da Psicologia Social latino-americana, dentro da qual nós amazônidas nos identificamos, é preciso uma mudança de currículo em alguns níveis:

- *Mudança de ideia.* Acabar com o mito de progresso ocidental, inerente a suas teorias e ciência, para considerar que há outras ciências e epistemologias, especialmente aquelas dos povos originários;
- *Mudança de valores.* Revisar valores, colocando aspectos éticos em primeiro plano, isto é, visando ao bem-estar do povo ao invés da mera ampliação do conhecimento científico;
- *Mudança sexista.* Não apenas ciência dos homens e etnocêntrica, mas produzida por pessoas das mais distintas localidades, condições e inserções sociais, o que inclui as epistemologias feministas, por exemplo;

- *Mudança metodológica.* Rever a eleição do critério de rigor científico, rompendo com a predominância de pesquisas quantitativas sobre qualitativas, ou vice-versa.

Da atuação das psicólogas e dos psicólogos

Mesmo tendo uma formação dissonante com a realidade e exigências dos problemas atuais, muitas psicólogas têm procurado agir, ou pelo menos proferido no discurso, em prol da transformação social. Ou seja, na direção de uma sociedade mais igual, justa e digna para todos. Isso é o que caracteriza o compromisso ético-político da atuação da psicóloga, isto é, que recusa a neutralidade e assume o posicionamento crítico e direcionado rumo a uma sociedade melhor.

Entretanto, para que possamos modificar um cenário, é preciso que reconheçamos que há um problema a ser enfrentado para, então, arranjarmos as soluções. No caso da Amazônia, Calegare (2012) já vinha apontando alguns fatores contextuais que permeiam o cotidiano das pessoas nessa região, configurando-se como problemas relacionados: ao desenvolvimento sustentável, exploração de recursos naturais e biotecnologia; às unidades de conservação, terras indígenas e lutas por territórios; às mudanças climáticas e projetos de crédito de carbono; ao desenvolvimento social dos povos da floresta e dos cidadãos; à multiculturalidade, migrações e movimentos sociais amazônicos. Além daqueles problemas comuns às demais regiões do país, como por exemplo problemas relacionados à saúde pública, ao desemprego, à desigualdade social, à discriminação de toda ordem, etc.

É importante que nossa atuação profissional esteja fundamentada na leitura de problemas que levem em consideração a transversalidade do contexto amazônico, pois apesar de haver similaridade com o contexto nacional e latino-americano, há sim particularidades desta região que são diferentes das outras de nosso país. Do mesmo modo, apesar de haver similaridades dentro da própria Amazônia, há também as particularidades existentes em cada estado e sub-regiões. Assim sendo, esse trânsito entre global/local deve ser atravessado por aspectos urbanos/rurais amazônicos e marcadores de gênero, classe, raça-etnia, geração, entre outros.

Nesse sentido, as psicólogas não devem negar a Amazônia, como se esta fosse apenas uma grande floresta que impede o progresso e que deve ser superada pelas ondas civilizatórias, desenvolvimentistas e utilitaristas. Não obstante a maioria dessas profissionais estejam atuando nas cidades, mesmo que de pequeno porte – o símbolo do progresso civilizatório da modernidade (CALEGARE, 2015) –, há constantes atravessamentos dos aspectos florestais no cotidiano de seus habitantes, sejam

eles cidadãos ou dos rios e florestas. Como lembram Calegare e Higuchi (2016), morar e viver na Amazônia remete ao entrelaçamento de aspectos da pessoa em sua história singular, em sua inserção na história coletiva e contextualizada no ambiente físico-social.

Outro aspecto relacionado à atuação das psicólogas, já mencionado anteriormente, é de que cada vez mais elas estão atuando junto às políticas públicas, o que tem exigido uma reformulação no fazer psicológico. Com base nas críticas de Passone e Perez (2013) e de Gonçalves (2014), consideramos que essas profissionais devem inicialmente saber o que são as políticas públicas e, em seguida, como atuar para o fortalecimento da cidadania e democracia, superando o elitismo e individualismo da Psicologia mais tradicional. Para tanto, é necessário que:

- Entendam a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais nas políticas públicas, isto é, deem ênfase à presença do sujeito e da subjetividade na implementação das mesmas;
- Interroguem-se sobre as condições concretas estruturais da constituição do sujeito autônomo (cidadão) numa sociedade democrática, desnaturalizando fenômenos sociais para percebê-los como sócio-históricos;
- Lutem contra a violação de direito desses sujeitos, tendo posicionamento ético-político e compromisso social com a população;
- Tenham repertório de atuação em grupos, organizações e instituições, pois os serviços públicos sempre são repletos de gente e o modelo de atendimento individual simplesmente não se adequa a essas situações;
- Envolvam-se com temas da agenda social brasileira, como por exemplo o estímulo à participação e controle social;
- Contribuam com outras psicólogas, participando de fóruns acadêmicos e profissionais que têm elaborado propostas para atuar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia

Montero (1996) já vinha apontando que na América Latina as abordagens em Psicologia Social estão baseadas em alguns paradigmas: Positivista, Pós-Positivista, Teoria Crítica e Construcionista. Cada uma compreendendo e configurando, à sua maneira, os seguintes aspectos: a) *epistemológico* – como conhecemos; a relação entre sujeito cognoscente e o cognoscível; a fonte, natureza, validade do conhecimento; b) *ontológico* – a natureza do ente (cognoscível) em questão; a própria essência do

fenômeno estudado, como por exemplo o que é a realidade, o ser humano, etc.; c) *metodológico* – as ferramentas de investigação, para levantamento de dados, a partir dos pressupostos epistemológicos e ontológicos.

E por Entretanto, há também o desenvolvimento de um paradigma latino-americano próprio, pós-colonial, como apontado por Montero (1989, 2010), que pode ser caracterizado da seguinte maneira:

- Reconhece o caráter histórico dos fenômenos que estuda, rejeitando sua naturalização e considerando que a realidade é construção social; portanto, reconhece caráter dinâmico e dialético da realidade social, na sua condição relativa e temporal;
- Considera o caráter ativo do sujeito de pesquisa, produtor de conhecimento, tendo-o como agente social produtor de sua história;
- Amplia objetos de estudos, incluindo a dimensão psicológica de fenômenos como ideologia e alienação;
- Rejeita modelo de produção do conhecimento das ciências naturais, adotando a perspectiva de pesquisas de cunho colaborativo e participativo;
- Rejeita a diferenciação pesquisador/participantes, pois considera que a relação ética que se estabelece entre ambos é de Agentes Externos e de Agentes Internos;
- Assume explicitamente compromisso político e social.

Essa perspectiva latino-americana não é exclusividade, portanto, de uma ou outra abordagem da Psicologia Social. Trata-se da reunião de distintas abordagens que compartilham dessa guinada epistemológica descrita acima, que recusou a neutralidade, o experimentalismo, o universalismo e a falta de relevância social dessa ciência.

Por outro lado, se falamos em pós-colonial, é porque existiu (ou ainda existe?) um momento colonial. Não estamos nos referindo apenas à importação de teorias de modo acrítico, mas ao que marcou a história e formação da América Latina. No caso específico da Amazônia, Calegare (2010b) descreveu que desde a chegada de espanhóis e portugueses, passando pelo império brasileiro até a proclamação da república com seus sucessivos governos, tratou-se de decifrar o que era esse território e buscou-se dar-lhe uma utilidade, principalmente econômica. Portanto, essa grande floresta misteriosa tem passado por conquistas e reconquistas incessantes, sendo alvo de programas e projetos para sua domesticação, atendendo interesses tanto nacionais quanto internacionais. As marcas de todos esses processos de várias ordens têm configurado a formação social e cultural da Amazônia, em toda sua complexidade.

Nesse sentido, Massimi (2010) relembra que a antinomia civilização/barbárie marcou o modo de conceber o projeto social brasileiro e o latino-americano. Esse ímpeto pela civilização eliminou – e continua buscando eliminar – a pluralidade dos sujeitos reais do continente, como por exemplo os distintos povos indígenas que ainda resistem. Assim sendo, nossa Psicologia Social amazônica – latino-americana – necessita reconhecer as constituições peculiares, sínteses culturais e experiências sociais do processo de mestiçagem, das diversas realidades locais. Trata-se de reconhecer que os amazonenses, por exemplo, são fruto de processos migratórios e intercâmbios entre distintos grupos sociais que vieram ao estado do Amazonas e se misturaram com os povos nativos, em momentos históricos diferentes (CALEGARE, 2012) – mas que essa mestiçagem não foi tão tranquila como os discursos ideológicos querem colocar. Portanto, é nossa tarefa recuperar a memória histórica e formação dessas identidades locais, o que vem ampliar os conhecimentos de nosso campo.

Enfim, compartilhamos com Sandoval (2010) as críticas que sugerem os caminhos de uma Psicologia Social latino-americana, que adaptamos ao contexto amazônico: a) ocupada com a nossa realidade de país em desenvolvimento e como a Amazônia é colocada nessa perspectiva; b) que compreenda a situação de pobreza, opressão, exclusão e desigualdade na região amazônica; c) que tenha como tarefa a mudança social, seja esta individual e/ou coletiva, entendida como processos de conscientização, mobilização política e fortalecimento comunitário; d) que tenha compreensão integrada de fenômenos psicossociais e sociopsicológicos; e) que se configure com uma alternativa ao mundo desenvolvido, e não como alternativa paradigmática específica apenas da América Latina. Ou seja, trata-se de integrar a perspectiva macroestrutural com temáticas microestruturais, que configuram os processos psicossociais das relações cotidianas (FREITAS, 2010), por meio das quais os psicólogos sociais podem atuar.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos refletir acerca da formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira. Reconhecemos que nos últimos anos houve um esforço institucional em ampliar a oferta da graduação e da pós-graduação na região norte, mas que ainda não venceu a demanda reprimida. Basta olharmos os dados oficiais do governo brasileiro.

Entendemos que a alteração da realidade atual exige compromisso ético e político, além dos já mencionados, um esforço coletivo, agregado a uma política de forte investimento financeiro que nos possibilite enfrentar os desafios da formação e da produção do conhecimento, seja na Psicologia Social ou nas demais áreas, na Amazônia brasileira. Assim, consideramos que os desafios do passado continuam no presente, dentre eles citamos:

- Superação das relações assimétricas - inter e intra - IFES;
- Cooperação -inter e intra- IFES e demais parceiros da Região Norte, regiões do País e da América Latina;
- Integração entre graduação e pós-graduação como um contínuo;
- Consolidação do indicador de solidariedade proposto pela Capes;
- Permanência de pesquisadores e pesquisadoras qualificados e comprometidos com a região e suas problemáticas;
- Fortalecimento das organizações institucionais;
- Revisão do papel das Fundações de Apoio à Pesquisa;
- Efetivação das políticas estruturantes, de financiamento e formação de recursos humanos previstas nos PNPG (2011-2020) e PNE (2014-2024).

Compreendemos que os itens elencados constituem um conjunto de objetivos e metas interdependentes, que dialogam entre si e fazem parte de um sistema complexo. Nesse sentido, se considerarmos a complexidade como algo inerente ao sistema, o grande desafio é o de sermos capazes de definir cada vez mais estratégias necessárias para enfrentá-la, o que significa reconhecermo-nos também como parte dela, com seus conflitos e contradições, sejam pessoais ou profissionais (TAMBORIL, 2005).

Dos desafios mencionados, parte significativa são de responsabilidade dos sistemas públicos de ensino brasileiro por meio de suas agências como CAPES, CNPq, Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Mas também consideramos tarefas da Psicologia (Social) no Brasil e na América Latina: questionar as desigualdades, o racismo, a violência, o machismo, as exclusões, a miséria; comprometer-se com as transformações dessa realidade; preocupar-se com as mudanças provocadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas na região norte e seus impactos em nossas vidas; qualificar profissionais para atuarem criticamente local e globalmente, acreditando que um outro mundo é possível.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em janeiro de 2017.

Referências bibliográficas

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: _____. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.15-28.

CALEGARE, M. G. A. Abordagens em Psicologia Social e seu ensino. **Transformações em Psicologia**, v. 3, n. 2, p.1-16, 2010a.

_____. **Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas**. 2010. 322p. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010b.

_____. Questões à Psicologia Social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 197-218.

_____. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil (Ebook)**. Porto Alegre: Abrapso, 2015. p.437-457. Disponível em: <www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461>. Acesso em: 19 de dez., 2016.

_____; HIGUCHI, M. I. G. Apresentação. In: _____. (Org.). **Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. Mestres e doutores 2015 - **Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília, DF: 2016. 348p.

D'ÁVILA, M. I. Identidade da Psicologia Social latino-americana. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 88-100.

FREITAS, M. F. Q. O movimento da lente focal na história recente da Psicologia Social latino-americana. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 167-185.

GONÇALVES, M. G. M. Psicologia e políticas públicas: reconhecendo avanços e atualizando desafios. In: URNAU, L. C.; PACÍFICO, J. M.; TAMBORIL, M. I. B. (Org.). **Psicologia e políticas públicas na Amazônia: pesquisa, formação e atuação**. Curitiba: CRV; Porto Velho: EDUFRO, 2014. p.11-26.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>>. Acesso em: 19 de dez., 2016.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: _____; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social – o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica**. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1983.

_____. **Sistema, grupo y poder: Psicología Social desde Centroamérica (II)**. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1989.

MASSIMI, M. Matrizes de pensamento em Psicologia Social na América Latina: história e perspectiva. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 32-57.

MONTERO, M. La Psicología Social en América Latina: desarrollo y tendencias actuales. **Revista de Psicología Social**, v. 4, n. 1, p. 47-54, 1989. DOI:10.1080/02134748.1989.10821593

_____. Paradigmas, corrientes y tendencias de la PS finiseculares. **Psicología & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 102-119, 1996.

_____. Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 70-87.

NEIVA, E. R.; TORRES, C. V. Psicologia Social no Brasil: uma introdução. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. (Org.). **Psicologia Social: principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 31-57.

PASSONE, E. F. K.; PEREZ, J. R. R. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 612-629, 2013.

SANDOVAL, S. O que há de novo na Psicologia Social latino-americana? In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.101-109.

STRALEN, C. J. V. Psicologia Social: uma especialidade da Psicologia? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n.1, p. 17-28, jan./abr., 2005.

TAMBORIL, M. I. B. **Políticas públicas para a formação docente: um estudo em Porto Velho-RO**. 2005. 220 f. Tese. (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. Desafios da pós-graduação em Psicologia no Brasil. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 23, supl. 1, p. 35-46, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722010000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S010279722010000400005>.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.37-54.

ARTIGO

NARRATIVAS DE HISTORIA DE VIDA E PROJETO DE FUTURO NO ESTUDO DO PROCESSO DE IDENTIDADE

Resumo

Essa reflexão sobre “Narrativas de história de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade” parte da experiência profissional comprometida com a realidade social e, do percurso acadêmico que me possibilitou a apropriação de um método de investigação para o estudo da identidade humana. A análise aqui exposta fundamentou-se no referencial teórico de Ciampa sobre o sintagma Identidade-metamorfose-emancipação, nos pressupostos da dialética Hegeliana, assim como, no materialismo histórico Marxista. Observou-se que esse método possibilita o narrador expor suas atividades no mundo em relação com o outro, permitindo ao investigador identificar o processo de identidade, assim como, fundamentar as condições sociais e historicamente engendradas que são reunidas em torno do indivíduo.

Palavras-Chave: Narrativas; História de vida; Projeto de Futuro; Identidade.

Abstract

This reflection about “Narratives of life story and future project in the study of the identity process” starts from the professional experience committed to social reality and from academic course that allowed me the appropriation of a research for the study of human identity. The exposed analysis was based on Ciampa’s theoretical reference to the syntagma identity-metamorphosis-emancipation, in the assumptions of the Hegelian dialectic, as well as in Marxist historical materialism. It was observed this method allows the narrator to expose his activities in the world in relation to the other, allowing the investigator to identify the identity process, as well as to substantiate the social and historically engendered conditions gathered around the individual.

Keywords: *Narratives; Life’s history; Future Project; Identity.*

* Doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil(1997). Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

A temática dessa mesa propicia a recordação do caminho que trilhei ao longo de alguns anos no estudo da identidade humana. A gênese desse percurso foi marcada por um projeto de atuação profissional comprometida com a realidade social.

O estágio curricular supervisionado – ao final da graduação em psicologia - na Unidade Educacional da FEBEM derivou reflexões sobre o caminho em curso. Novos desejos e configurações foram emergindo. A experiência vivida na atividade cotidiana da instituição possibilitou sistematizar o projeto de pesquisa que deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso Intitulado “Atuação Social do Psicólogo”.

Final de 1978, concluída a formação em psicologia a atuação profissional se concentrou em instituições: primeiramente na prefeitura de São Paulo e quatro anos depois em uma instituição escolar particular. As questões emergentes no contato com adolescentes institucionalizados, ou não, abriram perspectivas de atuações profissionais ainda não visualizadas. Na busca por novos conhecimentos a fim de compreender a realidade vivida, o mestrado em Psicologia Social na PUCSP apresentou-se como possibilidade. De modo que, na segunda metade da década de 1980 me encontrava como mestranda fazendo a dissertação sobre o tema: o processo de identidade do adolescente. Na ocasião, orientada por Antonio da Costa Ciampa inicie o estudo com o objetivo de investigar Identidade enquanto categoria síntese que teve sua continuidade no doutoramento. Contudo, o que destaco aqui é a trajetória percorrida na consolidação de um método de investigação.

Nas pesquisas desenvolvidas por Ciampa, desde meados de 1980, identidade é entendida no processo de formação social que, se dá como metamorfose no movimento histórico em busca da emancipação que, constitui o humano concreto em individualidades e coletividades, articulado como história da sociedade e da natureza (1987).

Partindo desse pressuposto a narrativa da história de vida aparece como nos diz Queiroz (1987 p. 284), como uma possibilidade de “captar o que sucede na encruzilhada da vida social com o individual”. A marcha individual da formação da identidade, a partir das diversas relações na coletividade, torna-se, então, visível.

Para tal investigação o método deve permitir captar a dinâmica do processo de identidade sem que esta, ao revelar, oculte os próprios dados coletados, ou ainda, sem correr o risco de direcionar o conteúdo desses. Uma entrevista em que iria captar depoimentos poderia não oferecer esta dinâmica.

Por outro lado, o contato diário com um grupo de adolescentes permitiu-me observar que os jovens, ao desempenharem um papel social (como por exemplo, o de aluno), ao mesmo tempo em que revelavam, ocultavam algumas ações e posturas

que apareciam em outros ambientes sociais. Descartei assim, a possibilidade de uma investigação a partir de observação direta do grupo, já que seria necessário observar os adolescentes em outros ambientes, além do escolar. E esta condição não me era acessível, além de não ser suficiente para compreender o sentido que cada um atribuía a sua vida.

A reflexão sobre essas dificuldades e o pressuposto dialético de que, na singularidade estaria contida a universalidade do social levou-me a considerar que estudos de casos individuais poderiam tornar a pesquisa viável. Mas, como captar a dinâmica da identidade? Inspirada em Ciampa, na estória do Severino e na História da Severina (1987) - tese em que trabalha com a estória do Severino contada por João Cabral de Melo Neto no poema “Morte e Vida Severina” e a história da Severina, narrada por ela mesma - assim como, as observações de Habermas (1983) me deram suporte teórico para concretizar uma metodologia de estudo de caso em que a narrativa, mediada pela linguagem e a memória, ganhasse destaque.

[...] pode existir uma evidência esmagadora quanto à identidade corpórea de uma pessoa, mas para ter certeza quanto à identidade da pessoa temos que abandonar a atitude proposicional e interrogar com atitude prática o interessado sobre sua identidade, pedindo-lhe para identificar-se por si mesmo. (p. 22)

Defini assim, como método de investigação a narrativa autobiográfica (história e projeto de futuro) na qual o sujeito que narra é considerado uma totalidade que se manifesta na particularidade de uma história. Essa manifestação se dá na dinâmica da narrativa na qual o narrador não utiliza para se definir, atributos ou características, mas relata atividades, representações, relações com os outros, assim como revela sentimentos, angustias, alegrias, etc., mergulhados e eclodidos nas relações no mundo, no desempenho da atividade.

Como a atividade vivida no mundo envolve um encadeamento de ações “para a satisfação de uma necessidade comum” (Lane, 1992), no mundo narrado está contida a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos, pessoas mais significativas, enfim, coletividades a que pertence ou pertenceu, circunscrevendo as relações com todas as pessoas que de uma forma ou de outra entraram em contato com o que narra. A narrativa possibilita que a dinâmica da temporalidade - passado e futuro - coexiste no presente da narração.

Habitualmente, o procedimento metodológico inicial é provocar a narrativa do sujeito com a pergunta “Quem sou eu?”. A resposta é de certa forma a operacional-

lização da representação da identidade. Entretanto, gostaria de discutir o uso deste procedimento no estudo da identidade a fim de entendermos para onde ele nos leva.

Ciampa (1987) na estória do Severino e na História da Severina pondera e considera insatisfatória a resposta do sujeito à pergunta “Quem sou eu?” porque ela capta o aspecto representacional da noção de identidade (enquanto produto), mas deixa de lado seu aspecto constitutivo, de produção, bem como as implicações recíprocas de ambos os aspectos. Mas, “a própria representação pode ser considerada como um processo de produção, de tal forma que a identidade passe a ser entendida como um processo de identificação” (Ciampa, 1987, p. 65).

Dessa forma entendeu-se o relato da história e projeto de vida não só como um produto, mas como o próprio processo de produção. Na análise da história autobiográfica o sujeito considerado é aquele que narra, que se expressa pela fala numa história. Sua narrativa é um momento empírico, um agora do discurso que é uma parte de um todo, isto é, um agora que contém uma série e outros agoras.

O agora e o indicar do agora são assim constituídos que nem o agora nem o indicar são simples imediato, e sim um movimento que contém momentos diversos. Põe-se este, mas é um Outro que é posto, ou seja, o este é suprassumido. Se ser-Outro, ou suprassumir do primeiro, é, por sua vez, suprassumido de novo, e assim retorna ao primeiro. No entanto, esse primeiro refletido em si mesmo não é exatamente o mesmo que era de início, a saber, um imediato; ao contrário, é propriamente algo em si refletido ou simples, que permanece no ser-Outro o que ele é: um agora que é absolutamente muitos agoras (ou) horas. E esse agora – uma hora – é também muitos minutos, e esse agora igualmente muitos agoras, e assim por diante (Hegel, 1992: 79-80).

Para a dialética Marxista segundo Konder (1988, p. 36) “[...] o conhecimento é totalizante e a atividade humana em geral, é um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” porque sempre em transformação e em qualquer situação nos encontramos com problemas interligados, necessitando sempre de uma visão de conjunto para solucioná-los. Agora, a visão da totalidade, na dialética nunca é a soma das partes, mas a integração delas.

Considera-se, portanto, que o empírico (narrado) só pode ser conhecido se considerado no confronto da totalidade e suas partes que se modificam no percurso da história, assim como na dialética a “verdade” só é real no movimento de um processo dinâmico e histórico.

Cabe ainda esclarecer que no materialismo histórico a mediação, enquanto categoria indica que, nada é isolado porque na expressão das relações concretas estabelece vínculo mútuo e dialético de momentos diferentes de um todo. Estamos

sempre em processo numa multiplicidade de relações contraditórias mutuamente. Esse processo implica uma conexão dialética de tudo que existe, uma busca de aspectos afins, manifestos no processo em curso. Assim como, ao utilizar a categoria mediação vivenciamos a possibilidade de romper dicotomias tais como:

“[...] interno-externo, objetivo-subjetivo, significado-sentido, assim como afastar-nos das visões naturalizantes, baseadas numa concepção de homem fundada na existência de uma essência metafísica. Por outro lado, possibilita-nos uma análise das determinações inseridas num processo dialético, portanto, não causal, linear e imediato, mas no qual as determinações são entendidas como elementos constitutivos do sujeito, como mediações.” (Aguiar, Ozella, 2006, p. 225)

Assim, o Homem se constitui no processo de relação social e a linguagem é instrumento deste processo, é a mediação entre o Homem e a Sociedade. A concepção da realidade vivida é expressa no jogo verbal e na narrativa da História de vida e do projeto de futuro.

Tais reflexões possibilitam transformações específicas na técnica da entrevista junto ao depoente, de modo que, a questão desencadeadora da narrativa se transforma, adquire nova forma passando a constituir-se como: relate-me sua história de vida e seu projeto de futuro de modo que responda a pergunta “Quem é você?”.

A dimensão social adquire existência, na história, através da linguagem, na medida em que o narrador expressa os significados sociais e os sentidos que atribui a estes.

Na tentativa de discutir significado e sentido recorro mais uma vez a Aguiar e Ozella (2006) e reproduzo a seguinte fala:

[...] é preciso compreendê-los como constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional. Dessa forma, na perspectiva de melhor compreender o sujeito, os significados constituem o ponto de partida: sabe-se que eles contêm mais do que aparentam e que, por meio de um trabalho de análise e interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, fluidas e profundas, ou seja, para as zonas de sentido. Afirma-se, assim, que o sentido é muito mais amplo que o significado, pois o primeiro constitui a articulação dos eventos psicológicos que o sujeito produz frente a uma realidade. (p.226).

O narrador relaciona em sua história, progressivamente, suas lembranças e experiências com as atitudes presentes e projetos de futuro, constituindo enquanto falante que expõe a si mesmo. Assim, o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. A subjetividade é constituída através de mediações sociais e a linguagem - representa a síntese entre

objetividade e subjetividade (produto social e construção subjetiva individual) por meio do processo de apropriação do significado social e da atribuição de sentidos pessoais.

Cabe, assim, ao pesquisador definir a coleta de dados baseada na história de vida e projeto de futuro com o objetivo de dar voz ao entrevistado, possibilitando uma situação na qual este pode ter uma “atitude de exploração”. (Michelat, 1981, p. 193), no sentido da possibilidade do narrador manifestar seus desejos, emoções, experiências e identificações contidas na representação do eu, além das interligações entre estes.

Ao utilizar a narrativa como procedimento para o estudo do processo de identidade e defini-la como método de investigação e análise o objetivo posto consiste em identificar os significados da história narrada e os sentidos atribuídos pelo narrador e isso ocorre, segundo Habermas (1987) através de um movimento dialético estabelecido entre a interpretação dos textos e o contexto sociocultural em que se produziu a fala.

Ora, esse método de investigação ao considerar o indivíduo como um sujeito histórico e social, sustenta-se na dialética, segundo a qual, a consciência não está separada da realidade e não é unicamente individual, mas está sempre imersa na realidade, sendo esta sempre social, “portadora de uma cultura e de uma história que é da espécie, de seu trabalho, de suas conquistas” (Garaudy, 1966, p. 45)

Em contato com a leitura de uma narrativa de história de vida e projeto de futuro, aparecem-nos personagens e estes é a forma empírica, assumida pela identidade, como afirma Ciampa (1987, p. 134).

Entretanto, a presença do personagem, quase sempre se torna visível quando conseguimos captar certa unidade de ações em torno de um sujeito (oculto) não necessariamente nomeado ou evidenciado, a qual ganha um sentido que o caracteriza, tanto quanto o conjunto das ações cuja unidade está dispersa no relato.

A partir da narrativa de Alice - jovem que narrou sua história de vida – (Alves, 1997) podemos identificar melhor o significado de personagem aqui mencionado. Quando conta seu relacionamento com o professor da escola, a narradora deixa transparecer sua admiração pelo conhecimento e as experiências dele (o professor).

Foi no plano intelectual que eu me identifiquei muito com ele, no plano da vivência que ele teve nos seus 18, 20 anos! [...] a relação foi mais cabeça do que de corpo, foi mais uma identidade entre duas pessoas, de personalidade mesmo, de desejo comum! [...] E ele preenchia esse lado do intelecto, do espírito, passou tranquilidade, passou profundidade e chamou a atenção. (Alves, 1997, p. 23)

A jovem narra, ainda, que teve a mesma identificação com outro professor: “[...] foi uma pessoa que eu também me envolvi no plano espiritual”. (Alves, 1997, p. 23)

No decorrer da narrativa, ao falar sobre o relacionamento atual com um rapaz do cursinho, aparece claramente a admiração por homens mais velhos e experientes:

“Eu tenho uma leve tendência a me envolver com pessoas mais velhas [...] é pela experiência de vida [...] é uma pessoa que me chama a atenção.” Fala ainda sobre seu projeto de futuro: “[...] dos meus ideais [...] é estar trabalhando comigo a questão do ser aberta para coisas novas [...] Estar sempre abrindo para relações acho que é uma forma de você crescer, você conhecer, e também de sabedoria [...]”. (Alves, 1997, p.24).

Estes fatos narrados em diferentes momentos pela jovem Alice, ao serem alinhavados no contexto, isto é, cada fato narrado como parte de uma totalidade (a história) permitiu a emergência de uma personagem que busca a sabedoria, o conhecimento: Alice, a aprendiz de sábio.

As personagens ganham vida no desempenho de seus papéis, surgindo assim, a possibilidade de caracterizá-los e detectá-los, mesmo nos diversos tempos cronológicos ou narrados.

Considero, ainda, que o relato manifesta duas posições: o acontecido e o processo de construção no próprio ato de relatar. A própria narrativa possibilita a articulação, através da memória e da linguagem, atribuindo novos sentidos a sua história e ao projeto do vir a ser. Alice nos possibilita compreender esse processo quando, após relatar sua história em vários momentos de encontro, manifesta-se à pesquisadora afirmando: “Hoje será nosso último encontro em que digo quem sou, porque cada vez em que faço isso percebo novas formas de compreender o que vivi e o que planejo”.

Como nos lembra Bosi (1994, p. 68) “*A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar, é a sua memória*”. Assim, é no presente que se articula o movimento entre o vivido (passado) e o que deve ser vivido (futuro), no presente está contido o passado e o projeto de futuro que me definem e se transformam a cada momento.

Afirma Bosi (1994, pp. 458-459): “*O que me chama a atenção é o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização de pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia*”.

Ao contar sua história o narrador conta o que fez - os fatos e as pessoas com quem teve contato, deixando transparecer as normas sociais que internalizou no processo de socialização. Relaciona, progressivamente, essas experiências do passa-

do com suas atitudes presentes, como também com um projeto de futuro proporcionando ao leitor, a sensação de que está relatando, além de sua história, também as das pessoas ao seu redor. De acordo com essa afirmação, podemos considerar que, assim como Habermas (1983).

“Partindo de Hegel e chegando através de Freud, até Piaget, desenvolveu-se a idéia de que sujeito e objeto se constituem reciprocamente, e que o sujeito só pode tornar-se consciente de si em relação com – e na construção de um mundo objetivo” (p.16).

Na análise de uma narrativa também nos encontramos diante de duas possibilidades que se entrelaçam: o relato objetivo do narrador e o esforço do pesquisador para compreender o indizível no dizível, traçando uma lógica sequencial e explicativa.

No caso das pesquisas em identidade, em que a narrativa se constitui como método, o resultado é a história contada em conjunto pelo narrador – sujeito e pelo narrador - pesquisador, isto é, a partir da narrativa que o sujeito fez sobre sua vida através do tempo, tentando transmitir fatos vividos e experiências que adquiriu a fim de responder à questão “quem sou eu”, busca-se compreender o narrado na sua totalidade e dinâmica, relatando-a de forma que a análise seja evidenciada pela própria fala do narrador. Assim, o narrador e pesquisador se manifestam como co-autores.

A seqüência da história segue um caminho no qual os significados e sentidos são relacionados, fazendo emergir a metamorfose através da qual se constitui o processo da identidade. A cada mudança de personagem, a metamorfose se manifesta, contudo, as personagens são híbridas, isto é, as personagens são sínteses de outras pelo processo de negação da negação, de modo que, uma nova personagem carrega consigo tantas outras já vividas e ou projetadas.

A leitura da narrativa feita pelo pesquisador deve ser da totalidade em oposição a uma leitura fracionada e imediata, assim como não no sentido do esgotamento do conteúdo da história, mas no sentido de sua presença para a leitura feita.

“[...] a leitura – cada leitura – ex-põe a posição do poeta. Exposição da posição do poeta porque possibilita a obra. Ler é ex-pôr uma possibilidade”.(Knoll, 1983, p. 13).

Portanto, ao relatarem suas atividades no mundo em relação com o outro, o narrador permite ao investigador identificar o processo de identidade, assim como, possibilita fundamentar as condições sociais e historicamente engendradas que são reunidas em torno do indivíduo. Isto posto são possibilidades ou impedimentos de

adquirir uma identidade marcada por princípios de autonomia e emancipação, ou mesmo possibilidades de romper com esse processo.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em janeiro de 2017.

Referências bibliográficas

Aguiar, W. M. J. , Ozella, S. (2006). **Psicologia: ciência e profissão**, 26(2), 175. Recuperado em 23 de outubro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200001&lng=es&tlng=pt.

Alves, C. P. (1997). **Quem sou eu? O Processo de identidade de uma jovem adolescente**. (2 a Ed.). Taubaté: Cabral Editora Universitária.

Bosi, E. (1994). **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Ciampa, A. C. (1987). **A Estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense.

Habermas J. (1983) **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo, Brasiliense.

Habermas J. (1987). **Dialética e hermenêutica**. Porto Alegre: L&PM.

Hegel, G. W. F. (1992). **Fenomenologia do Espírito**. 2 edição parte I, Petrópolis: Vozes

Knoll, V. (1983). **Paciente Arlequinada: uma leitura da obra do poeta Mario de Andrade**. São Paulo, Hucitec.

Lane, S. T. M. (1992). **Psicologia Social**. O homem em movimento. 10 Ed. São Paulo. Brasiliense.

Michelat, G. (1981). Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: Thiollent, M. – **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo. Livraria e Ed. Polis Etda.

Queiroz, M.T.P. (1978). Relatos Oraís do indizível ao dizível. **Ciência e Cultura**. n 39 (3), março.

ARTIGO

**ORO, SEXO Y PODER: VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES
INDÍGENAS EN LOS CONTEXTOS MINEROS DE LA
FRONTERA AMAZÓNICA COLOMBO-VENEZOLANA**

Resumen

En el análisis de los múltiples pasivos socioambientales de la extracción minera –legal o ilegal– sobre los pueblos indígenas se tiende a no reparar en la relación entre la minería y el poder patriarcal. En esta ponencia, que surge de mi experiencia y accionar de las organizaciones de mujeres indígenas amazónicas de Venezuela, pretendo visibilizar la múltiples formas de violencia sexual que afectan a las indígenas de la frontera amazónica colombo-venezolana, espacio donde la minería ilegal aurífera establece relaciones de poder que han desarticulado la vida comunitaria de los pueblos indígenas transfronterizos e incidido en la creación de una economía de la explotación, en la que las mujeres, adolescentes y niñas indígenas son –junto a la naturaleza– sujetos depredables.

Palabras claves: mujeres indígenas; minería ilegal; amazonía colombo-venezolana; trata de mujeres; explotación sexual; violencia contra las mujeres.

Abstract

In the analysis of the multiple socioenvironmental consequences of mining - legal or illegal - on indigenous peoples there's a tendency to not see the relationship between mining and patriarchal power. In this paper, which emerges from my experience with indigenous Amazonian women's organizations in Venezuela, I intend to make visible the multiple forms of sexual violence that affect the indigenous peoples of the Colombian-Venezuelan Amazonian border, a place where illegal gold mining establishes power relationships that have dismantled the community life of transboundary indigenous peoples and influenced the creation of an economy of plunder, in which indigenous women, adolescents and girls are - along with nature - preys.

Keywords: *Indigenous women; illegal mining; Colombian-Venezuelan Amazon; trafficking in women; sexual exploitation; violence against women.*

* Magister en Estudios de la Mujer (UCV), profesora de la Universidad Central de Venezuela y activista de Derechos Humanos. Acompaña procesos de resistencia frente al extractivismo y la militarización en diversas organizaciones indígenas de la amazonía y la guajira colombo-venezolana. E-mail: Aliciamoncada@gmail.com

Los 577 Km de frontera amazónica colombo-venezolana son, sin lugar a dudas, un espacio de diferencias, encuentros y transgresiones (AINSA, 1995) en donde los pueblos y comunidades indígenas experimentan, tanto la acción de la periferia extralegal renuente a la vigilancia estatal (SMART y HEYMAN, 1999) como las consecuencias de una relación bilateral marcada por conflictos históricos e intentos de cooperación epilépticos.

A propósito, nos dice Miguel Ángel Arvelo que “la historia de Venezuela y Colombia ha estado cruzada permanentemente por los problemas causados por controversias limítrofes, convirtiéndose este factor en la dimensión dominante de dichas relaciones.” (1998, p.55). En efecto, los vínculos bilaterales colombo-venezolanos están estructurados sobre un “espíritu de la tensión” (ARVELO, 1998, p.80), que tomó fuerza en la discusión limítrofe posterior a la disolución de la Gran Colombia y que se ha agudizado con las constantes divergencias fronterizas causadas por los actores –estatales y no estatales- que confluyen en el conflicto armado Colombiano.

Pero este espíritu de la tensión se alimenta de otros factores que trascienden el tema limítrofe y militar, involucrando aspectos históricos, políticos y simbólicos que influyen en las relaciones bilaterales y construyen culturas, economías e identidades transfronterizas. La relación entre Venezuela y Colombia es tan estrecha y compleja que Arturo Uslar Pietri (1996) la definió como un tercer país, al que le atribuía una connotación peyorativa y destructiva para ambas naciones. De la tensión surgen una serie de representaciones y estereotipos del “otro”, marcados por la xenofobia y la discriminación étnica-racial, así como similitudes y encuentros culturales que forman parte de este juego donde Venezuela y Colombia oscilan -como bien lo describió Miguel Ángel Arvelo- entre el amor y el odio.

En esta ponencia me propongo describir un fenómeno actual de la frontera amazónica colombo-venezolana que nos permite ver cómo operan algunas de las actividades de las economías informales transfronterizas, inherentes al sistema de explotación y usufructo minero. Me refiero –específicamente- a la trata con fines de explotación sexual y la prostitución de mujeres indígenas y no indígenas en las minas auríferas ilegales de la amazonía venezolana, espacios denominados “currutelas” donde confluyen mujeres de Venezuela, Colombia y Brasil. Nuestro objetivo es visibilizar, en esta situación particular, formas de violencia patriarcal contra las mujeres –y con énfasis en las indígenas- que se generan en la complejidad de las relaciones de poder transfronterizas y las economías informales, asociadas a la criminalidad, que allí se desarrollan.

Pero antes debo puntualizar que las subjetividades y realidades de los sujetos-comunidades fronterizas están interseccionadas por una serie de contradicciones, identidades múltiples y pertenencias que trascienden tanto los conceptos ortodoxos de nacionalidad como los límites de la ciudadanía. Este factor complejiza las relaciones de poder. Tampoco podemos olvidar que el orden y los vínculos de poder transfronterizos están marcados por el género, siendo las mujeres –en especial aquellas interseccionadas por la etnicidad y la clase- sujetas de opresión y control por parte de las economías de la ilegalidad y el contrabando humano que rigen, en gran medida e históricamente, las realidades fronterizas.

Un caso profundamente estudiado que ejemplifica este punto es Ciudad Juárez (MONÁRREZ, 2013; SEGATO, 2006), lugar en donde –lamentablemente- la teoría feminista ha podido comprobar cómo las mujeres desnacionalizadas, privadas de Derechos fundamentales en su tránsito por los bordes fronterizos, son sujetas de violencia y marginación sociopolítica. En este estado de vulnerabilidad la combinación del género, clase y etnicidad crea discursos, representaciones y roles que configuran relaciones desiguales y opresivas y que, además, alimentan las economías de la ilegalidad que capitalizan los cuerpos y sexualidad de las mujeres.

Volviendo a nuestro espacio de análisis, creo importante resaltar que, aunque la frontera amazónica es vista como un “no lugar” totalmente deshabitado, es el territorio tradicional de diversos pueblos indígenas y, a la vez, residencia de buscadores de recursos capitalizables del bosque amazónico. Lamentablemente, también es hogar de múltiples actividades ilegales que no han podido ser controladas y abordadas por el estado venezolano o colombiano. Desde ser refugio para los grupos armados no estatales del conflicto de Colombia hasta protagonista de terribles masacres de comunidades indígenas ocasionadas por buscadores de oro (*garimpeiros*), esta frontera representa, para todo aquel que busca explotar los recursos del bosque amazónico y sus habitantes, un lugar ideal en donde asentar sus operaciones.

La incapacidad de los estados para coordinar acciones de mitigación y erradicación de las prácticas ilegales refugiadas en esta frontera es un hecho de vieja data. La agenda bilateral, que analiza la realidad fronteriza bajo una visión geopolítica, militar y jurídicista, se ha concentrado en la militarización como la solución a esta problemática.

Por ejemplo, en 1977 los gobiernos de Venezuela y Colombia llegaron al acuerdo de configurar un manual de procedimientos operativos que garantizaría la ayuda mutua en la vigilancia y defensa fronteriza. Empero, fue a partir de la década de los noventa del siglo pasado que las Fuerzas Armadas (FFAA) venezolanas comenzaron

a enfrentar –abierta y notoriamente- a los actores armados no estatales provenientes de Colombia. De esa situación devinieron Teatros de Operaciones en los estados Apures, Zulia y Táchira, así como se configuró la Comisión Binacional, en la que Colombia y Venezuela intercambiaban información para el abordaje conjunto de las operaciones fronterizas.

Como la perspectiva militar ha prevalecido sobre la social, ninguna de las naciones ha configurado políticas públicas conjuntas que se ocupen de las personas víctimas de los abusos y opresiones que surgen de los grupos de poder –estatales o ilegales- transfronterizos.

Minería aurífera en la frontera amazónica colombo-venezolana y los pueblos indígenas

Entre la multiplicidad de actividades que integran la economía ilegal transfronteriza, nos concierne la minería aurífera no artesanal que se realiza en los de Atabapo y Autana del estado Amazonas venezolano y en los ríos Atabapo, Orinoco y Guainía. Aunque la minería tiene diversos sistemas de explotación que dependen del tipo de yacimiento (primario o secundario), lo más común y más rentable para los mineros ilegales transfronterizos es el sistema de explotación de los yacimientos secundarios en terrazas aluviales.

Si bien la intención de este trabajo no es entrar en detalles o caracterizar los procesos y sistemas de explotación minera, es importante hacer algunas precisiones técnicas. En aras de hacer comprensible cómo funcionan las minas, se tejen sus relaciones económicas, de poder y la forma en que afectan a las mujeres y pueblos indígenas.

Los sistemas de explotación aurífera en terrazas aluviales o placeres (causes hídricos donde se depositan las partículas de oro) son dependientes de las cuencas fluviales, que funcionan como una gran planta de procesamiento, que a partir de sus caudales, meandros y pendientes dan lugar a lavaderos y separadores gravimétricos. En la minería aluvial se extrae ese material depositado, a través de diversas maquinarias y técnicas como las dragas, que son abundantes en los ríos de la frontera amazónica colombo-venezolana. De carácter semi-artesanal, son –con generalidad- construidas por un grupo de mineros, con una inversión que pasa los 10.000\$¹, un

¹ Este monto no es sólo calculado a partir de la información suministrada por nuestros informantes dedicados a la minería, sino que es posible encontrar en la web avisos clasificados donde se vende este tipo de maquinaria. Véase: <https://www.olx.com.ec/venta-de-dragas-para-la-extraccion-de-oro-en-rio-iid-82081843> o <http://risaralda.clasicolombia.com/venta-draga-oro-id-7415>

monto que no sólo incluye los componentes de esta embarcación sino las “vacunas”² que cobran los efectivos militares de fronteras y los actores armados irregulares del conflicto colombiano.

Las dragas cuentan con motores de dos tiempos, una serie de mangueras que extraen el fondo del río y rampas que reciben el material pesado. Para su funcionamiento se precisa de gasolina o *diesel*, recursos valiosos en la frontera extraídos –preferiblemente– en Venezuela y cuya su distribución es regida por los militares en conjunto con la dirección regional de Petróleos de Venezuela (PDVSA).

En las minas aluviales a cielo abierto el proceso de extracción requiere de implementos como las motobombas y maquinaria pesada que, a diferencia de las dragas, deja evidencias muy notorias, debido a la deforestación y la degradación de los suelos. Los sectores aledaños a las minas se pueblan de mineros y otros actores como los dueños de las maquinarias y grupos armados que vigilan la producción. Las edificaciones de estos poblados varían según la longevidad de la mina y la cantidad de personas que en ella hacen vida, encontrándose desde simples estructuras de madera cubiertas de plástico hasta construcciones de bloque y cemento.

Es cierto que la minería y su economía no es una novedad en la frontera amazónica colombo-venezolana, pero no cuenta con una vasta historia de extracción aurífera y una cultura minera consolidada como puede ser el caso del estado Bolívar y sus límites con Brasil. Podemos decir que la masificación de la actividad minera en el estado Amazonas venezolano y la correspondiente expansión de las zonas pobladas aledañas a las minas se agudizó en la última década. Las razones podríamos rastrearlas en la laxitud de las medidas de protección ambiental que deberían monitorear la deforestación y contaminación de los recursos hídricos por minería aluvial, además de la presencia de los actores armados del conflicto colombiano, especialmente las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) que han hecho hincapié en la extracción aurífera como una actividad que les reporta grandes dividendos a partir de la extorsión a los mineros o vacunas y el control de las minas³. Es un hecho ya público, bien reseñado en un reportaje del diario *El tiempo*⁴, que las minas venezolanas alimentan al frente “Acacio Medina” de las FARC, un producto de la división del frente 43 estructuralmente vinculado al narcotráfico y bajo el mando de Género “John 40” Molina⁵.

² Palabra del argot popular venezolana utilizada para definir sobornos monetarios.

³ Véase: Actores armados ilegales y sector extractivo en Colombia. V informe. 2012

⁴ Material intitulado: No es solo oro lo que brilla en Guainía. Por Salud Hernández-Mora. Diario El tiempo, 14/12/2015. Disponible en: <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/mineria-ilegal-enguainia/16458155>

⁵ El alto mando de las FARC expulsó en el mes de diciembre del 2016 a Género “John 40” Molina al declararse

Actualmente, esta “fiebre del oro” en el Amazonas venezolano acarrea un flujo ininterrumpido de personas que transitan la frontera colombo-venezolana para incorporarse en la vorágine minera. Mas llegar a una mina no es tarea fácil, precisándose de un contacto que canalice y oriente el acceso de los y las interesadas, que deben acceder vía fluvial y/o caminando a través de “trochas⁶”, así como transitando por puestos de la Guardia nacional venezolana, que extorsionan a las y los mineros –especialmente los no venezolanos- en su camino. Esto último es un fenómeno recurrente en el municipio Atabapo, específicamente, en el puesto de Santa Bárbara por el que se pasa para llegar a una de las minas más grandes y pobladas de la región: Moyo.

Hoy la economía minera no sólo gira en torno al extractivismo, de hecho se han incorporado una serie de actividades que no habían sido registradas por los pobladores (en su mayoría indígenas) de las comunidades reconocidas por los estados. Este reacomodo de la economía minera y sus relaciones de poder han trastocado por completo a las comunidades indígenas transfronterizas, que recurrían en el pasado a la minería artesanal⁷ como una forma alternativa de acceder a la compra de herramientas de alto costo como motores fuera de borda o embarcaciones. En la actualidad, la mayoría de las y los indígenas se han sumado, e incluso dependen, de las actividades comerciales informales-criminales y relaciones económicas que depende de la extracción ilegal aurífera.

Un adagio minero afirma que lo que se extrae de la mina esta “lo pide de vuelta.” A este refrán le podemos encontrar múltiples significados, pero en realidad se refiere a los cuantiosos gastos que se deben realizar para mantenerse vivo en estos espacios, pues cualquier servicio o producto se cancela y cotiza en oro. En una economía minera como la que describimos, que involucra múltiples actores y se encuentra tan diversificada, no faltan la venta de licores, estupefacientes y la oferta de prostitución.

Así, no todo en la mina es el trabajo de la extracción del oro, también se encuentran –en las más pobladas- bares y restaurantes donde comerciantes informales sirven comida y bebidas, siendo los oficios de la cocina muy requeridos y - con frecuencia- ocupados por mujeres de las localidades cercanas. Las cocineras son una pieza fundamental de las minas, afiliadas a algún restaurant u ofreciendo sus servicios intermitentemente, cumplen una función que además reproduce los roles tradicionales de género donde las mujeres cuidan, sirven y producen la vida cotidiana

en disidencia. John 40 para a integrar la lista de objetivos de las agencia de inteligencia colombianas junto a Ernesto Orjuela (alias Giovanni Chupas) y Miguel Díaz Santacruz (alias Julián Chollo) quien ha sido acusado de ser el responsable de las rutas de narcotráfico de la frontera amazónicas colombo-venezolana.

⁶ Palabra del argot popular venezolano que define a los caminos y vías no reseñadas por la cartografía nacional.

⁷ Entendemos la minería artesanal como modalidades de extracción aurífera donde –generalmente- se realiza el lavado de arena con métodos manuales, prescindiendo de cualquier implemento mecánico o maquinaria.

na. Pero, es de mi interés y estudio la prostitución y la trata con fines de explotación sexual, un “negocio” tan lucrativo que, me atrevo a asegurar, reporta tantos dividendos como la tenencia de máquinas de extracción aurífera.

Oro, sexo y poder: violencias patriarcales transfronterizas contras las mujeres indígenas amazónicas

Los lugares donde se comercia con los cuerpos de las mujeres, adolescentes y niñas en los contextos mineros se denominan: currutelas. Una palabra que proviene del argot minero brasilero (*garimpeiro*) y que describe a los sitios donde se coloca música, expenden licores y los mineros acceden a la prostitución. En las currutelas la violencia social y patriarcal transita sin visado, pues en las minas no sólo se comercia y explota naturaleza, también con los cuerpos y la sexualidad de mujeres y adolescentes que recurren a la prostitución como una salida a la labor minera.

En mi trabajo de campo con las organizaciones de mujeres indígenas hemos recolectado información a través de recorridos, entrevistas y encuentros directos con los actores de la economía de la minería ilegal desde la que parto para indicar que todas las áreas de extracción minera están aunadas a la violencia sexual⁸. En aquellas minas controladas por los pueblos indígenas⁹ estas formas de violencia patriarcal se aúnan a la presencia de grupos armados irregulares que cobran “vacunas” para la explotación minera y que coaccionan a los mineros indígenas a través de agresiones a las comunidades, donde las mujeres y adolescentes son las víctimas más frecuentes. Empero, en las minas más pobladas lo más común es la prostitución y la trata con fines de explotación sexual, manejada —con total impunidad— por grupos criminales de la mina, aliados al poder militar estatal y a los actores armados no estatales.

Las mujeres, adolescentes y niñas explotadas sexualmente son de múltiples procedencias, siendo lo más recurrente encontrar colombianas y venezolanas con diversas pertenencias étnicas. La edad promedio para la captación es a partir de los 13 a 14 años, fungiendo la etnicidad y la situación económica como los factores individuales más influyentes en la vulnerabilidad. La juventud de las víctimas, creemos, está relacionada con la pedofilización de la trata, que recurre cada vez más a captar y explotar jovencitas, cuya juventud resulta más lucrativa para los tratantes. Según información

⁸ Las organizaciones de mujeres indígenas con las que tengo la oportunidad de entrar a campo y acceder a las y los informantes son la Organización de Mujeres Indígenas Amazónicas Wanaaleru y la Organización “Chejeru” de Mujeres Indígenas de Manapiare.

⁹ Específicamente me refiero a las que se ubican en la cuenca del Ventuari en el municipio Manapiare de la amazonía venezolana.

que he recabado -de informantes que han laborado en las minas de Maraya y Moyo (Atabapo-Venezuela)- el acceso sexual a una menor de edad siempre supera el costo del coito con una mujer mayor de edad.

Lamentablemente, el destino de muchas jóvenes indígenas son las currutelas y afirmo que, si bien, todas las mujeres explotadas en estos espacios son víctimas vulnerables, la captación y traslado de las indígenas resulta más rentable para los tratantes y proxenetas. Extraer a una indígena de las comunidades aledañas a las minas -sea a través del secuestro o la oferta engañosa- no involucra grandes inversiones de dinero, como sí lo representa el traslado de mujeres y, especialmente, adolescentes del centro de Venezuela o Colombia. Sin embargo, debemos añadir la corrupción y alianza del poder militar con los tratantes es un importante factor social o estructural que eleva el riesgo de las mujeres, adolescentes y niñas indígenas de ser víctimas de este fenómeno. Todo debido a que, además de la inversión en la movilización, los tratantes deben destinar un monto para el soborno de los efectivos militares venezolanos de las alcabalas y puestos fronterizos.

Otros factores sociales o estructurales claves son, en primera instancia, la pérdida de la economía del sustento, pues la destrucción de las formas tradicionales de generar la vida comunitaria empuja a las mujeres, adolescentes y niñas a insertarse en las economías no indígenas que expolían los recursos del bosque amazónico, entre ellas la minería ilegal. De igual forma, la ineficacia de las políticas educativas interculturales venezolanas y etnoeducativas colombianas impiden el desarrollo de potencialidades individuales y comunitarias (MONCADA, 2016). Todo debido a que los espacios educativos se localizan en los centros más poblados de los municipios fronterizos colombo-venezolanos dejando a las pequeñas comunidades sin cobertura. Bien es cierto que la dispersión geográfica es una gran limitación, pero incluso se falla en la configuración de los programas educativos bilingües y la formación de docentes indígenas.

Volviendo a los factores de vulnerabilidad, algunas veces agentes comunitarios o familiares de las indígenas actúan como puentes que facilitan el trabajo de captación. Creo que esto deviene de la misma lógica de la oferta engañosa de los tratantes, cuya esencia es elaborar promesas económicas, labores o simbólicas que nunca se cumplen. Así, el captante de origen indígena, si no está integrado formalmente en la red de trata y prostitución, también es presa del engaño, recibiendo poco o nada de lo pactado. En esta situación el patriarcado de algunas culturas representa un factor coadyuvante, porque, bajo la mirada patriarcal, las mujeres somos objetos de intercambio que facilitan alianzas políticas y económicas, siendo “la entrega de niñas y

adolescentes - para la cohabitación o el matrimonio – (...) una forma de relacionarse con estos nuevos “vecinos” particularmente poderosos.” (MONCADA, 2016)

Otro factor importante en la vulnerabilidad de las indígenas en estos contextos es la carencia de identificación. Con una generalidad abismal la mayoría de los y las jóvenes indígenas no cuentan con identificación de nacimiento o cedula, pues dichos servicios no llegan con frecuencia a las comunidades indígenas, obligándoles a trasladarse hacia las capitales. Es por ejemplo el caso de los indígenas venezolanos que deben viajar hasta la capital del estado Amazonas para la expedición de sus cédulas, pues los operativos de identificación organizados por el Servicio de Atención, Identificación, Migración y Extranjería (SAIME) en los municipios son muy escasos. Este vacío es de gran ayuda para los tratantes y proxenetas, que cuentan con víctimas que no están inscritas en los sistemas de identificación nacionales y, por lo tanto, son las víctimas “perfectas” que no existen como ciudadanas para ningún Estado.

Las formas de violencia que considero inherentes a la economía minera ilegal transfronteriza se aúnan al ejercicio del poder patriarcal sobre los cuerpos de las mujeres, que en muchas ocasiones van más allá de la violencia sexual e indican colonización territorial. Un ejemplo es la masacre de Haximú (Frontera Brasil-Venezuela, 1992) donde los cuerpos de las mujeres y niños fueron los territorios de conquista, donde los garimpeiros brasileiros dejaron marcada su apropiación territorial.

Ahora, la pregunta es qué pueden hacer los Estados y la sociedad civil para contribuir a la erradicación de los fenómenos que he descrito. Primero es necesario que los Estados colaboren mancomunadamente para trascender la visión militarista-geopolítica de las fronteras y se ocupen de la gente, lo que implica la construcción de acciones mancomunadas que reconozcan la existencia de estas problemáticas. La militarización de las fronteras de ninguna forma supone una solución, de hecho, puede generar un efecto coadyuvante que permite a los tratantes generar alianzas con estos representantes del poder estatal que, en los espacios fronterizos, detentan un poder absoluto. La presencia de los efectivos castrenses es justificada por los Estados como una forma de aumentar la probabilidad de aprehensión de los tratantes, pero en realidad contribuye a la creación de un estado de guerra (FALCÓN, 2001) donde las mujeres viven bajo el terror de género producto de la presencia omnipresente de actores armados estatales y no estatales que imponen un orden falocrático, donde las mujeres siempre son territorios dominables.

Los Estados involucrados deben aceptar la existencia de estos problemas y abocarse a la construcción conjunta de soluciones. La invisibilización es una técnica de poder a la que recurren los Estados con mucha frecuencia para silenciar y que va de la

mano con la corrupción del poder militar-policial y agentes políticos del Estado. Una situación muy acusada, especialmente, en Venezuela donde las cifras e información de la situación de las diversas modalidades de trata de mujeres no son de dominio público.

El ejercicio efectivo de los Derechos de las mujeres en las fronteras es un problema internacional (MONÁRREZ y TABUENCA, 2013). De darse este reconocimiento los Estados deben construir políticas fronterizas y acciones, desde una perspectiva de género intercultural, que reconozca las especificidades étnicas de las indígenas y sus necesidades estratégicas y prácticas de género. Pues un grave error es articular acciones para una mujer genérica, que parece no tener identificación étnica-racial o clase. De igual manera, es preciso el estudio y análisis de las formas de violencia patriarcal que se desarrollan en estos contextos y para ello es necesario comprender las relaciones de poder transfronterizas y sus manifestaciones, a fines de crear nuevas definiciones del complejo sistema de violencias sistemáticas, estructuradas sobre la inferioridad social de las mujeres en el sistema patriarcal y, que, en el caso de las indígenas, se imbrica con su procedencia étnica.

Finalmente creo que el reto que se nos presenta a la teoría feminista y a los estudios transfronterizos es mirar más allá del problema que estos fenómenos representan para los Estados y su geopolítica, entendiendo que son operaciones de un sistema patriarcal que precisa de la explotación de los cuerpos y sexualidades de las mujeres para su reproducción. Lamentablemente, lo que yo hoy he presentado es un campo de batalla en donde el patriarcado nos lleva la delantera, queda de nosotras y nosotros desde la academia, la sociedad civil y el Estado generar los frentes que nos permitirán luchar contra esta terrible realidad.

Recibido em dezembro de 2016, aprovado em fevereiro de 2017.

Referencias bibliográficas

AINSA, F. La frontera: límite protector de diferencia y espacio de encuentro y transgresión. En: **SEMINARIO- TALLER LA FRONTERA: LÍMITE PROTECTOR DE DIFERENCIAS Y ESPACIO DE ENCUENTRO Y TRANSGRESIÓN**, 1., 1995, San José de Costa Rica.

ARVELO, Miguel Ángel. “te odio y te quiero...” Colombia y Venezuela: entre la tensión y la integración. En: **Revista de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 4, n° 4, p. 55-94, oct./dic. 1998.

CRISTANCHO, M. V . **La frontera es un tercer país, dice Uslar Pietri.** El Tiempo, Bogotá, 28 jul. 1996

HEYMAN, J; SMART, A. States and ilegal practices. An overview. En: HEYMAN, J. (Ed.). **States and illegal practices.** Oxford: Berg, 1999. Pp. 1-24.

MONÁRREZ, Julia Estela. **Trama de una injusticia. Feminicidio sexual sistémico en Ciudad Juárez.** Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2013.

MONÁRREZ, Julia Estela; TABUENCA, María Socorro. **Bordeando la frontera de la violencia contra las mujeres en el norte de México.** Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2013.

MONCADA, Alicia. Aportes para el análisis de la violencia contra las mujeres indígenas en los contextos mineros. En: GAY-SILVESTRE, Dominique (Ed). **Mujeres, Derechos y Políticas Públicas en América y el Caribe,** México: Moby Dick (en prensa)

SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado.** México: Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006.

ARTIGO

POLÍTICAS CULTURAIS E AMBIENTAIS, COMUNIDADES E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE IDENTIDADES, AMBIENTE E TECNOLOGIAS PATRIMONIAIS

Resumo

A exposição apresenta a trajetória de pesquisas do LaPCAB junto a comunidades e coletividades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social, no Brasil, evidenciando o caráter sensível de suas interações diretas com os contextos ambientais em que estão inseridos, mediadas por tecnologias patrimoniais. Sobre tais trajetórias, elaboramos um mapa conceitual das correspondências operantes entre as concepções de cultura, tradição, desenvolvimento e políticas públicas, nas trajetórias dessas comunidades, visando discutir os deslocamentos de sentido (ou da percepção de si) ocorridos naquele caráter sensível, que produzem continuidades e descontinuidades nos arranjos comunitários de identidades e matérias-primas utilizadas na produção dos seus bens de marcação social.

Palavras-Chave: Comunidades; Políticas Culturais e Ambientais; Identidade; Interculturalidade.

Abstract

The text presents the research trajectory of the LaPCAB with communities and collectivities of actors producing identity goods, or social marking, in Brazil, highlighting the sensitive nature of their direct interactions with the environmental contexts in which they are inserted, mediated by patrimonial technologies. On these trajectories, we elaborate a conceptual map of the operative correspondences between the conceptions of culture, tradition, development and public policies, in the trajectories of these communities. This procedure aims at discussing the dislocations of meaning (or perception of self) occurring in that sensitive character, which produce continuities and discontinuities in the community arrangements of identities and raw materials used in the production of their social marking goods.

Keywords: *Communities; Cultural and Environmental Policies; Identity; Interculturality.*

* Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), Professor Titular do PPG em Ciências Sociais da Unisinos, RS, e Professor do PPG em Desenvolvimento Regional da UFT. Bolsista de Produtividade em Pesquisa-CNPq.

** Doutor em Antropologia Social (UFRGS), Bolsista DocFix CAPES/FAPERGS de Pós-doutorado no PPG em Ciências Sociais da Unisinos, RS.

Introdução

A presente análise foi elaborada sobre os relatórios dos pesquisadores que realizaram as incursões etnográficas da primeira fase de pesquisa do LaPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: gestão e inovação, ocorridas entre 2011 e 2013.

O projeto do Lapcab prevê investigar as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social (extrativistas, artesãos, pescadores, entre outros) que se reconhecem em um contexto ambiental determinado e que utilizam, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integram as percepções locais de cultura e ambiente. Esse processo de integração das percepções de cultura e ambiente baseia-se na concepção de que as tecnologias produzem agências sobre as ações e interações dos humanos entre si, e dos humanos com não-humanos, constituindo redes que caracterizam coletividades sociotécnicas (LATOURET, 2012).

Nesta primeira fase, investigamos 33 coletividades e comunidades constituídas nos critérios da pesquisa¹, distribuídas em 17 estados do país. As investigações foram orientadas pelos procedimentos de estudo de caso com base na abordagem etnográfica (VAN VELSEN, 1987), utilizando técnicas de investigação estipuladas em um quadro comum às pesquisas em Ciências Sociais, consistindo de observação direta dos contextos investigados, entrevistas, coleta documental e aplicação de questionários.

Das comunidades e coletividades selecionadas (10 na região norte; 8 na região nordeste; 2 na região centro-oeste; 6 na região sudeste e 7 na região sul), todas foram visitadas pelos pesquisadores do LaPCAB, em períodos médios de seis dias, que variavam conforme a distância dos mesmos em relação à capital do estado em que se localizam. Buscamos variar a localização regional das coletividades e comunidades, visando uma representatividade amostral das mesmas, considerando-se sua inserção em redes de produção e distribuição dos bens ou produtos gerados em cada contexto. As coletividades foram visitadas duas vezes e todas foram acompanhadas, antes e depois das visitas, através de contatos por e-mail ou pelo monitoramento das suas atividades expostas em páginas na web.

Concluídas as visitas e elaborados os relatórios das incursões de campo, foi possível reconhecer uma primeira configuração geral dos casos estudados, considerando

¹ Os relatórios dessas investigações estão disponíveis *on line* para os pesquisadores que compõem a rede do projeto, através do *web group Dropbox*. Além desse repositório, as imagens e um breve descritor das coletividades e comunidades investigadas estão disponíveis em uma página criada no Facebook: www.facebook.com/lapcab.

o projeto formal, ou informal, que essas coletividades estabeleceram, em relação com o contexto ambiental em que estão situados, a matéria-prima que utilizam em suas práticas e os produtos que resultam dessas interações, como segue.

Região Nordeste		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Associação das Mulheres Artesãs Quilombolas Serra das Viúvas (AL)	bioma da serra no sertão alagoano	Palha da palmeira de Ouricuri (<i>Syagrus coronata</i>), cipó, palha de bananeira
Associação de Artesãs do Pontal do Coruripe (AL)	litoral sul de Alagoas	Palha da palmeira de Ouricuri (<i>Syagrus coronata</i>), papel celofane, tinta e tecidos
Associação de Artesanato Cana-Brava (PE)	litoral norte de Pernambuco	Fibra da cana-brava (<i>Gynerium sagittatum</i>)
Associação dos Artesãos do Alto da Sé, Olinda (PE)	Olinda, PE	Entalhes em madeira, renda
Associação de Artesãos de Porto de Saúpe (BA)	bioma da Mata Atlântica da região do Nordeste	Piaçava (<i>Attalea funifera martius</i>), fibra da palmeira de ouricuri (<i>Syagrus coronata</i>)
Taboarte, Associação comunitária de produção de artesanato (BA)	São Sebastião do Passé, 58 km de Salvador	Fibra da taboa (<i>Typha domingensis</i>)
Associação de Artesãs e Agricultores de Canaan (ARTECAN) (CE)	Trairi, Litoral Oeste do Estado do Ceará	Renda de bilro (vestuário e rendas para objeto doméstico), elaboração de alimentos (geleias, doces e mel de frutas locais)
Fundação “Casa Grande” (CE)	Nova Olinda, CE patrimônios naturais paleontológico e arqueológico da Chapada do Araripe e Vale do Cariri	Programas diversificados nos campos da memória, turismo de base comunitária, comunicação, arte, meio ambiente, esporte

Região Norte		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Associação dos Artesões de Miriti de Abaetetuba (PA)	Abaetetuba, PA	Madeira da palmeira de miriti (<i>Mauritia flexuosa</i>): brinquedos
Ciclos da mandioca e do beiju na comunidade Araí (PA)	Augusto Corrêa, região bragantina, PA	Produção de mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>) e sua singularização em um artefato cultural (beiju) nos rituais de comensalidade durante a Semana Santa
Fórum das Águas, Manaus (AM)	Manaus (AM), bacias hídricas da Amazônia	monitoramento das bacias hídricas da Amazônia
Projeto Tecnologia na Aldeia Etnia Tikuna (AM)	Serra do Balaio, AM	Tecnologias áudio-visuais e internet: memória, ambiente e território étnico
Cooperativa Açaí, Porto Velho (RO)	Porto Velho, RO, e comunidades ribeirinhas	Sementes e fibras originárias do bioma amazônico (biojoias), algodão orgânico (tecelagem e bonecas)
Projeto Artesanato Wapichana, Aldeia Taba Lascada, Boa Vista (RR)	Boa Vista, RR	Fibra da palha do miriti (<i>Mauritia flexuosa</i>): “darruana”, chapéus, “abano” para virar o “beiju” do caxiri e para abanar o fogo, colares, saias, pulseiras e sutiã de fibras; arumã, para a fabricação de peneira, vassoura e cestas; argila, para panela de barro, prato e jarras.
Formação de lideranças indígenas e uso de TICs nos projetos indígenas locais	Etnias Macuxi e Wapichana, Boa Vista, RR	Utilização de tecnologias de comunicação e informação nas interações dos movimentos indígenas de Roraima
Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais (Quebradeiras de coco), São Miguel (TO)	Bico do Papagaio, TO	Extração e quebra de coco babaçu
Associação dos Artesãos da Comunidade do Mumbuca, Mateiros (TO)	Jalapão, TO - cerrado	Capim dourado (<i>Syngonanthus nitens</i>): biojoias e artefatos culturais
Associação dos Artesãos do Capim Dourado Pontealtense (TO)	Jalapão, TO - cerrado	capim dourado (<i>Syngonanthus nitens</i>): biojoias e artefatos culturais

Centro-Oeste		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Associação Cultural e Artística de Anápolis – ACAA (GO)	Anápolis, GO	Fiação e tecelagem, produzem telas, esculturas, cerâmica, cestas de material reciclável, oferecem aulas de dança clássica, dança do ventre, capoeira, teatro, catira, jongo, entre outras atividades
Associação do Quilombo Kalunga – AQK (GO)	Cavalcante, Nordeste de Goiás	Agricultura de autossustentância e criação de gado “Projeto Kalunga: Povo da Terra – Subprojeto do Resgate Histórico dos Quilombos”
Sudeste		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Casa do Figureiro “Maria da Conceição Frutuoso Barbosa” (SP)	Taubaté, SP	Argila de barreiro: figuras de barro secadas ao sol e pintadas
Associação em Defesa dos Pequenos Agricultores de São Luiz do Paraitinga (SP)	São Luis do Paraitinga, SP Serra do Mar – Mata Atlântica	Cultura caipira, patrimônio cultural e ações coletivas contra a monocultura do eucalipto
Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Cachoeira do Brumado, Mariana (MG)	Mariana, MG	Pedra-sabão: “paleiros”, panelas, escultores voltados para a arte-sacra; sisal: tapetes, capachos e outros objetos artesanais (antes, com a pita – a folha de uma árvore chamada piteira)
Oficina Gente de Fibra, afiliada à Cooperativa Mariense de Artesanato do Município Maria da Fé (MG)	Serra da Mantiqueira, MG	Fibras de bananeira (gênero <i>Musa</i> , família <i>Musaceae</i>), caixas de papelão reciclado e processado
Colônia de Pescadores de Itapoã (ES)	Praia de Itapoã, município de Vila Velha	Pesca artesanal
Associação das Paneleiras de Goiabeiras (ES)	Manguezal, Vitória (ES)	Argila de barreiro, tanino (tintura natural obtida da casca do mangue-vermelho, <i>rhizophora mangle</i>)

Sul		
Projeto	Contexto ambiental	Matéria-prima-produtos
Cooperativa das Trabalhadoras Autônomas da Pesca e Acessórios Artesanais (Copescarte) (PR)	Antonina, litoral paranaense	Beneficiamento das peles de peixes marinhos, confecções de biojóias
Projeto Caminhadas na natureza (PR)	Nova Tebas e Ivaiporã (vale do Ivaí) (PR) Região agrícola	Caminhadas por propriedades de agricultores familiares, em meio a lavouras, pastagens e matas (ressignificação do espaço rural)
Projetos Nossa Terra, Artes do Mar e Casa de Anita (SC)	Laguna, SC	Beneficiamento das peles de peixes marinhos, confecções de biojóias, patrimônio cultural
Comunidade de pescadores da Costa da Lagoa e Barra da Lagoa (SC)	Florianópolis, SC	Pesca artesanal
Art'Escama-Associação de Artesanato da Ilha da Pintada (RS)	Ilha da Pintada, Porto Alegre, RS	Beneficiamento das peles e escamas de peixes marinhos, confecções de biojóias
Caminho das Graças, Canela (RS)	Comunidade rural do Banhado Grande, Canela, RS	Caminhada em área rural ornamentada com capelas de santos em materiais diversos, cultura italiana
Projeto Caminhos Rurais de Porto Alegre (RS)	Zona Sul de Porto Alegre Região de agricultura orgânica	Agroecologia, turismo rural, educação ambiental

Considerando a configuração acima, verifica-se que a grande maioria dos casos estudados se caracteriza por originar de interações diretas das comunidades com alguma matéria-prima disponível no contexto ambiental em que estão situadas, através de práticas de extrativismo e beneficiamento de algum tipo, que inclui técnicas produtivas e fazeres de ofício tradicionais. Nesse sentido, as práticas e fazeres de ofício dessas comunidades estão inscritos na definição de tecnologias patrimoniais, por representarem artefatos ou formas culturais que preservam dinâmicas de enraizamento socioambiental (ARDANS, 2014) variados e mediados por técnicas produtivas de bens identitários. Também, em boa parte essas comunidades se inscrevem

na concepção de comunidades tradicionais² definida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007).

No conjunto dessas comunidades, então, supomos que poderiam ser identificadas as influências (ou agenciamentos³) que deslocam a percepção de si que as comunidades produzem em relação com a natureza (seja na coexistência⁴ entre elas, seja na elaboração de produtos e bens de marcação identitária, seja na processualidade das tecnologias patrimoniais), gerando arranjos que expandem o reconhecimento, pelos outros, da qualidade primordial de sua identidade⁵, em relação com a natureza.

Dessa forma, ao iniciar uma segunda fase das pesquisas⁶, elaboramos uma análise temática dos referentes descritivos utilizados nos relatórios dos pesquisadores, utilizando o software NVivo, e chegamos a quatro termos-chaves: cultura, tradição, comunidade e inovação. Esses termos foram complementados por mais dois, em uma segunda análise temática (identidade e matéria-prima), resultando em um quadro temático-analítico que evidenciou as correspondências operadas entre os mesmos, pelas comunidades.

² Conforme o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Territórios tradicionais, no mesmo decreto, são entendidos como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

³ Utilizamos a noção de agenciamento, aqui, como esboçada por Yúdice (2006). Trata-se de identificar atores que agenciam recursos identitários recuperados de uma “reserva disponível” nas trajetórias comuns de suas formações culturais específicas, em diálogo com modelos culturais predominantes na sociedade globalizada. Esse predomínio se expressa na configuração de um campo de forças performáticas a condicionar a ação dos atores que, por vezes, imprimem uma dinâmica de operar agenciamentos nos intervalos daqueles modelos. Essa noção não se desinibe de discutir até que ponto a agência é definida na ação e relação dos humanos-entre-eles e até que ponto ela incorpora ações de não humanos, híbridos que se expressam como coletividades sociotécnicas que produzem efeitos no curso da ação (LATOURETTE, 2012).

⁴ Aqui, pensamos a experiência sensível dessas comunidades com a natureza como dado da sensação, segundo Merleau-Ponty (1994, p. 286): “O sensível [...] é uma certa maneira de ser no mundo que se propõe a nós de um ponto do espaço, que nosso corpo retoma e assume se for capaz, e a sensação é literalmente uma comunhão [ou uma] coexistência”.

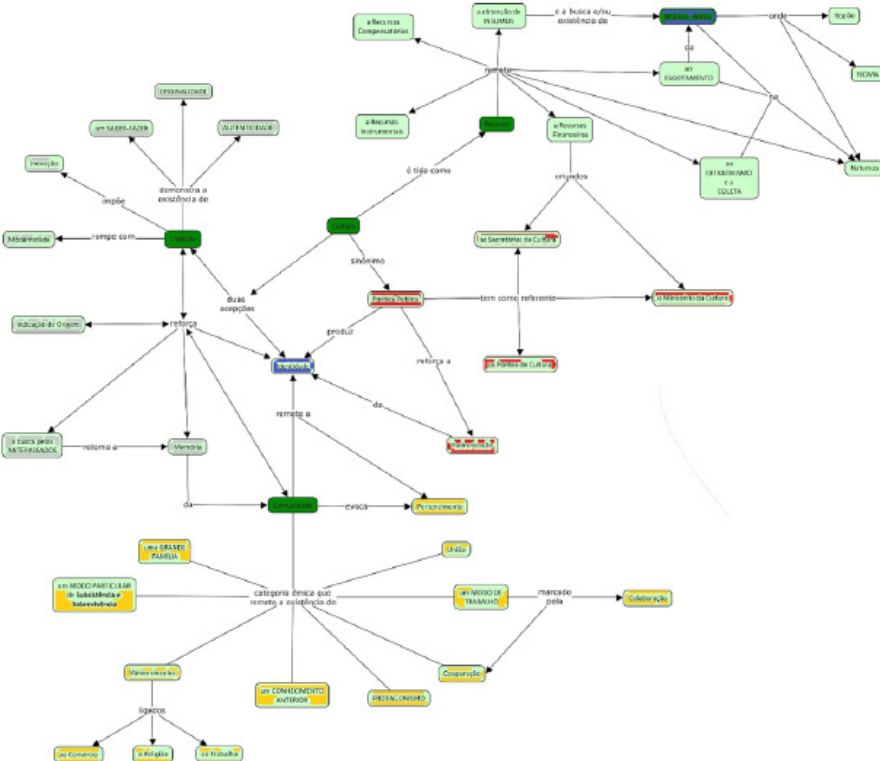
⁵ Pensamos a qualidade primordial da identidade dessas comunidades em consonância com as noções de autenticidade primordial e emergente, elaboradas em correspondência com as noções de diversidade primordial e emergente, definidas por Navarrete (2008) e Putignat; Streiff-Fenart (2011). Pensando a diversidade cultural desde a perspectiva étnica, os autores definem a diversidade primordial como concepção ancorada na identidade ligada às raízes originárias das coletividades ou grupos, enquanto a diversidade emergente é definida segundo os processos simultâneos de integração e resistência que as coletividades estabelecem na interação com outras coletividades e com a modernização ocidental, constituindo novas características e necessidades de acordo com o momento histórico (etnogênese).

⁶ Na segunda fase (a partir de 2014 e em desenvolvimento), selecionamos 10 casos em 9 estados das diferentes regiões brasileiras, ampliando as incursões para três visitas, em cada caso.

Após tais análises, elaboramos um mapa conceitual dos termos-chaves e suas correspondências operantes, que serviu de orientação para a análise que segue.

O mapa conceitual dos termos-chaves, seu perspectivismo situacional e uma análise geral

Mapa conceitual sobre os referentes descritivos dos relatórios de pesquisa do LaPCAB



Considerando a distribuição dos termos-chaves obtidos da sistematização dos referentes descritivos nos relatórios de pesquisa, podemos descrever, agora, as correspondências operantes que as comunidades estabelecem sobre os mesmos. Tais correspondências apresentam um perspectivismo situacional, conforme se operem em arranjos que se tecem desde agenciamentos endógenos ou exógenos.

Assim o termo Cultura apresenta duas acepções: a) uma vinculada às concepções de identidade e tradição (menos comum e de caráter territorial); b) outra vincu-

lada à concepção de política pública (mais comum a todas as comunidades e genérica), podendo referir-se à ideia de ponto de cultura; de secretarias de cultura; e/ou de ministério da cultura.

Ao termo Tradição, duas considerações devem ser feitas: a) o termo não apresentou ocorrência estrita e única enquanto categoria analítica; b) ele aparece sempre vinculado a outras categorias analíticas. Neste sentido, há de considerar a dimensão territorial, ou comunitária, enquanto importante elemento norteador de sua ocorrência e dos vínculos que são estabelecidos entre essa e outras categorias de análise.

No que se refere às correspondências operantes do termo, pelas comunidades, pode-se afirmar que há pelo menos oito relações/construções que se estabelecem entre o mesmo, como categoria analítica, e os vínculos que os indivíduos estabelecem entre essa e outras categorias nativas, bastante comuns e já mapeadas nos estudos sobre a temática, a saber:

a) enquanto saber-fazer: artesãs da Serra da Viúva, BA / Paneleiras de Goiabeiras, ES;

b) enquanto padronização/identidade/indicação geográfica: Artesãos de Anápolis, GO; Paneleiras de Goiabeiras, ES / Artesãos de Capim dourado, Mumbuca, TO;

c) enquanto rompimento (tradição x modernidade): Artesãos de Cana Brava, Goiana, PE;

d) enquanto rompimento (tradição x inovação): Figureiras de Taubaté, SP;

e) enquanto identidade cultural: Pescadores de Itapoã, ES / Artesãos de Miriti, Abaetetuba, PA;

f) enquanto autenticidade/originalidade: Paneleiras de Goiabeiras, ES;

g) enquanto categoria vinculada à ideia de comunidade: Artesãos de Capim dourado, Mumbuca e Ponte Alta, TO;

h) enquanto categoria vinculada à memória e a retomada dos antepassados: Pescadores da Costa da Lagoa, SC.

Contudo, constatamos que no conjunto das ocorrências há mais ênfase na concepção de tradição como derivada do cognato cultura. Sua retomada, de certa forma, remete em geral a vínculos que são estabelecidos localmente, a partir de categorias êmicas ligadas a modos de fazer e viver, da existência de uma noção nativa de identidade e comunidade e, também, da importância de se retomar as tradições dos antepassados (memória) no tempo presente.

O termo Comunidade, de um modo geral, se explicita no conjunto dos dados como uma noção com forte enraizamento socioambiental, ou territorial, a partir do

qual se desdobram outras relações que se vinculam a diferentes pertencimentos que são colocados em evidência em momentos e tempos diversos. Contudo, a polissemia que cerca o uso do termo se faz mais presente em pelo menos cinco contextos específicos, nos quais são acionados dois conjuntos diferentes de relações/pertencimentos. São eles:

a) os artesãos de Anapólis, GO, onde o uso do termo corresponde à existência de um conhecimento anterior; vincula-se à existência de uma união entre aqueles que pertencem a esse território; atrela-se à ideia de protagonismo dos atores e a uma indicação geográfica de origem;

b) as artesãs da Serra da Viúva, BA, onde o uso do termo corresponde à existência de uma identidade local; atrela-se à ideia de cooperação/trabalho; vincula-se ao desenvolvimento de uma atividade realizada pela família; vincula-se à existência de um saber-fazer que lhes foi passado pelos antepassados; atrela-se ao seu pertencimento a este território em específico; atrela-se à existência de uma identidade geográfica, local, ligada à sua relação com o território em seu sentido estrito. Aqui, importa destacar que é unicamente nesse território que o uso do termo comunidade aparece, dentre todos os contextos pesquisadores, vinculado também à religião.

c) na aldeia de Taba Lascada, RR, onde o uso do termo corresponde especificamente à ideia de união entre os membros da comunidade e seu protagonismo; atrela-se à existência de um conhecimento anterior; vincula-se à atividade de comercialização daquilo que é produzido;

d) no quilombo Kalunga, GO, onde o uso do termo evidencia forte enraizamento no conceito de identidade; está atrelado à noção de pertencimento, tanto identitário quanto territorial; está ligado à família e à manutenção dos laços familiares; está atrelado à existência de uma identidade étnica comum;

e) nos artesãos de Capim dourado, Mumbuca, TO, onde o uso do termo evidencia forte enraizamento nos conceitos de identidade e pertencimento; atrela-se à família, à cooperação, ao trabalho e a um saber-fazer dos antepassados; evidencia forte enraizamento na existência de uma identidade geográfica.

No *intermezzo* desses casos, com menores ocorrências, mas também, menos polissemia conceitual, temos os seguintes casos:

f) pescadores de Itapoã, ES: ideia de comunidade ligada às noções de identidade, pertencimento, cooperação e trabalho;

g) artesãs de Porto do Sauípe, BA: ideia de comunidade ligada de modo unívoco à ideia de pertencimento;

- h) pescadores da Costa da Lagoa, SC: ideia de comunidade ligada de modo unívoco à ideia de pertencimento;
- i) artesãs de Cana Brava, PE: ideia de comunidade ligada de modo unívoco a ideia de cooperação e trabalho;
- j) artesãos de Capim dourado, Ponte Alta, TO: ênfase na identidade étnica;
- k) artesãs de Canaan, Trairi, CE: ênfase na questão do pertencimento;
- l) paneleiras de Goiabeiras, ES: ideia de comunidade ligada à sobrevivência do grupo.

Já o termo **Inovação** foi o que apresentou menos ocorrências, destacando-se:

- a) uma nas Figureiras de Taubaté, SP, onde o uso do termo corresponde à introdução de tecnologias;
- b) uma nas Paneleiras de Goiabeiras, ES, onde o uso do termo corresponde à introdução de técnicas de beneficiamento das panelas;
- c) uma ocorrência nos artesãos de Capim dourado, Mumbuca, TO, onde o uso do termo corresponde à ação de designers na introdução de produtos;
- d) três nos artesãos de Capim dourado de Ponte Alta, TO, onde o uso do termo corresponde à introdução de técnicas produtivas, à segmentação do trabalho e à ação de designers na introdução de produtos.

Esse pequeno uso do termo, todavia, não restringe as correspondências operantes do mesmo às comunidades citadas. Embora os relatórios dos demais casos não utilizem o termo como um referente descritivo dos projetos e práticas das comunidades pesquisadas, os mesmos descrevem ou apresentam várias situações nas quais o uso do termo se faria apropriado, geralmente, para estabelecer compreensões acerca dos processos de mudança operados nas técnicas produtivas dos bens identitários, assim como na substituição do extrativismo das matérias-primas pelo fornecimento terceirizado da mesma.

Todos os casos que usam o termo para descrever suas correspondências operantes nas comunidades, ou que descrevem experiências de mudanças associadas a inovações, evidenciam situações nas quais os agenciamentos exógenos são apropriados pelas comunidades, das interações com projetos e dispositivos de políticas públicas, do mercado e/ou de Organizações Não Governamentais, geralmente descritas como parcerias. Ainda, vários casos de inovações referem-se a mudanças operantes nas práticas de extrativismo e nas técnicas produtivas, resultantes de restrições ambientais impostas às comunidades pelas políticas públicas.

Considerando agora uma análise geral do perspectivismo situacional anterior, quando buscamos compreender a correspondência operante dos termos chaves nas

comunidades, e entre elas e os agentes exógenos com quem interagem, constatamos uma ambivalência no uso dos termos, quer eles se refiram às interações endógenas e às trajetórias dessas interações, entre as pessoas das comunidades, quer eles se refiram às influências e agências dos agentes exógenos.

Assim, quando se fala em tradição, isso logo evoca a ideia de um rompimento, ou distanciamento, com a modernidade (que impõe a necessidade de inovações) com vistas a se reforçar a sua indicação de origem, a tradição dos antepassados, através de uma retomada da memória destes e da comunidade a que pertencem. Essa ideia de comunidade evoca recorrentemente a existência de certa identidade comum, que reforça a existência de uma tradição e se explicita na existência de um saber fazer, afirmado por alguma originalidade e autenticidade.

No que se refere à noção de comunidade, que aparece nos relatórios analisados, tem-se que essa é, em si, uma categoria êmica que remete à existência de uma grande família, um modo particular de existência e sobrevivência, um conhecimento anterior que faz referência à existência de certo protagonismo e união do grupo. União e protagonismo esses que se vinculam a um modo de trabalho que se pauta na co-operação entre iguais e é marcado, na maioria das vezes, pela colaboração de todos nas atividades desenvolvidas pelo grupo. Grosso modo, os relatórios apontam para a existência de três pilares estruturantes desses vínculos comunitários: o comércio, a religião e o trabalho.

Por sua vez, a identidade por eles construída a partir da ideia de comunidade está fortemente vinculada à tradição e tem como vocativo principal a memória e a busca pelos antepassados. Contudo, essa identidade torna-se performática, muitas vezes, frente às influências das políticas públicas existentes e o modo como essas políticas interpretam e difundem a ideia de cultura. Desta feita, pode-se dizer que tais políticas acabam, de certa forma, por forçar uma padronização das muitas identidades existentes no seio de uma dada comunidade, em torno de certos marcadores que são colocados em destaque, constituindo um “campo de forças performativas” (YÚDICE, 2006).

Especificamente, no que se refere à ideia de cultura, tem-se que essa é muito mais uma construção externa às comunidades, que se dá a partir do modo como a cultura é entendida e difundida pelos agentes estatais, mas também, por agentes de Organizações Não Governamentais e de mercado. Os agenciamentos exógenos que se operam sobre a qualidade primordial da identidade dessas comunidades imprimem uma tensão nas perspectivas de sua consciência sensível, formada na interação com a natureza, ao ofertarem uma “consciência intelectual” (MERLEAU-PONTY,

1994, p. 292) que atravessa a relação das mesmas com os objetos ou coisas que compõem o mundo. Essa tensão gera um primeiro deslocamento de sentido nas interações originárias dessas comunidades com seu contexto ambiental.

Na maioria dos casos, esse modo remete à manutenção de certas tradições e identidades locais que, em função de agenciamentos existentes em um dado momento do tempo, são tidas como relevantes e merecedoras de preservação, ou apoio. Já do ponto de vista das comunidades, cultura é sinônimo de políticas públicas, na maioria das vezes vinculadas a projetos pontuais ligados às Secretarias de Cultura locais, ao Ministério da Cultura e, mais recentemente, à noção de ponto de memória, sendo esta, uma concepção trazida pela nova museologia, também chamada museologia social.

Ainda nesta direção, merece destaque a constatação de que o uso do termo cultura é progressiva e expansivamente vinculado à ideia de recurso. Esta correspondência, ou aproximação, se expressa pela estreita relação que os termos assumem, quando exteriorizados nas comunidades para explicitação das suas relações com o mercado e as políticas públicas. Nesse sentido, o uso do referente recurso explicita uma ambivalência, ora assentada na lógica de redução da cultura a uma “reserva disponível” para estabelecer autenticidade ou legitimação a um produto para o mercado, ora assentada na lógica de recuperação, ou ressignificação, do produto como um bem, para a valorização comunitária da qualidade primordial de sua identidade. Neste último caso, o recurso equivale à matéria-prima com as quais as comunidades interagem, em seus contextos ambientais, e é deslocado do mercado para compor, ou atualizar, a “reserva disponível” de autenticidade de seus processos identitários. Esse segundo deslocamento de sentido, embora condicionado por uma ambivalência de orientações dos agenciamentos culturais endógenos e exógenos às comunidades, permite compreender as limitações da tensão instalada pela influência da “consciência intelectual” sobre a experiência sensível dessas comunidades com a natureza, como dado da sensação. Uma vez que os agenciamentos ambivalentes se assentam sobre a mesma ideia de “reserva disponível”, os produtos autenticados para o mercado podem ser recuperados, ressignificados e inseridos em um regime de valor tradicional.

Isso ocorre nas várias situações em que essa autenticidade se atualiza, contemporaneamente, pela mediação desses recursos em processos de patrimonialização cultural, como já destacou Dias (2012)⁷.

⁷ As relações entre bens identitários e mercado são potencializadoras de processos de patrimonialização, como já analisou Dias (2012). Ao investigar os registros fonográficos das músicas tradicionais de Cabo Verde e os significados que adquirem em diferentes contextos, a autora evidencia que as “tecnologias de registro

Assim, as referências ao uso do termo recurso, nos relatórios, remetem a um conjunto bastante diverso e alargado de entendimentos acerca: da existência de certos recursos instrumentais que garantem a reprodução de um dado modo de vida e/ou tradição da comunidade; da existência de recursos compensatórios derivados de multas e notificações ambientais que são convertidos em capital financeiro; do capital “dinheiro”; da obtenção de insumos para a continuidade de suas atividades, como tradição de ofício, ou para atendimento das demandas de mercado; e do esgotamento da(s) matéria(s)-prima(s) com a(s) qual(is) interação.

De uma maneira geral, dadas as especificidades que envolvem cada contexto ambiental analisado, tem-se que muitas vezes elas são expressas pela referência de um determinado bioma, de uma dada região, ou de um entorno onde a matéria-prima (insumo) é obtida, por meio da atividade extrativista dos próprios agentes e/ou a coleta destes *in loco*.

No que se refere ao esgotamento da matéria prima, tem-se que tal preocupação reside sobretudo na forma cultural da interação que as comunidades estabeleceram com seus contextos ambientais, no que tange a existência e/ou disponibilidade dos insumos necessários à sua atividade, uma vez que nada é produzido, mas sim, coletado na natureza ou extraído desta *in natura*. Ocorre que, nos casos identificados com o extrativismo, a coleta ou extração de matéria-prima não é uma atividade mecânica, sendo geralmente ritualizada, ao incorporar procedimentos regulados pela sazonalidade de plantio-colheita (ou de estação) e de técnicas de reconhecimento da maturidade da matéria-prima, da conformação de suas propriedades naturais (formas, cores, densidade, peso, resistência e outras propriedades que influem nas técnicas de manuseio das mesmas), de sua disponibilidade e sustentabilidade. Estes últimos fatores decorrem de conhecimentos disponíveis e reproduzidos entre as comunidades, nas suas trajetórias, incorporando também outros padrões de regulação decorrentes das interações históricas que estabeleceram, e estabelecem, com agentes e dispositivos das políticas públicas e das demandas de mercado sobre os bens que produzem.

Assim, a progressiva e expansiva correspondência operante nas comunidades do uso do termo recurso remete a um terceiro deslocamento de sentido (ou percepção de si), em suas trajetórias, também ambivalente. No que se refere especificamente à obtenção dos insumos necessários para a manutenção das atividades desenvolvidas nas interações comunitárias, essa se vincula, recorrentemente, a uma busca (ou ainda

fonográfico são usualmente tomadas como um fator fundamental para fazer da música mercadoria [... e] como mecanismos importantes também nos processos de patrimonialização e construção de memória” (DIAS, 2012, p. 41). Através da mediação de tais registros, mercado e patrimônios culturais tornam-se esferas mutuamente relacionadas.

existência) de matéria-prima e, também, a uma crescente preocupação com o esgotamento das reservas naturais existentes. Aqui, trata-se da introdução de um processo de reflexividade comunitária, derivado de um risco inscrito na reprodução de suas experiências sensíveis com a natureza, que opera pela *auto confrontação* das bases da modernização com suas consequências, ou seja, pela oscilação que o risco gera na “equação tácita entre latência e imanência na mudança social” (BECK, 1997, p. 13). Já no que se refere à crescente substituição do extrativismo e/ou da coleta desses insumos na natureza por uma terceirização no fornecimento dos mesmos, ou das próprias atividades, tal processo de reflexividade muda radicalmente. Seja a substituição introduzida por parcerias estabelecidas pelas comunidades com agentes exógenos, para apropriação de inovações, seja ela decorrente das restrições ambientais impostas às comunidades pelas políticas públicas, ocorre aqui uma ruptura na centralidade da experiência sensível dessas comunidades com a natureza, gerando um processo de reflexividade que as orienta à incorporação de modelos de ação mediados pela lógica da “consciência intelectual”. Esse processo de reflexividade converge para correspondências operantes nas comunidades em torno dos termos modernização, modernidade e desenvolvimento, amplamente difundidos por agências institucionais como o SEBRAE, seja através de uma crescente classificação dos ofícios e dos artefatos culturais dessas comunidades (NERY, 2014), seja através da ideologia do empreendedorismo. Nesse sentido, o processo de reflexividade mediado pela lógica da “consciência intelectual” incorpora, progressivamente, procedimentos do raciocínio produtivo, ou instrumental, e amplia o deslocamento da experiência sensível dessas comunidades para a “consciência da sociedade industrial”⁸.

E aqui, como já analisamos em outro estudo (SILVA, LOPES, 2016), os caminhos abertos pela ambivalência do uso do termo recurso são diversificados, conforme o termo seja operado em correspondência com as concepções de cultura, difundidas institucionalmente, ou conforme seja o termo operado em correspondência com a matéria-prima com a qual as comunidades interagem, na produção de seus bens identitários.

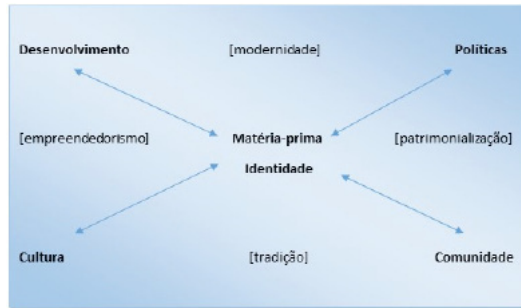
⁸ Raymond Aron define a consciência da sociedade industrial como uma projeção coletiva das relações de produção operando em empresas e das iniciativas de seus atores em empreendimentos. Das definições que elabora sobre tal projeção, destacamos aqui a mais difundida nas mediações operadas pelas agências institucionais, entre as comunidades pesquisadas: de que “a relação entre trabalhador e capital implica na noção de “cálculo racional”-econômico e não técnico” (ARON, 1977, p. 108).

Abrindo os deslocamentos nas trajetórias das comunidades para os processos de interculturalidade

Os deslocamentos de orientação que se evidenciaram nas trajetórias de interações das comunidades pesquisadas com seus contextos ambientais, e entre os seus projetos e os agentes exógenos que projetam influências sobre os mesmos, permitem reconhecer que tais trajetórias não são lineares. Assim, as descrições anteriores buscaram evidenciar que tais trajetórias, desde suas origens, foram marcadas por agenciamentos institucionais e de políticas culturais que condicionaram e promoveram uma ressignificação dos ofícios tradicionais e saberes comunitários locais, em dois sentidos principais: a) no âmbito das lógicas de organização desses atores, especialmente no que se refere à experiência sensível de suas interações com a natureza, à coletivização da produção e a articulações político institucionais; b) nos termos de uma possível transformação das tecnologias patrimoniais dessas comunidades, dos seus artefatos culturais produzidos, bem como das lógicas de distribuição e comercialização desses artefatos, num mercado de bens culturais contemporâneos.

Nessa perspectiva, os termos chaves identificados sobre os referentes descritivos dos relatórios de pesquisa podem ser interpretados segundo dois movimentos gerais que orientam as correspondências operantes dos mesmos, nas comunidades. Os termos identidade e matéria-prima podem ser definidos como termos convergentes, em quase todas as comunidades, por caracterizarem os elementos presentes nos arranjos originários da experiência sensível de suas interações com a natureza e, também, por constituírem um escopo de plausibilidade (ou um regime de valor) sobre o qual essas comunidades atualizam sua “reserva disponível”, nas trajetórias de interações com influências e agenciamentos exógenos. Já os termos iniciais da análise – cultura, tradição, comunidade e inovação – são ressignificados nos deslocamentos ocorridos nessas trajetórias, segundo as mediações introduzidas nas interações comunitárias com a matéria-prima de seus artefatos, com as políticas públicas ou com os dispositivos do modelo de desenvolvimento, produzam alterações na orientação de seus projetos. Devido a tais deslocamentos de sentido ou alterações na orientação dos projetos, esses termos são considerados divergentes, em relação com os primeiros. Esses movimentos podem ser caracterizados em um esquema conceitual, como segue abaixo.

Esquema conceitual: projeções entre os termos convergentes (centrais) e os divergentes.



Esse esquema conceitual considera que os deslocamentos de sentido oriundos das inovações produzem duas orientações aos projetos das comunidades, segundo sejam estabelecidas em interações com o mercado (desenvolvimento) ou com agentes estatais (políticas). As interações das comunidades, e seus projetos, com Organizações Não Governamentais tendem a variar entre uma dessas orientações, ou mesmo transitar entre elas, segundo algumas tendências contemporâneas que difundem a “[...] inovação como mola propulsora do acúmulo de capital” (YÚDICE, 2006, p. 22) e de cultura. As orientações estabelecidas nas interações dos projetos comunitários com agências institucionais, como o SEBRAE, seguem uma tendência linear em direção ao desenvolvimento. Já os deslocamentos de sentido oriundos das atualizações das tradições comunitárias, em escopos de plausibilidade e regimes de valor, produzem duas orientações aos seus projetos, ora dirigidas a correspondências operantes da cultura, ora dirigidas aos processos de reconhecimento da comunidade. Nos intervalos entre os modelos, cruzam-se as referências teleológicas de orientação (tradição e modernidade) e as mediações operadas pelos dispositivos institucionais de valorização dos projetos comunitários (empresendedorismo e patrimonialização).

Aqui, importa destacar que esse esquema conceitual busca registrar modelos que seguem orientações estabelecidas desde aqueles deslocamentos de sentido identificados nas trajetórias de interações endógenas e exógenas das comunidades. Como buscamos evidenciar acima, essas trajetórias não são lineares, uma vez que a análise situacional das interações endógenas e exógenas das comunidades pode constatar a produção de arranjos híbridos destes termos, ou de atualização de projetos comunitários que “transitam entre os modelos” (YÚDICE, 2006, p. 55).

Outro fator importante a considerar, aqui, se refere a um quarto deslocamento que está implícito nos anteriores e se torna visível após a introdução dos processos de reflexividade associados às correspondências operantes do uso do termo recurso,

nas interações endógenas e exógenas das comunidades. Nesses processos, tanto as inovações introduzidas pelas parcerias, quanto as restrições introduzidas pelas políticas públicas, nos projetos das comunidades, abrem o reconhecimento das mesmas para os vínculos que mantinham, ou ainda mantêm, com outros agentes e comunidades. Esses vínculos se configuravam na colaboração vicinal de suas lógicas de organização e/ou de reprodução das suas tecnologias patrimoniais. Desde a introdução das reflexividades orientadas pela “consciência intelectual”, ou a consciência da sociedade industrial, que dirigem seus projetos na busca de novas interações e vínculos com agentes exógenos, seja para obtenção de insumos, seja para legitimar seus regimes de valor, os projetos das comunidades passam a se integrar em redes.

Porém, devemos esclarecer que as redes não emergem casualmente, senão que resultam de experiências de mediação que as comunidades reconhecem localmente, ou de interações com outras comunidades, através de contatos estimulados ou favorecidos pelas parcerias estabelecidas com agentes e instituições exógenas aos seus projetos. Nesse sentido, boa parte das experiências que resultam na introdução de inovações nos bens identitários ou nas tecnologias patrimoniais que configuram os regimes de valor de uma comunidade, já indicavam uma imersão, inserção ou integração em redes, como formações de coletividades sociotécnicas.

Aqui parece se evidenciar o potencial heurístico que os agenciamentos tecnológicos produzem sobre as ações e interações dos humanos entre si, e dos humanos com não-humanos, como infere Latour (2012, 1994). E importa reconhecer que esses agenciamentos se projetam também de objetos, ferramentas e da arquitetura das coisas, tornando-os mediadores. Segundo Latour (1994, p. 79), os mesmos tornam-se mediadores quando dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo e também de traí-lo, o que implica que a mediação dos objetos, das ferramentas e da arquitetura das coisas também pode ser manipulada.

Dessa forma, a análise do mapa conceitual dos casos estudados evidencia como a articulação de agenciamentos em rede propicia constituir zonas de interculturalidade, na medida que os diversos atores em interação na rede (humanos e não-humanos) se posicionam como mediadores dos demais, em lógicas de ação organizada, ação colaborativa, ou ação concorrencial. Nesse sentido, as interações estabelecidas pelas comunidades configuram um

[...] processo de produção de códigos de comunicação cujas articulação interna e ordem hierárquica dependerão das exigências de complexidade de cada momento histórico e das prioridades simbólicas dos sistemas. [...] A partir desse ponto de vista compreende-se a me-

dição como um processo de comunicação – isto é, construção de situações e textualidades que engendram sentidos compartilhados nas zonas de interculturalidade (MONTERO, 2006, p. 57 e 59)⁹.

A delimitação de zonas de interculturalidade nos auxilia a compreender o perspectivismo situacional das correspondências operantes, nas comunidades, dos termos-chaves desta análise. Recorrendo a Barth (2000), Montero afirma que os processos de articulação de sentidos, como no caso das mediações, são etnograficamente situados e dependem das forças heurísticas que os atores envolvidos dão a suas interações particulares. Por isso, as análises das mediações devem deslocar-se para “[...] as práticas significativas promovidas pelos agentes mediadores que procuram adequar conceitos às experiências e percepções” (MONTERO, 2006, p. 46) desenvolvidas nas trajetórias das comunidades.

O caso das comunidades vinculadas à Rede Justa Trama é um exemplo desse processo. Ao integrar em uma mesma rede produtiva, e de circulação de bens, comunidades e atores situados em regiões distantes do país, a Justa Trama promove um intercâmbio de matérias-primas entre as mesmas, que produz inovações regulares nos bens identitários, nas técnicas produtivas e nas lógicas de comercialização. Esta última se baseia na concepção de “comércio justo” e orienta, por exemplo, o processo coletivo de precificação dos artefatos produzidos pelos atores da rede, assim como possibilita às comunidades inseridas na mesma reconhecer os elos de sustentabilidade que formam com outras comunidades e atores das suas regiões.

Este parece ser o sentido buscado pelas comunidades pesquisadas, quando expressam os propósitos ou as justificativas de suas parcerias, assim como os traços que caracterizam seus ofícios e os bens que produzem, em distinção com outros ofícios e bens, ou produtos, no mercado. Localizados em uma situação particular de produção, mas inseridos em redes locais, nacionais e globais de mercados culturais, nos quais se expõe uma infinidade de artefatos culturais identificados pela defesa da diversidade cultural, essas comunidades buscam evidenciar constantemente a autenticidade dos bens que carregam seu trabalho. Assim, a autenticidade é fabricada junto com cada artefato, como história vivida (HERZFELD, 2008), além de uma atribuição a priori, ou originária. Isso porque os bens, ao serem produzidos originalmente, tornam-se acessórios rituais de marcação identitária (DOUGLAS, ISHERWOOD, 2006); porém, ao serem reproduzidos recorrentemente, após cada

⁹ As referências às análises de Paula Montero e Brian Spooner foram sugeridas pelo colega de pesquisa André Luiz da Silva (PPG em Desenvolvimento Humano da UnitaU, SP), a quem agradecemos.

deslocamento operado em suas trajetórias, são regularmente atualizados no escopo de plausibilidade dos projetos comunitários, restaurando um regime de valor.

Colocados nesses termos, os propósitos expressos pelas comunidades e pelos artefatos por elas produzidos questionam a tendência de mercado de representar presuntivamente a autenticidade pela marca de uma distância cultural (SILVA, LOPES, 2016; LOPES, SCHIERHOLT, 2016). As correspondências operantes dos termos aqui analisados, nas comunidades, questionam como é que se determina essa distância. E aqui, Spooner (2008, 283), citando Appadurai, fornece uma pista:

Estabelecemos distinções segundo valores que constatamos no passado, nesse caso no passado da mercadoria, porque [nós industriais urbanos] temos uma necessidade social de ordem e vemos mais ordem no passado, embora na verdade essa ordem tenha de ser constantemente renegociada entre todos aqueles que têm algum interesse nela.

Como um conceito pós-industrial, a autenticidade seria a conceptualização da genuinidade fugidia, mal definida, “culturalmente outra e socialmente ordenada” (SPOONER, 2008, p. 283). E ela seria “uma forma de discriminação cultural projetada sobre objetos”. Mas a autenticidade não é inerente aos objetos, e sim, algo que deriva de nosso interesse por ele a partir do quadro de superabundância de objetos e de categorias de objetos existente na sociedade industrial (SPOONER, 2008, p. 284).

E se essa elaboração das zonas de interculturalidade é possível isso ocorre devido aos processos pelos e nos quais as comunidades pesquisadas atualizam seus regimes de valor dos bens identitários produzidos, como reservas disponíveis. E desde a configuração dessa reserva, Castro (2012, p. 59), referindo-se à teoria de Schutz, faz a seguinte afirmativa:

A vida cotidiana é vivida pragmaticamente, ou seja, enquanto reflexão de um sujeito portador de uma memória-hábito sobre sua experiência no mundo. Schutz acaba por elaborar uma concepção fenomenológica da cultura. Essa concepção está baseada na compreensão de cultura como um processo de identificação: a cultura não é o simbólico de longa duração, ou a utilização das simbologias sociais como mediadoras do conhecimento do mundo que os indivíduos detêm, os saberes típicos cimentados pela prática social ou a unidade do grupo, mas o contexto de sentido no qual essas coisas se dão, sobre o qual atuam *reservas de experiência e estruturas de pertinência*.

Pensada sobre os registros das qualidades primordiais de identidade das comunidades pesquisadas, e de suas trajetórias de interações com agentes exógenos, a interculturalidade configura-se em um campo de mediações recíprocas que emerge

como resultado de um arranjo de múltiplos referentes culturais, com politização de problemáticas e com uma “natureza” inclusiva. Essa definição implica reconhecermos que há um caráter contingente nos modos de produção de interculturalidade.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em janeiro de 2017.

Referências Bibliográficas

ARDANS, Omar. Comunidade, enraizamento, socioambiente: entre poética e política. **Ciências Sociais Unisinos**, Vol. 50, n° 3, p. 234-243, 2014. Disponível em:

ARON, Raymond. A sociedade industrial. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. (orgs.). **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 107-116.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**; política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 11-71.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. p. 316. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 3 abr. 2016.

BREWER, Marilyn B.; MANZI, George M.; SHAW, John S. Ingroup identification as a Function of depersonalization, distinctiveness and Status. **Psychological Science**, v. 4, p. 88-92, March, 1993.

CASTRO, Fábio F. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, Vol. 48, n° 1, p. 52-60, jan./abr. 2012. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.1.06.

DIAS, Juliana Braz. Registros fonográficos da música cabo-verdiana: mercadoria e patrimônio. In: SANSONE, Lívio (org.) **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. Salvador: EDUFBA, 2012, p.41-65.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens; para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural**; poética social no Estado-Nação. Lisboa: Ed 70, 2008.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**; as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro:

EdUFF, 2008, p. 89-121.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**; uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA/Bauru, SP: EDUSC, 2012.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

LOPES, José Rogério; TOTARO, Paolo. The learning of cultural diversity and the patrimonialization of biodiversity. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, Vol. 52, nº 2, p. 196-204, mai./ago. 2016. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.06.

LOPES, José Rogério; SCHIERHOLT, Anelise F. P. Produção de ecojoias no norte do Brasil: biodiversidade, redes de sustentabilidade e políticas culturais. In: **Anais do XII ENECULT-Encontro Nacional de Estudos Culturais**. Salvador, UFBA, 2016, 15 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na Aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-66.

NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-nações americanos no século XIX e XX. In: HEINZ, Flavio; HARRES, Marluza M. (Orgs.) **História e seus territórios**; conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo, RS: Oikos, 2008, p.

NERY, Maria Salete S. A decepção de Tinker Bell e a luta das classificações; o artesanato, o Governo Federal e o SEBRAE. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, Vol. 50, nº 3, p. 293-302, set./dez. 2014. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.3.11.

PERALTA, Patrícia P. Necessidade de políticas institucionais para a aplicação de Indicações Geográficas como instrumentos de proteção e valorização do Patrimônio Cultural. **Anais do VII Seminário Internacional Políticas Culturais**, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, maio de 2016. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=9&ID_M=3417.

PUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. 2ª ed. São Paulo: EdUNESP, 2011.

SANTOS, Adalberto S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIM, Antonio Albino C.; ROCHA, Renata (orgs.).

Políticas culturais. Salvador, BA: EDUFBA, 2012, p. 67-88.

SILVA, Alex Pizzio; LOPES, José Rogério. Controvérsias acerca da Certificação de Indicação Geográfica do Capim dourado do Jalapão. O caso da comunidade Mumbuca, Mateiros (TO). **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, Vol. 9, nº 1, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/1068>.

SILVA, Rejane Tavares; FERNANDES, Verônica Soares. Guardiãs da biodiversidade: a realidade das quebradeiras de coco babaçu no Piauí. **Ciência & Trópico**, Recife, vol. 37, nº 2, p. 129-149, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/issue/view/157/showToc>.

SPOONER, Brian. Tecelões e negociantes: a autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói: EdUFF, 2008, p. 247-298.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades complexas: métodos.** São Paulo: Global, 1987. p. 345-372.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura; usos da cultura na era global.** BH: Editora UFMG, 2006.

ARTIGO

QUESTÃO AGRÁRIA: PROJEÇÕES SOCIETAIS EM
CONFRONTO

Resumo

Reflexões em torno do polissêmico tema *questão agrária* exigem, de imediato, esclarecimentos quanto aos apriorísticos significados atribuídos à definição assumida. No campo das ciências sociais e dos embates políticos e ideológicos mobilizados para exprimir a contraposta projeção de modelos de sociedade, ele se pauta em problemáticas estruturantes dessas próprias concepções de organização social. Configura então sentidos específicos consonantes às dinâmicas de jogos de forças sociais. Pressupõe relacionais considerações em torno dos modos de constituição da sociedade segundo interesses contraditórios. Por tal razão, nos diversos contextos, apresenta-se formulada segundo embates políticos e ideológicos associados a diversidades de formas de contraposição assumidas por agentes sociais alinhados por essas mesmas confrontações. Neste artigo, registro essas problemáticas, considerando algumas situações de embates mais acirrados no tocante à sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Questão agrária; projeções societárias; conflito social.

Abstract

Reflections on the polysemic theme of the agrarian issue immediately demand enlightening about the aprioristic meanings given to its assumed definition. In the social sciences field, as well as in that of the political and ideological quarrels mobilized to express opposite projections of society models, it follows problematics that structure those same conceptions of social organization. It then configures specific meanings that are consonant with the dynamics of games of social strength. It presupposes relational considerations on society's ways of constitution according to opposite interests. Thus, in different contexts, it appears formulated in accordance with political and ideological quarrels associated with the diversity of ways of conflict assumed by social agents aligned by those same confrontations. In this article, I register those problematics considering some of the more radical quarrel situations about brazilian society.

Keywords: *Agrarian issue; societal projections; social conflict.*

* Antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, bolsista de produtividade do CNPq.

Questão agrária como questão social

O termo questão agrária integra o escopo de reflexões sobre o sentido mais amplo atribuído ao da questão social, ambos enfeixando a problemática política e sociológica que adquiriu relevância no contexto da revolução industrial e da emergência do pauperismo massificado. Questão social, por perspectivas genéricas e nesse contexto, correspondeu a termo agregador de um conjunto de problemáticas refletidas e difundidas para trazer à consciência pública, os problemas vinculados às condições de organização da vigente sociedade. Estruturada por polarizada e aprofundada diferenciação socioeconômica, ela, por tal perspectiva, era apreendida pela valorização dos efeitos práticos (e deletérios) das próprias condições de reprodução social. Por conseguinte, o que estava em jogo no uso da categoria questão social era a sinalização do debate sobre as contraditórias condições de construção da idealizada coesão social, expressas em movimentos de contraposição à ordem em conquista de hegemonia.¹

Na base da definição, tal como reconheceram autores que investem na construção dessa temática acadêmica e política, alinhavam-se mudanças que demarcaram o surgimento do assalariado livre como forma juridicamente consagrada; todavia, fundamentada na constituição de extrema precariedade da situação salarial, de condições de vida de tal modo adversas que, por reflexão pautada na análise do modelo estrutural então reconhecido, foram preconizadas como indutoras de situação de risco ou perigo social.² Portanto, as transformações sinalizadas pelo uso do termo questão social se inscreveram numa ampla problematização da sociedade capitalista (industrial) então vigente nos países europeus.

Enquanto problematização de questões politicamente construídas, estas vão sendo reformuladas diante do reconhecimento de contradições e crises estruturalmente integrantes do sistema capitalista e dos desdobramentos que, por jogos de forças sociais que propiciam ou restringem respostas a tensões, configuram meios de reprodução ampliada da acumulação do capital. Consequentemente, os significados que vão sendo atribuídos ao termo se diferenciam conforme contextos sociais; e exi-

¹ Sobre o contextual debate intelectual em torno de perspectivas contrapostas de interpretar a vida social, ver DURKHEIM (1893/2012, 1895/2000, 1897/1982), autor exemplar quanto à reflexão sobre construção da ordem social e respectivos desvios e conflitos; MARX (O Capital, Livro I a Livro 4, publicados entre 1867 a 1905 – no Brasil, 1970 a 1974) e MARX & ENGELS (A Ideologia Alemã, publicada entre 1845-46), do mesmo modo reconhecidos pela interpretação das contradições e conflitos inerentes à formação social estruturada pelo modo de produção capitalista.

² CASTEL, R (1998, 2000, 2009) e ROSAVALLON, P. A. 1998, analisando especialmente o caso francês; e TELLES, V. (1996); YAZBEK, M. C. (2001); e FONTES (2010), entre muitos dos estudiosos do caso brasileiro.

gem reflexão relacional ou processual das condições em que operam as contradições fundamentais da sociedade capitalista.

No bojo dessas ressignificações, a questão social veio a ser subdivida em muitas outras, conforme a ênfase em certos problemas sociais e contradições valorizadas, expressivas de embates disciplinarmente incorporados ou institucionalizados: além da questão social *tout court*, também questão agrária, questão urbana, questão operária, questão ambiental, questão geracional, etc.

Seguindo as proposições interpretativas de CASTEL (1998), um dos autores mais dedicados à reflexão em pauta, a questão social, no atual contexto de estruturação da sociedade capitalista, é basicamente elaborada por reflexões em torno da absolutizada concentração da produção e distribuição de riquezas. Os problemas são revelados por indiscutível visibilidade dos efeitos de desigualdades e injustiças sociais, às quais a população de países sob persistentes situações de desemprego está submetida, mas também daqueles que conheceram padrões aproximados de pleno emprego. Por tais ênfases, o autor alcançou grande prestígio no campo da reflexão sobre a questão salarial. Na situação social por ele mais enfatizada, ressalta-se a percepção de vigorosos processos de exclusão social incidentes sobre ampla parcela de trabalhadores, relativamente indiferenciados quanto ao grau de competência acumulada no percurso de vínculo produtivo.

Em síntese, no contexto valorado pelo autor, a categoria questão social traduz-se pela representação de processos de erosão dos sistemas de proteção, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal. Em termos mais gerais, ela ainda expressa múltiplas modalidades de constituição de desigualdades estruturais, decorrentes das mudanças profundas que estão ocorrendo no campo das relações entre capital e trabalho, incidentes sobre processos produtivos, bem como formas de gestão do Estado e de elaboração de políticas sociais e legislação previdenciária. Expressando-se pelo chamado princípio de exclusão social, ampliadamente objetivado, ela coloca em cena política a extensão de grupos e segmentos reconhecidos por afastamento do processo produtivo ou do trabalho assalariado, quanto o reconhecimento de discriminações pautadas em diferenças de origem étnica, de identidade cultural ou aludidas a relações de gênero.

Em sendo demarcadora de perspectivas políticas e epistemológicas referenciais à construção de determinados problemas de sociedade, assim transformados em problemáticas condizentes às relações de poder, por questão social também se delineiam posições de agentes sociais que, por diversos meios, tentam torná-los públicos e prioritários. A análise da categoria não pode prescindir da explicitação de

investimentos políticos por ações que operam para o reconhecimento de tensões e conflitos sociais, do questionamento de condenadas formas de organização da sociedade. Em consonância, também do jogo de forças pelas quais ela é definida e alçada a proposições de transformação social segundo específicas demandas políticas e campo de lutas sociais.

Diversas formas de poder e configurações de campos políticos dificultam a construção histórica de problemáticas sociais; ou operam pela negação delas segundo contraposição de interesses sociais. Consequentemente, a explicitação de problemáticas enquanto questão social pressupõe, ao mesmo tempo, construção de correlação de forças, criação de um tecido social em torno de problemas concorrentemente fundamentais, elaborações que visam dotar os agentes sociais de capacidade política para galvanizá-los entre tantos outros concorrentes no debate político. Envolve, afinal, a constituição de sujeitos políticos posicionados por reconhecimento de produção de contra-hegemonia, isto é, da organização de novos valores articulados a ideologias específicas.³ No limite, a análise da questão social implica problematização de formas de integração e de inserção sociais, reformas políticas ou revoluções, alimentadas por diversos sistemas de ideias, pelos quais contradições são explicitadas. Para uns, os que a tomam pela perspectiva reformista, visando a solucionar ou minimizar as manifestações mais gritantes daquilo que é assim questionado; para outros, constituindo fundamentos de desejada mudança estrutural ou revolucionária.

Questão agrária: contextualidade de significados acadêmicos e políticos

Em termos mais consensuais, a questão agrária pode ser entendida como expressão de modos de problematização das formas de expansão do capitalismo no campo. Como ela está diretamente relacionada com o modo de produção geral da sociedade, pode ser entendida como a relação do modo de produção da sociedade com o uso da terra. A maneira como a terra é apropriada está diretamente ligada aos princípios hegemônicos (que não negam os contrastantes) de produção da sociedade. Melhor delimitando, a questão agrária, independentemente da perspectiva analítica adotada, abarca a construção de problemáticas decorrentes das historicamente datadas relações de produção no campo, mais especificamente, das formas de expansão do capitalismo nas relações agropecuárias.⁴

³ Refiro-me basicamente à leitura de *Os Intelectuais e a Organização da Cultura e/ou Concepção Dialética da História*, da autoria de GRAMSCI (edição brasileira em 1978).

⁴ Para aprofundamento dessa concepção, consultar, entre outros, AMIN e VERGOPOULOS, 1977.

Os princípios de teorização reproduzem diferenciadamente questões formuladas por estudos clássicos sobre o modo de produção capitalista, considerando a forma de propriedade da terra e as relações de trabalho que subjazem à produção agropecuária. Emergem em disputa mais acirrada, em acordo à definição de problemas de sociedade, nos contextos em que se questiona ou se reivindica o papel subordinado da agricultura ao capital industrial; enfim, da adoção da forma agroindustrial ou da revalorização do capital (industrial) aplicado nessa produção social.⁵

No contexto de consolidação da sociedade industrial europeia, a problemática reconhecida integrou a expropriação dos camponeses dos meios de produção e de vida, processos que provocaram redefinição de posições produtivas e expulsão de boa parte da população do campo (MARX, 1988, MARX & ENGELS, 1932 ; KAUTSKY, 1968- 2ª edição brasileira).

O reconhecimento diferenciado das condições em que ocorre a expropriação do campesinato, parte desse mesmo processo, tem enfatizado distintas tendências de processos sociais: - seja pela criação de alternativas de reprodução nessa forma de subordinação, como defendida Alexander Chayanov (1966); - ou, aniquilados pela imposição de princípios de reprodução capitalista, emergentes proletários rurais tenderiam a abandonar o vínculo com as atividades agrícolas e pecuárias e alcançar inserção em mercado de trabalhadores industriais e urbanos. A tendência contrária seria então a decomposição e redimensionamento de processos de extinção da posição camponesa e predomínio da condição salarial (LÊNIN, 1962 e KAUTSKY, 1980).⁶

No Brasil, essas concepções em grande parte nortearam o debate entre teóricos e militantes que formularam a problemática agrária no contexto da subordinação da atividade agropecuária à industrial, tais como foram amplamente circuladas entre as décadas de 1950 e 1980 por investimentos de autores como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas.

Pelo Golpe Militar de 1964, encapsulador de um conjunto de atos redefinidores do jogo de forças sociais, entre os quais, investimentos dos intelectuais e políticos defensores da redistribuição da propriedade da terra, criou-se um ambiente favorável àqueles agentes alinhados à repressão da luta de assalariados e camponeses. Dessa posição, advogavam a agroindustrialização e o favorecimento dos proprietários agropecuários. Por esse deslocamento, diversos atos propiciaram a institucionalização de arena política explicitante de outras formas de reconhecimento de problemas

⁵ Reconhecidas reflexões sobre a questão agrária no Brasil são atribuídas a GRAZIANO DA SILVA, 1998; GUIMARÃES, 1963; PRADO JR., 1960; STÉDILE, 2005, entre outros.

⁶ Síntese analítica desse debate foi por mim apresentada: NEVES, 1985.

inerentes à expansão do capitalismo no campo, ou seja, construídos por interesses contrapostos. Então se consagrou uma divisão pressupostamente polarizada entre investimentos políticos destinados à promoção de políticas agrárias (de transformação da estrutura agrária) e de políticas agrícolas (aceleramento da inserção mercantil de grandes e pequenos proprietários agrícolas).⁷

Redimensionando a importância dessa versão contraposta, tal como defendida por alguns dos integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), elaboraram-se proposições reformistas para aqueles reconhecidos impasses. Ao mesmo tempo, enfatizava-se a importância fundamental da criação ampliada de mercado interno e da indústria nacional, para tanto destacando o papel da agricultura no atendimento da demanda de alimentos e força de trabalho no decorrer desse longo processo.

Admitindo que a estrutura agrária brasileira, no considerado contexto, não permitia o aumento da oferta de produtos agropecuários, assim como a liberação de mão de obra, tais como demandavam as condições de atendimento ao crescimento industrial, autores em debate ressaltavam a extrema concentração fundiária, direção propiciadora de intensificados processos de minifundização. As soluções hegemônicas nesse contexto encaminhadas, pautadas na ampla mecanização integrada aos processos agrícolas, ampliaram cada vez mais a distância socioeconômica dos dois básicos segmentos produtivos: proprietários de terra e trabalhadores rurais (neste caso em crescente processo de perda de controle relativo das condições de vida e trabalho).⁸

A crença no progresso técnico dominou as novas discussões sobre a estruturação dos diferenciados proprietários de terra, todos pressupostamente beneficiários da eficiência produtiva e maior inserção ao mercado de produtos qualificados como insumos ou destinados ao consumo humano e animal. Legitimou-se, em contrapartida, a suposta autoexpropriação dos camponeses diante do cultivado próprio atraso e da resistência ao progresso técnico.

A defesa da redistribuição da terra como fator produtivo, as projeções de reforma agrária como alternativa radical para os problemas macroeconômicos gerais do desenvolvimento, se não totalmente negadas, foram tergiversadas em simulacros da desejada mudança social. Deslocando-se para construção de legitimidades da constituição de diferenciado jogo de forças sociais, na prática elas corresponderam

⁷ Para um estudo de caso sobre processo de agroindustrialização na produção canavieira, ver NEVES, 1997.

⁸ Para aprofundar essa reflexão, consultar ALMEIDA, 2009; ALENTEJANO, 2010; GRAZIANO DA SILVA, 1995; PORTO-GONÇALVES et.al, 2010; STEDILE, 1994; entre outros.

à retomada da problemática da concentração dos meios de produção e expropriação camponesa.⁹

Multivocalidades do atual debate sobre questão agrária

Entre outros processos que interseccionam o atual campo de debate sobre a questão agrária, destacaria as redimensionadas estratégias de intensificação da concentração da apropriação da terra, tanto por agentes nacionais como internacionais e, correlativamente, de expropriação do campesinato; mas nesse intensificado processo, também a destruição de boa parte do patrimônio natural. Neste caso, acelerada pela avidez do apossamento de amplas extensões de áreas de terra incorporadas para reprodução ampliada das relações de produção capitalistas, pelas tecnologias aplicadas e tipos de insumos incorporados. No bojo de tais processos, segmentos de produtores familiares até então tangencialmente atingidos por intensivas relações de mercado ou por formas marginais de integração econômica capitalista, por essa mesma condição social, foram política e circunstancialmente redefinidos como *populações tradicionais*. Este atributo social especifica (exatamente) modos de vida fundamentados na preservação de referências consuetudinárias sobre uso coletivo da terra, cujos princípios constitutivos muito limitadamente podem colocar em risco a reprodução dos recursos naturais.

As condições de expansão das atividades econômicas, geralmente asseguradoras do extrativismo minerário, da implantação de complexos hidroelétricos, do desmatamento destinado à implantação de áreas de pastagem e cultivo extensivo de soja, cana e milho, atividades cuja produção, direta ou indiretamente, orienta-se para o comércio externo, além de incidir sobre a expropriação de territórios constituídos por outros modos de relacionamento com o uso de recursos naturais, ainda faz recair sobre o campesinato expropriado de alternativas de expansão/reprodução, a busca de vínculos com o mercado (capitalista) de trabalho. Mas vínculos específicos que implicam constante deambulação, de qualquer modo, alternativa mais aberta para que esses trabalhadores respondam ao atendimento de condições de vida e constituição de rendimento financeiro. Homens e mulheres, anteriormente na condição camponesa autônoma ou tutelada, engrossam segmentos de proletários que se reproduzem gravitando em torno de demandas terceirizadas de trabalho para atender

⁹ O debate se constituiu de forma bem mais ampla, alguns dos defensores da aplicação de programa de reforma agrária defendendo transformações do sistema de produção capitalista para o socialista, princípio referencial para a concepção de reforma agrária a ser praticada.

a implantação daqueles empreendimentos.¹⁰ Este requisito corresponde a formas temporárias de compra e venda da força de trabalho, exigindo o acompanhamento da constituição de frentes de trabalho no período da implantação dos empreendimentos. Compondo a maioria de trabalhadores a serviço da expansão do agronegócio e do extrativismo mineral, mobilizados em momentos iniciais de instalação dos chamados grandes projetos, ou seja, construção de hidrelétricas ou unidades de extração e preparo básico do minério destinado à exportação, esses trabalhadores constituem expressão viva da devastação da variedade de modos sociais de ser e da biodiversidade como patrimônios natural e social.

Ao se refletir sobre a questão agrária como expressão do campo de debate em torno dos modos de constituição e devastação decorrentes dos processos econômicos anteriormente referidos, também fundamental é se reconhecer a diversidade de unidades de ação política que se encontra em jogo. A luta pela terra se associa ou requer a constituição de movimentos socioterritoriais, tais como os instituídos com base em princípios de organização de comunidades residenciais, cujos agentes sociais se aglutinam referidos a moralidades instituídas por relações vicinais e de parentesco. Tais movimentos socioterritoriais correspondem a outras formas de luta pela terra, exatamente porque os respectivos apropriadores se referenciam por específicos pertencimentos territoriais; ou seja, modos de mobilização instituídos pela consolidação de acampamentos e assentamentos rurais, territórios de reconhecimento de direitos ancestrais dos grupos indígenas, de remanescentes de quilombolas, comunidades de pertencimentos pautados em direitos de posse ou concessão atribuída por instituições religiosas e fazendeiros, recorrentemente, ainda no decorrer do processo de abolição da escravatura.

Diante do ímpeto destrutivo do patrimônio natural (ainda preservado) e social que essas formas de expansão de relações capitalistas vem impondo, também se reafirma pela luta política pautada no reconhecimento de direitos, a população secular ou imemorialmente fixada nesses tão pretéritos reafirmados territórios. As lutas sociais que configuram o atual jogo de forças em torno do debate da questão agrária também assim incorporam temáticas que abarcam o controle relativo da biodiversidade, ampliando-se a própria composição dos agentes sociais que se reconhecem na defesa desses recursos nacionais, para tanto organizados mediante múltiplas estratégias de enfrentamento da insustentabilidade daquelas práticas econômicas. Amplia-se o campo de ação pela luta em torno da construção e objetivação de sistemas de leis e recomendações, por vezes acompanhadas de investigação e julgamentos diante

¹⁰ Sobre esses processos de formação de trabalhadores, consultar GUEDES (2011) e FELIX (2016).

de desvios legais ou da qualificada judicialização da questão agrária. Nesse embate foram oficialmente se constituindo e se legitimando a criação e a preservação de um conjunto de unidades de pertencimento social, por esses mesmos atos legalmente redefinidas enquanto unidades de conservação e suas várias alternativas de objetivação.¹¹

As considerações até aqui apresentadas implicam a compreensão da amplitude e da intensidade das intervenções expropriatórias e, correlativamente, das ações contra hegemônicas investidas no reconhecimento de outros modelos de organização social. Por desdobramentos políticos, em tese as unidades de conservação são trincheiras de luta pela sustentabilidade ambiental, mediante definições especialmente reconhecidas por aparato institucional, em consequência, necessariamente vinculadas ao Estado brasileiro.

Reafirmo então a importância do reconhecimento do caráter de luta social que subjaz à conceituação do termo questão agrária: as próprias definições e ações são constituídas no decorrer de processos de embate diante de interesses conflitivos e contraditórios. O atual debate configura formas de luta diante de inúmeros e relativamente diferenciados conflitos de interesses, de projeções quanto às condições de constituição estruturante da sociedade, formas de luta que reanimam o campo de controvérsias e embates. Nele se destaca a intervenção de agentes econômicos capitalistas nacionais e estrangeiros, mas também de uma diversidade de segmentos populacionais, cujos modos de vida são radicalmente diferenciados dos que animam os engajamentos na reprodução de relações capitalistas. Essa contraposição mais polarizada não prescinde ou mesmo se constitui pela interveniência de interesses e agentes estatais.

¹¹ Para não me alongar nos comentários sobre a criação dessas unidades de conservação, reproduzo, na intenção de facilitar a compreensão de leitores pautados em interesses iniciais sobre a questão, os dados oficiais de definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. “O SNUC (LEI 9.985/2000) é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo. (Site do Ministério do Meio Ambiente, consultado em 16 de janeiro de 2017).

Em sendo debate econômico, político e ideológico de específica amplitude no atual contexto nacional, agrego ainda outros agentes que se associam na defesa e no combate de projetos societários em concorrência: pesquisadores, jornalistas, representantes da Igreja Católica, para citar os de maior visibilidade social e política. Ampliando a participação segundo estratégias próprias de contraposição, os embates, por conseguinte, incorporam ações práticas cuja legitimidade se ancora em outros campos de conhecimento e projeção da vida social.

Refiro-me ainda aos diversos movimentos de combate às ações práticas do agronegócio e agroindustrialização, mediante construção de concepções específicas de produção de alimentos e de circulação dos produtos, sujeitos à visibilidade e controle sociais, projeto societário que implica negação de uso de agroquímicos, valorização da produção orgânica e respeito aos ciclos de vida de vegetais e animais. Inúmeras são as formas de institucionalização dessas práticas, mediante valorização de feiras livres, de relações de troca que minimizem a ação de intermediários na comercialização, de cursos de formação de agentes produtivos por práticas sustentáveis de cultivos agrícolas, de inserção (ou, no senso comum político, de *empoderamento*) de mulheres nessa produção social, mobilização associada ao reconhecimento delas como agentes econômicos autônomos e como protagonistas de ações coletivas aludidas à sustentabilidade ambiental, social e dos princípios democráticos.

Por tais razões, é fundamental incorporar à compreensão das condições de embate político em torno da questão agrária, uma infinidade de formas de luta orientadas para consolidação da cidadania e de reivindicações políticas que assegurem objetivação de corpo de leis sistematizado na Constituição Brasileira de 1988. Paralela ou completamente, a consolidação de programas públicos voltados à formação e reprodução de produtores familiares, tanto que, no bojo desses processos, veio a ser instituída a categoria socioprofissional (agricultores familiares). O reconhecimento dessa condição corresponde à constituição de um aparato institucional de definição de critérios e circulação de recursos de crédito e outros tantos direitos, como os previdenciários.

Considero também importante assinalar que, no entendimento desses processos de lutas em torno do reconhecimento dos problemas sociais e políticos derivados das condições de conformação da estrutura agrária, integra-se todo movimento de luta pela diferenciação de políticas educacionais. Uma das condições dessa distinção se assenta na tomada em consideração do ponto de vista dos produtores familiares, inclusive das instituídas projeções em prol da reprodução desse segmento de agentes econômicos.

Portanto, nos debates estão em jogo problemáticas explicitadas em torno da interação de fatores relacionados aos modos de desenvolvimento da agropecuária e do extrativismo, condicionantes e reprodutores da extremamente concentrada estrutura fundiária. Em contraposição: as correspondentes formas de luta pela terra; os desdobramentos de políticas governamentais seletivamente incidentes sobre a população do campo; assim como, relacionalmente, as ações dos movimentos organizados pelos distintos segmentos de agentes produtivos implicados na apropriação de tais fatores. Não sendo exaustiva, as diferenciadas relações produtivas no campo.

Articulando múltiplas dimensões sociais expressivas de formas de luta pautadas pela construção de hegemonias políticas, correlativamente, também aquelas projetadas para constituição de significados atribuídos às concepções em jogo. Logo, a análise da questão agrária deve abarcar inúmeros fatores, especialmente os que são interseccionados pelo debate sobre a expansão das relações capitalistas pautadas na apropriação da terra e demais recursos naturais e ela acoplados.

Tais significados exprimem então as condições sociais em que ocorrem os confrontos de projetos sociais e interesses institucionalizados, de agentes sociais diferenciadamente mobilizados e engajados nesse debate e na negociação de soluções. Embora politicamente não assim desejadas, elas, todavia, são provisórias e contextuais. Caracterizar campos de luta, diferenciar os sentidos dos debates e as forças sociais acumuladas por cada agente em jogo nas contextuais contendas, nada disso significa, por conseguinte, pressupor qualquer resolução acabada, tal como implicitamente indicada na própria qualificação como questão ou problemática.¹² Essas formas de enfrentamento – voltadas ao reconhecimento de outras concepções e práticas de apropriação e gestão do uso dos recursos naturais, de redistribuição dos fatores de produção e dos rendimentos alcançados em sociedade – coadunam-se a outras modalidades de destinação de áreas de terra, repensadas e redefinidas diante dos investimentos na consolidação de *grandes projetos*, termo genérico que, como visto, abrange os empreendimentos minerários, a construção de hidroelétricas e a interpositiva passagem de dutos ou estradas de rodagem e de ferro, mecanismos instrumentais e racionalizados para intensificação do deslocamento de gás, petróleo e outros minerais, além da insaciável e de rapina expansão do modelo do agronegócio aplicado ao cultivo da soja, da laranja, da cana de açúcar e à pecuária bovina, principalmente de corte, etc.

É no bojo da disputa por esses projetos políticos de reafirmação da acumulação capitalista, outrossim no contexto de luta pela reafirmação dos princípios democrá-

¹² Salvo para aqueles que, nessas projeções políticas, venham a crer na superação de relações capitalistas no atual contexto da sociedade brasileira.

ticos e de reivindicações pela objetivação de definições constitucionais, que se pode hoje pensar a formulação de problemáticas constituintes da (atual) questão agrária brasileira.

Intérpretes da atual questão agrária brasileira

Dada a amplitude dos fatores em jogo e em respeito ao meu destaque sobre a ação de intelectuais na construção desse campo de debate, a seguir valorizo algumas das principais interpretações de autores brasileiros dedicados ao tema.

Alentejano, investindo em abordagem mais sintetizadora dos fatores em jogo, releva a centralidade do longo processo de concentração fundiária:

Iniciada com o instrumento colonial das sesmarias e intensificada pela Lei de Terras de 1850, a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro. O último Censo Agropecuário comprovou que o índice de Gini permaneceu praticamente estagnado nas últimas duas décadas, saindo de 0,857 em 1985 para 0,856 em 1995/1996 e 0,854 em 2006. Em alguns estados da federação, entretanto, verificou-se significativos aumentos, como em Tocantins (9,1%), Mato Grosso do Sul (4,1%) e São Paulo (6,1%). O movimento de concentração foi puxado pelas grandes culturas de exportação, pela expansão do agronegócio e pelo avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia - impulsionada pela criação de bovinos e pela soja. No caso de São Paulo, o crescimento deveu-se à cultura de cana-de-açúcar (estimulada pelo maior uso de álcool com o carro flex e pelos bons preços do açúcar). (Alentejano, 2010: 1).¹³

Além do reconhecimento da longa discussão em torno da concessão de sesmarias e dos recorrentes desvios de aplicação dos regulamentos equivalentes, outras tensões eram expressas pelas ações concorrentes dos assim chamados *intrusos* ou posseiros, isto é, produtores que ocupavam áreas não exploradas daquelas unidades fundiárias, que questionavam a alegada concessão ou contestavam os indevidos prolongamentos dos reais limites concedidos. Enfim, as tensões colocavam em xeque a ordem pública, explicitando disputas em torno do reconhecimento de proprietários vizinhos em concorrência. Os autores que se ocupam da análise desse fator para refletir sobre a estrutura fundiária no Brasil destacam ainda as querelas em torno da formação do trabalho livre e da extinção da escravatura.

¹³ Os autores citados neste item do artigo tomam como fundamento básico das análises, os dados de censos agropecuários do IBGE. Como o último desses censos data de 2006, as análises estão necessariamente referidas a momentos relativamente pretéritos e só avançam em interpretações se referidas a dados quantitativos construídos por outras fontes institucionais.

Do ponto de vista da argumentação que defendia os interesses dos grandes proprietários, gestores de *plantations* canavieiras e cafeeiras, os autores mais interessados na elaboração de justificativas para a reprodução da concentração dos fatores de produção valorizam as crises financeiras, ocorridas ao final da década de 1920 e de 1930, momento de intensa circulação da propriedade de terra, especialmente por arrematação em hasta pública. Segundo Alentejano (2010):

Na década de 1930, a discussão girava em torno da crise do café e da grande depressão iniciada com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a discussão sobre a questão agrária correspondia à polêmica mais ampla que colocava em questão os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira, devido ao seu atraso técnico, seria um empecilho ao desenvolvimento econômico baseado na expansão da industrialização no país (...)

(...) na América latina, a questão agrária vem sendo formulada a partir da adoção de concepções clássicas elaboradas no contexto político e acadêmico sobre a economia brasileira, particularmente no período 1961 a 1967 e depois de 1967 até 1973, quando então o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia, período que ficou conhecido como o do milagre brasileiro, quando pouco se falou da questão agrária, em parte positivamente pela repressão política, repressão ampliada pela perda de legitimidade da construção de problemas estruturais em sociedade que se projetava para a aproximação com padrões europeus. Nesses termos, advogava-se que os problemas aventados para a construção da contextual questão agrária tinham sido resolvidos com o aumento da produção agrícola, especialmente concernente aos chamados produtos de exportação como o café e a soja, em detrimento dos produtos alimentícios como feijão e arroz. A diminuição da oferta de produtos alimentícios, bem reconhecida por dados estatísticos e aumento do valor mercantil equivalente, embora admitida, era propositivamente equacionada pela capacidade de importação assegurada pela expansão da exportação(...) (Alentejano, 2010: 4 e 5)

Os efeitos perversos desse projeto político contextualmente hegemônico, elaborado pela valorização da agricultura e da pecuária destinadas à exportação, propiciaram a retomada das questões anteriormente discutidas enquanto questão agrária, também facilitadas ou facilitando a retomada das formas de luta em prol da redemocratização do país. Reconheceu-se que os frutos do crescimento acelerado, especialmente na década de 1970, tinham beneficiado apenas uma minoria privilegiada; e entre os que tinham sido penalizados, estavam os trabalhadores em geral e de modo particular os trabalhadores rurais. Não sem razão, retoma-se com vigor o debate sobre a questão agrária como alternativa à degradante exploração do trabalhador (cf. Alentejano, 2010).

Se os problemas elencados, construídos em contextos específicos de debate em torno da questão agrária, são assim reconhecidos por enfrentamentos políti-

cos e contraposição de interpretações acadêmicas e jornalísticas, não se pode então adotar uma perspectiva finalística, pressupondo conclusão dos debates. Como eles não alcançam um resultado zerado, muitos desses problemas são reelaborados em outros contextos. Reaparecem associados a outros tantos fatores, valorizados pelo reconhecimento das contradições inerentes à objetivação do modelo capitalista de organização das relações de produção; isto é, da própria dinâmica reveladora dos atributos contraditórios inerentes aos processos e instrumentos de objetivação da concentração fundiária capitalista. Mais ainda, revelados pelo entendimento das condições de instituição das relações de trabalho correspondentes aos modos de regulação da acumulação capitalista.

Segundo Delgado (2010), a questão agrária é, na atualidade, derivada da prevalência do agronegócio no modelo agrário brasileiro:

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa. (DELGADO, 2010: 81-82)

As proposições de Delgado (2010), centradas na perspectiva econômica, pelo mesmo propósito de discutir as problemáticas que conformam em nossos dias a questão agrária, integram ainda a complexidade derivada da entrada de outros agentes econômicos nesse mesmo campo de lutas concorrenciais:

(...) intimamente correlacionadas e que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século: a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras; as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar; a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário. (DELGADO, 2010: 83)

No que diz respeito à devastação ambiental, dois aspectos podem ser considerados centrais: o desmatamento promovido pela expansão da fronteira agrícola e o uso cada vez mais intenso de agrotóxicos na agricultura brasileira. Abordando essa mesma questão, Alentejano (2010) ressalta algumas das condições em que ocorre a concentração fundiária, especialmente facilitadora da transferência do patrimônio natural brasileiro para o controle estrangeiro. Afinal, sentencia o autor:

“quando se trata o agro como mero negócio (agronegócio), a terra é de fato mera mercadoria, transacionada sem maiores preocupações, diferentemente de quando o agro é lugar de vida (agricultura) e a terra, portanto, não é uma mera mercadoria.”(ALENTEJANO, 2010:4)

Portanto, dois grandes problemas, insistentemente resignificados, em conformidade ao jogo de forças que coloca em foco a questão agrária, apresentam-se como nós górdios da problemática assim reconhecível: a concentração fundiária e a internacionalização da agricultura. Sobre esse aspecto, eis, mais uma vez, a colaboração de Alentejano:

Se a colonização foi o marco inicial da invasão estrangeira – do ponto de vista dos povos “indígenas” (...) – hoje vivemos uma nova onda de internacionalização da nossa agricultura, expressa no domínio dela por grandes empresas transnacionais e na compra de terras por empresas, fazendeiros e fundos financeiros estrangeiros. Este controle internacional incide sobre o agronegócio, especialmente pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes traders, agroindústrias) – e também pela crescente onda de compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros. No que se refere ao controle das transnacionais sobre a agricultura brasileira, os processos mais notórios atualmente dizem respeito à difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor, como Monsanto, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos, sem desconsiderar a ampliação da presença das transnacionais na comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que inicialmente concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas têm se expandido para outros ramos, sobretudo o sucroalcooleiro.

No setor sucroalcooleiro, em especial, este controle das grandes empresas transnacionais tem se expandido velozmente. Segundo Mendonça (2010), a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 20% em 2010. Este processo acontece junto com um forte processo de concentração no setor. Estimativas de mercado mostram que, na safra 2009/10, os sete maiores grupos de comercialização do mercado já representaram 61,4% das vendas. No ciclo atual (2010/11), a fatia nas mãos dos sete grandes será de 67%.

Já no que se refere à compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos de investidores estrangeiros, há indícios de forte crescimento a partir dos anos 2000, como mostra a re-

portagem publicada por um dos principais órgãos da grande imprensa brasileira (ALENTEJANO, 2010: 5 e 6).

Insistindo ainda um pouco mais na argumentação de Alentejano (2010) quanto à definição dos fatores valorados na definição da atual questão agrária, ressaltam-se, além das transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira, a importante e crescente insegurança alimentar.

Não se trata de um crescimento generalizado da apropriação da terra por grupos internacionais. A análise comparativa da evolução da área plantada de alguns dos principais produtos agrícolas, bem como da produção de bovinos e de madeira, indica que a área plantada com alimentos básicos decresceu, ao passo que a área destinada a cultivos majoritariamente dirigidos à exportação e a fins industriais (produção de ração, energia e papel e celulose). A área destinada à produção de três alimentos básicos na dieta da população brasileira (arroz, feijão e mandioca) reduziu-se em mais de 2,5 milhões de ha entre 1990 e 2006. No caso do arroz (...), a redução foi de quase 1/3, sendo que na região Sudeste essa cultura praticamente desapareceu e apenas na região Sul verificou-se aumento ao longo das duas últimas décadas, tendo inclusive esta região ultrapassado o Nordeste na condição de região com maior área plantada.

Em contrapartida, a área destinada ao cultivo de produtos voltados prioritariamente para exportação ou transformação industrial, aumentou. Considerando-se apenas três destes produtos – cana-de-açúcar, soja e milho – a área plantada foi ampliada de 27.930.804 ha para 44.021.847 ha, um crescimento de 57,6%. Vale destacar que entre 1990 e 2008, a soja ultrapassou o milho em termos de área plantada, assumindo a condição de maior lavoura do país.

Em termos proporcionais, o maior crescimento verificou-se na cana-de-açúcar, cujas destinações fundamentais são a produção de açúcar para exportação e de álcool combustível para o mercado interno. A área plantada aumentou 90% entre 1990 e 2008, sendo que no Sudeste – que planta hoje 2/3 da área de cana do país – e no Centro-Oeste a área plantada mais que dobrou e só no Nordeste houve redução da mesma.

Vale dizer que esta expansão é estimulada por recursos públicos. Entre 2008 e 2009, estima-se que o setor sucroalcooleiro tenha recebido mais de R\$ 12 bilhões do BNDES, verba esta extraída, em grande medida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No caso da soja, cuja destinação fundamental é a exportação, seja in natura, seja na forma de farelo para fabricação de ração, o crescimento da área plantada foi de 82%, sendo que este ocorreu em todas as regiões do país, embora com destaque para o Centro-Oeste que ultrapassou o Sul como região com maior área plantada.

Embora mais modesto o crescimento da área plantada de milho – cuja destinação principal é a produção de ração, seja para o mercado interno, seja para exportação – também se verificou, exceção feita ao Sudeste, onde houve redução da área plantada de milho.

Outro dado revelador dos caminhos da produção agropecuária brasileira é o relativo à expansão da criação de bovinos no Brasil, atividade que se caracteriza pelo caráter extensivo, e cujo número de cabeças já é maior que o número de brasileiros. Neste caso observamos que a criação de bovinos expandiu-se em todas as regiões do país, mas com destaque para

o Centro-Oeste que possui o maior rebanho bovino do país e o Norte que teve maior crescimento no período (triplicou o rebanho) e assumiu a condição de segundo maior rebanho do país, ultrapassando o Sudeste.

Por fim, vale registrar também o grande crescimento da produção de madeira no país a partir da silvicultura, isto é a produção em escala industrial de árvores para fabricação de papel e celulose ou carvão vegetal, ou ainda madeira para a indústria moveleira, da construção civil, entre outros usos. Já quando consideramos somente a produção de madeira voltada para a produção de papel e celulose – que representa 57,5% da produção total de madeira – verificamos que o aumento foi da ordem de 76%, mais uma vez com destaque para o Nordeste, onde a produção era irrisória nos anos 1990 e expandiu-se quase 100 vezes ao longo do período (ALENTEJANO, 2010: 13-15).

Segundo Sauer (2010), citado por Alentejano, o agronegócio recebeu R\$ 65 bilhões para custeio e investimentos para a safra 2008/2009, o que é 500% superior aos R\$ 13 bilhões concedidos à agricultura familiar, isto é, segmento de produtores cujas atividades produtivas se orientam pela inserção e reprodução dos membros da própria família. Reconhecendo esse próprio debate e mediante investimentos políticos, inclusive os pautados na construção de legitimidade e eficácia para essa forma de organização da produção, os agricultores familiares, desde o final da década de 1990, vem recebendo apoio crescente de programas públicos, tal como registra esse mesmo autor.¹⁴

(...) entre 2007 e 2009 o Tesouro Nacional gastou R\$ 2,3 bilhões de reais com a securitização da dívida agrícola e a Receita Federal estima em R\$ 8,85 bilhões a renúncia fiscal relacionada a isenção de impostos concedidas ao setor agropecuário. Isto significa dizer que o dinheiro extraído pelo governo do povo brasileiro através do impostos está financiando nossa insegurança alimentar (Citado por ALENTEJANO, 2010: 16).

Porto-Gonçalves e Alentejano acrescentam aos fatores até aqui perfilados, a exploração do trabalho, inclusive na modalidade trabalho escravo, ainda reafirmando a devastação ambiental do modelo agrário¹⁵:

Os dados sobre a violência no campo levantados pela CPT ao longo dos últimos 25 anos apontam que 2.709 famílias, em média, foram anualmente expulsas de suas terras; 63 pessoas, em média, foram anualmente assassinadas no campo brasileiro por lutar por um pedaço de terra; 13.815 famílias, em média, anualmente foram despejadas através de ações exaradas pelo Poder Judiciário de alguma unidade da federação e cumpridas pelo poder Executivo por meio de suas polícias; 422 pessoas, em média, foram anualmente presas no

¹⁴ É bastante extensa a bibliografia que toma o processo de construção do agricultor familiar como objeto de estudo. Sugiro, para os primeiros aprofundamentos, a leitura de SCHNEIDER et al., 2004 e NEVES, 2007.

¹⁵ Para compreender as qualificações sociais do trabalho escravo na sociedade atual, ver ESTERCI, 1994 e FIGUEIRA, 2004.

Brasil por lutar pela terra; 765 conflitos, em média, ocorreram anualmente diretamente relacionado à luta pela terra; 92.290 famílias, em média, foram anualmente envolvidas diretamente em conflitos por terra!

Na fronteira entre a violência e a exploração do trabalho temos a questão do trabalho escravo, posto que se trata ao mesmo tempo de uma violação dos direitos humanos e uma gigantesca fonte de lucro para os empresários (...), destaca Alentejano que essas situações são melhor exemplificadas em estudos que se voltam para o setor sucroalcooleiro:

Em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3.060, ou 51%, foram encontrados no monocultivo da cana de açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, ou 48% dos trabalhadores mantidos escravos no país estavam em plantações de cana. (Mendonça, 2010, citada por Alentejano). (PORTO-GONÇALVES & ALENTEJANO, 2010:17).

No mesmo contexto, mas se antecipando na elaboração de interpretações sobre estratégias econômicas e políticas dos empresários do agronegócio, pelo autor qualificadas como agroestratégias de intensificada acumulação de capital, Almeida (2009) tem registrado os sentidos atribuídos às relações desses agentes, desde que visando a ampliar o volume de terras à disposição da expansão do setor. Segundo o autor:

(...) as agroestratégias são um conjunto articulado de discursos, ações e mecanismos construídos por agências multilaterais e conglomerados financeiros e agroindustriais para incorporar novas terras para a expansão da produção de commodities agropecuárias. No caso brasileiro, faz parte das agroestratégias a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola. De acordo com esta formulação, no Brasil a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível.” (ALMEIDA, 2009: 68)

O foco principal dessas agroestratégias são as áreas de preservação ambiental, as terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum, vistas como obstáculos a serem removidos, visando a ampliar a oferta de terras no mercado de terras, no momento configurado por intenso aquecimento, derivado inclusive do crescente interesse de grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil (cf. ALMEIDA, 2009). Ele assim as sintetiza:

(...) as principais agroestratégias em curso são: (1) redefinição da Amazônia Legal, com a exclusão de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, possibilitando a incorporação imediata de 145 milhões de ha, em função da redução da área destinada à preservação ambiental; (2) redução de 80% para 50% na área de reserva legal da Amazônia; (3) liberação de crédito para quem praticou crime ambiental, evitando que os agronegociantes fiquem sem acesso a estes recursos; (4) privatização de terras públicas com até 1500 ha sem licitação na Amazônia – MP 422/2008; (5) redução da faixa de fronteira onde é proibida a compra de terras

por estrangeiros de 150 para 50km; (6) revogação do dispositivo constitucional que prevê a titulação das terras de remanescentes de quilombos. (ALMEIDA, 2009: 69-70)

A essa contribuição interpretativa de ALMEIDA (2009), acrescenta ALENTEJANO (2010), diálogo pelo qual os autores invidam os mesmos esforços intelectuais para alcançarem compreensão de tão amplo campo de relações:

Embora Almeida não se refira à criminalização dos movimentos sociais, levada a cabo pela mídia e pelo Estado brasileiro, vide CPI do MST, creio que podemos incluí-la entre essas agroestratégias, visto que faz parte dos processos de afirmação do agronegócio, contra os que defendem a democratização da terra no Brasil (ALENTEJANO, 2010:20).

Análises sobre esse campo político e acadêmico impõem o reconhecimento da contribuição de Medeiros, estudiosa vinculada a sistemático programa de pesquisas levadas a efeito por ela mesma e equipes de pesquisa por ela coordenadas. Na impossibilidade de estender a reconhecida contribuição, destaco o pequeno texto a seguir reproduzido, pelo qual a autora incorpora um outro grande nó górdio da discussão, centrada em embates sobre critérios técnicos de mensuração da produtividade da atividade agropecuária de grandes propriedades, patamar insistentemente rebaixado a serviço dos interesses dos empresários agrícolas.

Terras improdutivas ou produzindo pouco fazem parte das necessidades criadas pela expansão das atividades empresariais. Transformá-las em áreas passíveis de desapropriação, com a possibilidade de se transformarem em assentamentos, significa subtraí-las do mercado e excluí-las do cerne desse circuito de reprodução” (MEDEIROS, 2010:4)

Ao enfatizar a contribuição de pesquisadores intérpretes da questão agrária brasileira que convergem para interpretações sobre causas e efeitos da concentração fundiária, reafirmo a parcialidade das considerações por mim apresentadas. Não se pode analisar tais debates sem explicitar pontos de vista concorrentes e entender o campo de disputas desde algum ponto de vista que referencia os interpretados como contrapositores. Considerando os limites inerentes ao tamanho de um artigo, optei por valorizar elaborações que consolidam o ponto de vista dos críticos do processo de concentração fundiária. A parcialidade de minhas argumentações estão ainda explicitadas pelos limites de atenção a outras tantas frentes de lutas, entre elas, destacadamente, as lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais assalariados e camponeses. As relativamente precárias conquistas em torno da reforma agrária só evidenciam o quanto são eficazes as contraposições a elas interpostas. Como esclarece ALENTEJANO (2010):

Por outro lado, os segmentos que defendem a reforma agrária e a justiça no campo têm afirmado a importância da reafirmação desta luta, assim como associado-a a outras bandeiras, como a causa ambiental, a soberania alimentar e a luta pela democracia.

Carter (2010) destaca cinco contribuições que o MST tem dado para o fortalecimento da democracia no Brasil: combate a desigualdade; fortalece a sociedade civil; promove a cidadania; estimula a participação social e política; produz utopia; embora os resultados, “infelizmente, (não tenham) se traduzido no avanço da reforma agrária no Brasil:

As medidas de reforma agrária adotadas até o momento procuravam satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. O efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativo em alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país. Mesmo com as iniciativas promovidas no primeiro governo Lula, a reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, uma das menores de toda a América Latina. (...) No total, esse processo de reforma beneficiou 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total de terras cultiváveis.” (CARTER, 2010: 60/61)

Questão agrária: políticas e desafios

Finalizando minhas parcialmente sintéticas considerações em torno da questão agrária, ocupo-me mais diretamente da elaboração de alguma resposta ao proposto tema da mesa: *questão agrária: política e desafios*. Desde a Constituição de 1988, a luta em torno da reforma agrária tem enfatizado proposições que concebiam a transferência de terra para efeitos produtivos por produtores familiares associadas a diversos outros recursos e serviços públicos que, em tese, tornem viável a constituição desse agente mercantil. Entre diversas demandas, destacam-se as referentes ao crédito de investimento e custeio, a instalação de serviços comunitários ou públicos de educação e saúde, a construção de estradas que propiciem o escoamento da produção e a deambulação dos assentados, o apoio à constituição de feiras livres e cooperativas de produção e/ou comercialização, amparadas pela inserção desses agentes em quadros institucionais ou ambientais específicos. Geralmente essas soluções são precariamente atendidas pelos órgãos estatais que delas deveriam se ocupar, geralmente transferidas sob temporalidades que recorrentemente inviabilizam a reprodução dos grupos familiares, até mesmo pela própria precariedade daqueles diversos bens e serviços necessários.

Investimentos políticos orientados para agricultores familiares devem necessariamente ultrapassar recursos ou meios de reprodução social que extrapolem a materialidade do lote de terra concedido. Tais imprescindíveis investimentos devem

também permitir construí-los por referências a padrões contextuais de reconhecimento de cidadania. São eles também respostas àquelas lutas inicialmente anunciadas pela ênfase na luta pela terra. Por pressão e investimento intelectual desses segmentos de agricultores familiares, muito tem sido coletivamente elaborado, correspondendo assim a quadros institucionais fundamentais à constituição política que subjaz à consolidação da posição econômica. Destaco então não só o papel que tem sido desempenhado por representantes delegados, vinculados a diversas instituições deles representativas (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Marcha das Margaridas, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), como também investimentos no sentido de interferir na elaboração de políticas públicas, desde que formuladas a partir de especificidades situacionais do segmento social. Muito rapidamente, podem-se elencar programas colocados em prática pela instituição do Pronaf - Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, dos serviços de educação do campo, da adoção de práticas sustentáveis de produção (orgânica, agroflorestal, etc.), levando em conta não só o produtor mas também o consumidor.

Na impossibilidade de abordar todos esses aspectos das lutas contra-hegemônicas, após elencar as referências bibliográficas, indicarei sugestões de leitura de alguns textos que, a meu juízo, permitirão ao leitor interessado na compreensão dessa problemática, iniciar seu próprio percurso de investimento intelectual e político.

Com essa proposição, mesmo que ligeiramente apresentada, quero colocar em relevo o quanto essas formas de luta ultrapassam a demanda por reforma agrária estrito senso; ou seja, são concebidas para fazer frente a processos de transformação estrutural da sociedade. Transcende a luta pela terra em si e requer fundamentações de filosofia social que reafirmem a importância da constituição de novos padrões de justiça social, galgando-se distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, padrões universais de recursos públicos que acenem para a dignidade social de todos os brasileiros. Por conseguinte, a demanda por reforma agrária corresponde a uma intervenção deliberada (planejada e diretiva) do Estado em atenção aos princípios políticos destacados, implicando a opção por uma determinada linha de desenvolvimento econômico e alterações nas relações de poder em benefício da população como um todo.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em fevereiro de 2017.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo. **Questão agrária no Brasil atual**: uma abordagem a partir da Geografia. 2010. Disponível para acesso digital, consultado em 18 de novembro de 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. 2009.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. RJ, Paz e Terra, 1977.

CARTER, Miguel. Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e conseqüências. In CARTER, Miguel. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu**. Paris, Ed. du Seuil, 2009.

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: D. Thorner (compil.). **The theory of peasant economy, Kerblay y Smith**. Illinois, 1966.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. in CARTER, Miguel. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010: 81-112.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do Trabalho Social (1893)**. São Paulo, Abril Cultural, 1973.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico (1895)**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia – a Moral, o Direito e o Estado**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio (1897)**. Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1982.

ENGELS, Frederich. (1845). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.

FELIX, Gil. **Trabalho, mobilidade, circulação: a força de trabalho em movimento**. Tese de doutorado defendida junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES, André. **O trecho, as mães e os papéis**: movimentos e durações no norte de Goiás. Tese em Antropologia, UFRJ, 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio (1963). In STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500 - 1960 . São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. 2ª, edição Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1968.

LÊNIN, Wladimir I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 2: O processo de circulação do capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

NEVES, Delma P. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**, 1985. São Paulo, ANPOCS, 1985:87-132.

NEVES, Delma P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: Eduff, 1997.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! Bernardo Mançano Fernandes; Marta Inez Medeiros Marques; Julio César Suzuki. Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo. **Expressão Popular**, 2007: 211-270.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & ALENTEJANO, Paulo R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. Goiânia: CPT, 2010.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira: 1957-1986. In STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional –1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005

ROSAVALLON, P. A. **A nova questão social** (trad. Sérgio Bath). Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAUER, Sérgio. **Dinheiro público para o agronegócio**. Brasília: mimeo. 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio e MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004: 21-50.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo; Editora Brasiliense, 1998.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional –1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

TELLES, V. Questão social: afinal do que se trata? In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 10 (4). SEADE: 1996.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graffine, 2001.

Sugestões de leitura

ALENTEJANO, Paulo. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In **CPT**. Conflitos no Campo Brasil 2003. Goiânia: CPT, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: Gonçalves Jr. (org.). **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1986.

BECKER, Luiza; PEREIRA, Denise. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro (MG). In.: FERNANDES, Francisco (et. Al). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial: grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil. in: ALMEIDA et al.(org), **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BUNKER, Stephen. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In: COELHO, M.C.N. & MONTEIRO, M.A.(orgs.). **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. Belém: NAEA, 2007.

CARNEIRO, M.; RAMALHO, J. R. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense. In: CARNEIRO et. al. (orgs.). **A terceira margem do rio**. São Luis: EdUFMA, 2009.

CARNEIRO, Marcelo. Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do programa grande Carajás. In: **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Anablume, 2013.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In CARTER, Miguel. (org) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In CARTER, Miguel. (org) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CASTEL, Robert et al. **Desigualdade e Questão Social**. 2º ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI Jr, Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. In: **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 10, n 19. Passo Fundo, 2002.

FELIX, Gil. **O caminho do mundo**: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental. Niterói: Editora da UFF, 2008.

GONÇALVES DE ALMEIDA JR., José Maria (org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1986.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 238-254.

GUEDES, Lucilei. **Deslocamento compulsório de agricultores familiares por empresas mineradoras**: o caso do Projeto Onça Puma no município de Ourilândia do Norte/PA. Dissertação em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, UFPA, 2012.

GUIMARÃES NETO; BRUNO, Regina. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História**, (27), p. 49-69, dez. 2003.

LENIN, V. **La alianza de la clase obrera y el campesinato**. Buenos Aires, 1960.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **Lutas de Classes na Alemanha**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

MAZZALI, Leonel. **O processo de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária**. 2010 (Consultado em <http://www.mst.org.br/node/9041>: 10 de janeiro de 2017). MENDONÇA, Maria Luisa. Avança o monopólio da terra para produção de agrocombustíveis. In.: Revista Caros Amigos, 27 Março 2011 10:18.

MÜLLER, Geraldo. São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 221-237.

PRADO Jr, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira –1960. In STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro**. Brasília: Marco Zero/ANPOCS, 1991

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Imobilização e dispersão da força de trabalho: considerações sobre os modos de expansão concentrada e difusa”. **Série antropologia**, 172, Brasília, 1994.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora UnB, 2008.

RUMSTAIN, Ariana. **Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)**. - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2004.

SCOTTO, Gabriela. “Discursos globais e práticas locais: empresas, mineração e desenvolvimento sustentável”. **Trabalho apresentado no Encontro anual da Anpocs**, Caxambu, 2014.

SHANIN, Theodor (compil.). **Peasants and peasant societies**. London, Penguin, 1971.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SORJ, Bernardo. Reforma agrária em tempos de democracia e globalização In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1998. pp. 23-40.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional –1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1981. 219 pp. (Estudos Rurais 11).

VERAS, Roberto. “Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, maio de 2014: 111-136.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARTIGO

REPRESENTAÇÕES CIDADINAS: ASPECTOS DO
DESENVOLVIMENTO URBANO E DAS TRINCHEIRAS
ESPACIAIS EM BOA VISTA-RR

Resumo

Esse texto é um recorte da pesquisa intitulada “Fronteiras e Amazônia: Aspectos urbanos e Representações Cidades”, realizada na cidade de Boa Vista-Roraima-Brasil. Elegeu-se como objeto dois aspectos na cidade, um bairro e uma manifestação cultural. Os dois elementos foram analisados na perspectiva que tanto o material quanto o imaterial estão em processo de transformação, saindo de um modelo de sociedade pautada nos valores rurais para o modelo de sociedade amparada pelas necessidades dos elementos urbanos. Apontou-se como o processo de trincheiras espaciais simbólicas são produzidas a partir das habitações em uma área de vulnerabilidade social e, por fim, explanou de forma breve a prática da quadrilha junina em Boa Vista, como esta manifestação cultural também sofreu mudanças do mercado cultural.

Palavras-Chave: Cidade; Cultura; Simbólico; Trincheiras.

Abstract

This text is a cut of the research entitled “Frontiers and Amazon: Urban Aspects and Urban Representations”, conducted in the city of Boa Vista-Roraima-Brazil. Two aspects in the city were chosen as objects, a neighborhood and a cultural manifestation. The two elements were analyzed from the point of view that both the material and the immaterial are in process of transformation, leaving a model of society based on rural values for the model of society supported by the needs of the urban elements. It was pointed out how the process of symbolic spatial trenches are produced from the dwellings in an area of social vulnerability and, finally, briefly explained the practice of a traditional dance, called Quadrilha Junina, in Boa Vista and how this cultural manifestation also suffered changes in the cultural market.

Keywords: City, Culture, Symbolical Spatial Trenches

* Elaborador, coordenador da pesquisa e texto. Agradeço as contribuições das bolsistas de iniciação científica Aline Cândida da Silva, Náides da Mota Lima e Thainara Brito Santos

** Bolsista de Iniciação Científica 2013-14

*** Bolsista de Iniciação Científica 20014-15

Introdução

Esse texto tem como objetivo fazer uma interlocução e/ou aproximação de três sub-projetos da pesquisa intitulada “Fronteiras e Amazônia: Aspectos Urbanos e Representações Cidades”, utilizando como elemento de convergência a relação rural/urbano.

A discussão inicia-se com uma breve análise dos conceitos de espaço, cidade e lugar explicitando os pressupostos teóricos que norteiam essa pesquisa e demonstrando que a cidade está sempre em transformação. Parafraseando Milton Santos “quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares. A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação” (2009, p. 114). Com base nesse pensamento que as noções de espaço e cidade aqui apropriadas concebem as esferas materiais e imateriais da ocupação do território. Os homens constroem as cidades e dão vida a elas, assim sendo, a cidade é prática e simbólica, se retirar o homem dela a mesma se torna ruína.

Deve-se considerar que para compreender as articulações da esfera econômica, política e cultural na cidade, faz-se necessário resgatar a formação histórica da mesma, pois o passado encontra-se também no presente com outras roupagens. Partindo desse pressuposto, como segundo tópico desse texto abordou-se aspectos do desenvolvimento histórico da cidade de Boa Vista, demonstrando na historiografia o processo de colonização e transformação do território. Ressaltou-se também a formação da cidade, a qual decorreu da transição de um lugar habitado pelos povos indígenas transformando-se cada vez mais em uma cidade que incorpora as demandas urbanas.

Na sequência, são apresentados recortes dos subprojetos no tópico “Fronteiras e Cultura”. Diante disso, procurou-se sintetizar as discussões da pesquisa em tópicos separados, correndo-se o risco de parecerem tópicos estanques desarticulados do texto, contudo, a discussão em seguida intitulada “representações cidades”, explicita com coerência a interlocução dos elementos conceituais, dos aspectos históricos locais com a discussão dos subprojetos.

Dessa forma, tem-se que em um mesmo bairro foi realizado dois subprojetos com os objetivos bifurcados, sendo que em um deles buscou investigar a representação dos moradores no tocante a segregação habitacional considerando a área ocupada em situação de catástrofe socioambiental; e o outro buscou analisar o simbolismo da habitação. Nos dois subprojetos a situação de fronteira socioeconômica foi prio-

rizada como objeto de análise, levando-se em consideração a imagem negativa do local em contraposição a utilidade e facilidade dessas fronteiras estarem localizadas próximas ao centro comercial da Cidade.

No que tange ao terceiro subprojeto buscou-se analisar a influência da quadrilha junina no processo de formação de identidade dos sujeitos, entretanto foi percebido um processo de transformação da quadrilha junina, no qual ela deixa de estar vinculada a tradição rural para se transformar em espetáculo competitivo. Tanto o bairro quanto a quadrilha junina tiveram influência, ou se originaram, de um modo de vida assentado nos valores da vida rural e presentemente estão incorporando os valores da vida urbana. Isso se explica, porque no histórico da cidade de Boa Vista, capital fronteira, pode ser identificado três grandes períodos de migração populacional com pessoas oriundas de outros Estados brasileiros e até países para o Estado de Roraima, os quais ocorreram nas décadas de 1940, 1970 e nas décadas de 1980-1990.

Tais migrantes foram seduzidos pelos projetos políticos de ocupação da Região Norte, nos quais recebiam glebas de terras para assentamento e/ou desenvolvimento agropecuário. Após a década de 1990, a demanda pelo trabalho no serviço público se tornou o principal motivo da migração. Entretanto, de acordo com o IBGE (2000) a população de Boa Vista, até meados de 1980, em torno de 70 % vivia no campo e a grande maioria dos indígenas nas malocas. Após 1990, o fluxo de migração e (intra) migração voltou-se para a capital Boa Vista, fazendo com que cerca de 70% da população do Estado atualmente viva na capital, Boa Vista.

Contudo, por ser esse processo recente, inferimos que os valores da vida rural estão em transição para os valores da vida urbana. As novas necessidades do urbano deixam as relações na cidade mais difusas, os lugares hierarquizados e as necessidades de consumo mais premente. Sendo assim, esse texto traz o argumento de que a vida na cidade – material e imaterial – sobrepõe os modos de vida e tende a uma padronização do comportamento ocultando as diferenças regionais.

Noções de Espaço e Cidade

No transcórre da história a humanidade vivenciou diversos tipos de cidade, de acordo com Lefebvre (2001). Nesse sentido, houve a cidade oriental, a cidade arcaica, a cidade medieval, a cidade industrial, entre outras. Cada sociedade estruturada em um modelo político, econômico e cultural desenvolveu modos de vida diferenciados, pois os valores, as tradições, a organização do espaço tem estreita relação com a cultura e o ambiente em que se vive. Nessa visão, a sociedade ao

se transformar também transforma os lugares, logo “a cidade, enquanto realização humana é um fazer-se intenso, ininterrupto” (CARLOS, 2009, p. 67). Ela se associa com as imagens do inacabado, pois modifica o que já está produzido para ganhar novas formas. O fazer humano é o que produz a cidade, dá alma a ela, o que faz com que a mesma se atualize temporalmente.

Para Lynch (2006), a cidade não é imutável, pois mesmo que seja estável por algum tempo, ela está sempre se modificando nos detalhes. Conforme este autor “só um controle parcial pode ser exercido sobre seu crescimento e sua forma. Não há resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases” (2006, p. 2). Assim, o autor elucida que a cidade não é apenas um amontoado de edificações e pessoas, ela é forma e conteúdo, é visível e invisível, pois cada monumento, praça, edificação e ruas são produções de sentidos e carregam uma história.

Destaca-se ainda que a cultura de uma sociedade se expressa nas edificações e na forma de organização dos espaços citadinos. Lynch (2006), salienta que na cidade cada pessoa tem diversas associações com algum lugar e, a imagem de cada um, carrega lembranças e significados do lugar e dos objetos que compõem o cenário da vida. Sendo assim, os elementos móveis de uma cidade, ou seja, as pessoas e suas atividades são tão importantes quanto às partes físicas (casas, prédios, monumentos, etc). Não somos só observadores da cidade, fazemos parte dela. Além disso, segundo o autor, existe uma imagem pública da cidade que é a junção de várias imagens individuais. Cada imagem individual é singular ao indivíduo, porém ela se aproxima da imagem pública.

Por sua vez, retomando a perspectiva da etiologia da cidade, Carlos (2009) postula que a cidade se origina em um determinado momento da história da humanidade e vai se constituindo ao longo do processo histórico. Conforme a autora, durante esse processo a cidade vai ganhando materialização concreta e diferenciada em função de determinações históricas específicas. Ressalta que a cidade é uma eterna construção de lugares e sentidos. Adotando essa concepção, a autora nos “permite pensar o espaço geográfico enquanto produto das relações entre a sociedade e a natureza” (2009, p. 57).

Destarte, o espaço só se constitui como produto humano na medida em que o homem tem condições de transformar a natureza e produzir algo diverso dela a partir do seu processo de trabalho, pois a cidade é produção no espaço. Nesse mesmo sentido, Santos (2008) afirma que “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais” (p.78).

Então como pensar a cidade de Boa Vista? Uma cidade no extremo norte do Brasil, na tríplice fronteiras (Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa) com a influência de

várias culturas nacionais e internacionais. Como caracterizá-la?

Conforme Higuchi e Lemos (2013) o espaço é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento e é pensado não apenas pelos seus aspectos físicos, mas também pelos aspectos sociais e culturais. Baseada em Bonnemaison, Vasconcelos (2007) diferencia três tipos de espaço: o estrutural, o vivido e o cultural.

O primeiro se refere ao espaço objetivo que possui ordem e estrutura definida por cada sociedade de acordo com as finalidades, funções e nível tecnológicos próprios. Tal espaço é experienciado de forma diferente por cada sociedade, grupos e indivíduos dando origem ao espaço vivido, que por sua vez, é “formado pela soma dos lugares e dos trajetos usuais a um grupo ou a um indivíduo. Podemos denominar de espaço subjetivo construído no cotidiano ligado a um estatuto e a um comportamento social” (IBIDIM, p. 143). Por fim, o espaço cultural envolve e transcende o espaço vivido. É simbólico por ser carregado de um conjunto de signos e valores (VASCONCELOS, 2007).

Tuan (1983) trabalha com os conceitos de espaço e lugar através da perspectiva da experiência¹. Para o autor, o espaço remete à ideia de amplidão, movimento e liberdade enquanto o lugar se relaciona com a ideia de objeto, segurança, estabilidade e proximidade - estamos ligados a um (lugar) mas desejamos o outro (espaço). Para Tuan (1983), “espaço é mais abstrato que lugar” (p.6). Segundo o autor, o que começa como espaço indiferenciado vai se transformando em lugar conforme conhecemos e atribuímos valor à ele.

O homem organiza o espaço para ajustá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. Além disso, a forma de experienciar um lugar pode ser direta e íntima ou indireta e conceitual, mediada por símbolos. Por exemplo, podemos conhecer nossa casa intimamente e conhecer apenas algo sobre o nosso bairro. Aqui, nos apropriamos da noção de lugar de Tuan, para inferir que, os espaços da cidade de Boa Vista antes espaço vivido dos povos indígenas se transformaram em espaços planejados (LEFEBVRE, 2001), organizados por grupos multiculturais e atravessados pelo processo de consumo. Assim sendo, houve uma fusão de elementos culturais, mas na ocupação do território da cidade, podemos localizá-los nos lugares em uma estreita relação de quem mora lá e de onde vieram.

Diante do exposto, a cidade é multiplicidade das culturas em movimento entre si, tal movimento suprime ou destaca elementos que as compõem: como os hábitos, as crenças, as artes, os rituais e outros. Alguns desses são suprimidos, mas não excluídos, desaparecendo da configuração da cidade como um todo e, é possível encontrá-

¹ Para Tuan (1983) “Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (p.9).

-lo somente no grupo de origem em localidades específicas. No revés determinados elementos se conjugam com outros como a culinária e as danças típicas, esses sofrem as influências regionais, mantendo se o nome e a base, mas se acrescentam os ingredientes regionais para atender o gosto popular local.

Pol e Valera (1999 apud PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009) afirmam que para um determinado espaço se tornar um lugar simbólico deve ocorrer um processo de apropriação e significação. Para Tuan (1983) a maneira como cada um vai experienciar os espaços torna-se importante durante o processo de apropriação e significação.

Conforme Pol e Valera (1999 apud PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009), existem dois tipos de processos de apropriação do espaço: um *a priori* e outro *a posteriori*. Segundo os autores, a apropriação *a priori*, na maioria das vezes, são as ações governamentais que tem por objetivo promover a criação ou transformação de um espaço para torná-lo simbólico com um significado predefinido. De acordo com estes, esses espaços podem ou não serem incorporados pela população e se tornar um elemento simbólico compartilhado. A exemplo, podemos citar a praça Airton Senna em Boa Vista, complexo esportivo e cultural da cidade frequentado pela população durante todo o ano. Com isso, percebeos que a intervenção do poder público produziu um espaço funcional, mas sobretudo um espaço de representações simbólicas.

Já a apropriação *a posteriori* se refere aos espaços que ao longo do tempo e do uso foram se tornando referências no cotidiano de uma determinada coletividade, ou seja, espaços que se tornaram lugares comuns e com significados devido a uma interação das pessoas com o ambiente. No caso da cidade de Boa Vista, podemos citar os diversos banhos de rios e igarapés, bem como as e feiras livres que acontecem no município.

Com base nesses estudos, pode-se considerar que os indivíduos atribuem significações diferentes das que foram pensadas para um espaço planejado (NEVES, 2010). Contudo, essas significações podem sofrer um ofuscamento, se o valor de troca do espaço superar o valor de uso. Ponte, Bomfim e Pascual (2009) ressaltam que é importante entender essa relação de apropriação/significação dos espaços e lugares não como uma mera ocupação física e sim como produção de signos históricos e culturais. Baseados em Bakhtin, estes autores afirmam que os lugares, espaços e até os não-lugares² “são todos construídos ideologicamente e respondem, consequente-

² Os não-lugares, ao contrário do lugar, não se definem como identitários, relacionais ou históricos. Eles seriam os espaços de passagens preenchidos com signos previamente determinados e controlados. São constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer). (AUGÉ, 2007 apud PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009).

mente, a interesses sociais dos grupos humanos que sustentam sua construção, manutenção, reprodução e transformação” (p. 349). Ao nosso ver os interesses sociais são orientados na sociedade urbana pelo interesse do capital.

Antecedentes Históricos da cidade de Boa Vista

Segundo Vieira (2007), as primeiras informações que se tem acesso acerca da Amazônia como um todo, são provenientes do século XVII. São relatos do Jesuíta Christobal de Acunã, cronista oficial da primeira viagem de Pedro Teixeira pelo Rio Amazonas. Tal viagem marcou a presença da Igreja Católica na região, passando a ser definitiva a partir de 1653, distanciando-se cada vez mais do Rio Amazonas e aproximando-se do Rio Branco e outros afluentes.

Vieira (2007), afirma que a igreja católica era aliada ao Estado português, o que facilitou a dominação dos portugueses na região. No entanto, num primeiro momento, houve conflito entre a igreja e os colonos e, posteriormente, entre igreja e Estado. Em todas as ocasiões, os motivos estavam ligados ao controle dos povos originários/indígenas. Dentre as extrações que ocorriam na Amazônia, o que mais interessava aos colonos era a mão de obra indígena e pensando nisso, a Coroa portuguesa enviava constantemente dois missionários aos sertões onde estavam os holandeses, para descerem os índios às aldeias do Rio Negro, estabelecendo-se, assim, além de uma escravização que dava lucros, a própria demarcação do território, o que atestava os limites de seu domínio.

Conforme Assis et al (1987), o sr. Inácio Lopes de Magalhães fundou a fazenda Boa Vista, à margem do rio Branco. Segundo Miranda (2003) a fazenda Boa Vista passou a ser ponto de referência na região e após a proclamação da República foi criado o município de Boa Vista do Rio Branco, de acordo com a Lei nº 92, de 09 de novembro de 1858, com o território desmembrado posteriormente do município de Moura, atual Estado do Amazonas. Nesses trâmites, a Freguesia foi elevada a categoria de vila, com a denominação de Vila Boa Vista do Rio Branco pelo decreto nº 49, de 09 de Julho de 1890, conservando os limites da antiga freguesia.

Foi no ano de 1926 que a vila ganhou status de cidade, devido às políticas de colonização, proteção e desenvolvimento da Amazônia Setentrional. Mussato (2011) afirma que, nesse período, Boa Vista era um pequeno aglomerado populacional, constituída por três ruas paralelas ao rio e com poucas unidades construídas. O autor esclarece que, através de relatos de viajantes à região, pode-se compreender como

eram as condições de vida dos que habitavam em Boa Vista na primeira metade do século XX.

Conforme Rice (1978, apud MUSSATO, 2011), dentre os agrupamentos formados junto ao rio, Boa Vista era a única que merecia ser chamada de vila em meados de 1924. Assim sendo, à época Boa Vista contava com 164 casas e uma população de 1200 habitantes. A maioria das habitações eram de pau-a-pique e a população era composta por portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa.

Entre os anos de 1890 e 1943 o crescimento urbano de Boa Vista estava ligado a questões geoeconômicas em virtude das atividades agropecuárias e de mineração. Sua economia era baseada na criação de gado, principalmente para abastecer o mercado do Estado do Amazonas e do Pará, e na agricultura de subsistência para consumo interno. Havia muita dificuldade no acesso à outras cidades, por isso o transporte de alimentação e de outros bens materiais para abastecer Boa Vista eram feitos por via fluvial (VERAS, 2009). Essa dificuldade de acesso também influenciou na localização das residências e do comércio, que ficaram próximos a margem direita do rio Branco, tendo em vista que somente pelo rio era possível o transporte da produção para outros Estados.

Segundo Assis et al (1987) até o início do século XX, a população era pequena e as migrações para Boa Vista eram poucas, todavia, a falta de moradia no nordeste brasileiro aliada ao ciclo da borracha no Estado do Amazonas, fez com que crescesse o número de migrantes aumentando, desta forma, a população em Boa Vista.

Com relação à arquitetura da cidade, as casas eram constituídas, em sua maioria, de taipa ou madeira, sendo raro encontrar casas de alvenaria. A iluminação das casas era feita com carbureto e querosene, vindos da cidade de Manaus, ou gordura de gado e óleo de mamona, produtos nativos. Quanto à concentração demográfica do município de Boa Vista, esta foi marcada pelo margeamento do rio Branco, tendo a organização espacial em torno da sede da fazenda Boa Vista, Igreja Matriz e Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Veras (2009) ressalta que foi a partir de 1943, com a transformação da área em Território Federal do Rio Branco³, que ocorreu uma mobilidade crescente de pessoas oriundas do interior. Além disso, a cidade de Boa Vista passou a ter independência político-administrativa e tornou-se a capital do novo Território. Nesse período, ocorreu também um enorme fluxo migratório de outras regiões do país para a cidade. Conforme o autor, muitas vezes essa mobilidade era auxiliada por governadores

³ Devido a existência do Território Federal do Rio Branco no Acre, no dia 13 de setembro de 1962, através do Decreto – lei 4.182, ocorreu a mudança no nome para Território Federal de Roraima. (VERAS, 2009).

da época que almejavam transformar a capital do Território Federal do Rio Branco em um centro urbano administrativo.

No que concerne à esse período, Mussato (2011) afirma que a população da cidade de Boa Vista ainda era reduzida, no entanto, “a função administrativa que passou a exercer a partir da criação do território, proporcionou-lhe investimentos que contribuíram para aumentar seu poder de atração em relação aos demais núcleos populacionais da região” (p. 61).

De acordo com Veras (2009) após a criação do Território Federal do Rio Branco, o Governo Federal deu início à políticas de desenvolvimento urbano, para que houvesse um controle político, econômico e estratégico da fronteira. Um exemplo dessa ação do governo foi a elaboração do Plano Urbanístico no período de 1944 a 1950 pela firma carioca Riobras do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson. Conforme elucidações do autor:

“A proposta era que a cidade tivesse um traçado de integração urbana, isto é, radial concêntrico, em que, na praça circular, reuniam-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partiam as radiais, extremamente largas, para norte, sul e oeste (...). O referido traçado foi ideia do então Governador do Território Capitão Êne Garcez dos Reis, que se inspirou no traçado urbano de Belo Horizonte” (p. 95).

Veras (2009) afirma que a implantação desse plano urbanístico teve importância fundamental no processo de construção de Boa Vista, pois trouxe à cidade um novo arranjo espacial na sua paisagem. Com sua implantação ocorreram as primeiras infraestruturas planejadas, como saneamento básico da cidade, construção de escolas rurais, matadouro público, praça, entre outros. Além disso, como indica o autor, o plano urbanístico também contribuiu para geração de empregos para os munícipes, embora a maioria da mão-de-obra utilizada na execução das obras tenham vindo de outros Estados, em função da escassez de trabalhador disponível na cidade:

(...) os homens da cidade viviam do garimpo e, por isso, não havia mão-de-obra disponível em Boa Vista. Existia uma lenda que dizia: “O garimpeiro que utilizasse as mãos para trabalhar em outra atividade que não fosse o garimpo nunca mais encontraria ouro ou diamante”. Situação que dificultava o processo de execução das obras” (p. 104).

Nesse momento histórico se percebe a tentativa do Estado em implantar um planejamento que transformaria a circulação, os fluxos de direcionamentos e a economia do município. Só mais tarde, com a implantação de um projeto urbanístico, é que houve a transformação dos modos de vida rudimentar da capital.

Conforme informações de entrevista cedida ao Jornal A Gazeta de Roraima (1991, apud VERAS, 2009), o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson relatou que o sucesso da implantação do plano urbanístico se devia ao fato de que antes de iniciarem as obras de construção, foram feitas as obras nas redes pluviais e de esgotos sanitários. Acrescentou também, que na década de 1970, Boa Vista foi apontada como a cidade que tinha a melhor qualidade de vida do Brasil.

Apesar desses pontos positivos, o fato do plano urbanístico não abranger toda a cidade, mas apenas uma parcela dela, resultou em um acesso desigual das pessoas à cidade, provocando uma diferenciação no espaço ocupado. Em uma entrevista cedida a Freitas (1993, apud VERAS, 2009), o Capitão Êne Garcez discorreu sobre a limitação do traçado escolhido, afirmando que o sistema radial-concêntrico só poderia crescer até um determinado ponto, uma vez que na proporção que ele foi crescendo, foi gerando problemas de ligação da periferia com o centro. Conforme o ex-governador, no projeto esse crescimento deveria ir apenas até a avenida grande circular, a partir daí deveria ter sido feito um novo plano urbanístico, o que não ocorreu.

Outro fato importante durante a implantação do plano é que em função das crises políticas nacionais, os interesses particulares das elites locais e mudança constante de governadores, fez com que o plano urbanístico da cidade não fosse executado no período previsto, que foi entre os anos de 1944 a 1950. Apesar de ter passado diversos governadores pelo Território, poucos contribuíram para o seu desenvolvimento. Assim sendo, a produção do espaço foi marcada pelos interesses dos governadores que concentravam o poder e pelos interesses das famílias influentes da época - que eram os que mais possuíam terras urbanas na cidade (VERAS, 2009).

Já no ano de 1988 houve a transformação do Território Federal para Estado. Com essa mudança, a cidade passou a ter autonomia político-administrativa e o prefeito passou a ser eleito pelo povo e não mais indicado pelo governador. Com essa transição, podemos constatar que na década 1980, houve uma aceleração na ocupação do espaço da cidade, invertendo o quantitativo entre a população urbana e rural. Na década de 1990, o índice de crescimento urbano de Boa Vista chegou a 4% ao ano e a taxa de urbanização passou de 78,04% para 98,27% entre 1991 e 2000. Dentre as consequências desse rápido crescimento, estavam: aparecimento de bairros periféricos com péssimas condições habitacionais, ocupação de áreas de proteção e risco ambientais, aumento da demanda por serviços públicos e alto índice de desemprego e informalidade (COHRE, 2005-2006 apud VERAS, 2009).

Conforme Veras (2009), em 1989 a cidade de Boa Vista não possuía um plano de desenvolvimento urbano. Sua expansão ocorria de forma desordenada, sem nenhum planejamento que orientasse o uso e ocupação do solo urbano, em especial, algum que respeitasse o meio ambiente. Com isso, foi elaborado um plano diretor para nortear uma política de desenvolvimento urbano, porém só no ano de 1991 que a lei N° 244, referente ao plano diretor da cidade de Boa Vista foi publicada. O autor ressalta que, durante a elaboração do plano, não houve nenhuma consulta à população e nenhum estudo da cidade que diagnosticasse quais eram as reais necessidades da cidade para promover um desenvolvimento de forma ordenada.

Somente após quinze anos, em 2006, é que o plano diretor da cidade foi reformulado, tendo como objetivo principal garantir o direito de todos à cidade. Diferente do que ocorreu em 1991, na elaboração do novo plano diretor foi dado “ênfase na sustentabilidade ambiental-urbana com a participação da população em conjunto com a prefeitura, objetivando realizar um leitura socioespacial da cidade e propor soluções coerentes para cada fração da cidade” (VERAS, 2009, p. 184).

Dessa forma, pode-se concluir que os fluxos migratórios para o Estado de Roraima se intensificaram na década de 1980 e, nessa mesma década, a população rural representava cerca de 70% da população do Estado, essa porcentagem se inverteu nesses 34 anos. Atualmente, o estado é constituído por 15 municípios, sendo a capital a cidade de Boa Vista. Segundo dados do Censo 2010, 76,6% da população roraimense encontram-se na área urbana e 24,5% na zona rural. Conforme a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN) em 2012 Boa Vista concentrava 63,32% da população total do Estado e era responsável por 72,83% do Produto Interno Bruto estadual.

Diante do exposto, onde encontrar o modo de vida rural nesse processo secular de forjamento do urbano? Hoje, a população do Estado, majoritariamente se concentra na capital - poucos ficaram no campo, contudo podemos indagar que o urbano em formação se recheia de elementos rurais vinculados as manifestações culturais e ao modo de vida de cada indivíduo, pois muitos migrantes de outros Estados provinham de áreas rurais. Esses somaram aos moradores das áreas rurais do Estado de Roraima que buscaram na capital melhor qualidade de vida.

Desta forma, na formação da capital Boa Vista, houve a inversão da população rural para urbana, e a explicitação do processo histórico e a discussão do espaço cidadão, nos permite alguns apontamentos parciais da pesquisa “Fronteiras e Amazônia: Aspectos urbanos e representações cidadinas”, como segue abaixo.

O Material

O trecho a seguir aborda as discussões de dois subprojetos: Um estudo do simbolismo habitacional de moradores da área Francisco Caetano Filho; Um estudo da representação de moradores da área Francisco Caetano Filho. Tal área, popularmente, conhecida como Beiral, foi um dos primeiros bairros de Boa Vista formada por pescadores. Atualmente ainda possui uma Associação de Pescadores, esses vendem verduras, frutas e peixes em uma área adjacente ao bairro.

O bairro fica anexado ao centro da cidade, na margem do Rio Branco e possui três ruas. O local não possui equipamentos urbanos; na rua conhecida como Beiral, as casas são todas de madeiras e ficam projetadas em cima do rio. Geralmente possuem um cômodo sem divisão interna e com mais de uma casa no mesmo terreno, além disso, não há saneamento básico e serviços de saúde.

Existe um fluxo intenso de pessoas usando drogas na rua, e, devido a isso, o lugar carrega o estigma de ser ponto de uso e venda de drogas na cidade. Ademais, a área é conhecida por ser ponto de prostituição. Como consequência, os moradores são discriminados por residirem em tal local, chegando ao ponto de não conseguir emprego após informar seu endereço, devido à ideia da população em geral de que quem mora no Francisco Caetano Filho é ladrão, prostituta ou traficante de drogas.

A imagem construída do bairro é permeada pela representação de um conjunto de casas em situação de risco. Conforme Neves (2016), o objeto casa tem uma centralidade no processo de construção da representação do bairro. É ele que orienta as primeiras impressões e conseqüentemente juízos do bairro. Para o autor, o objeto casa tem uma perspectiva funcional e simbólica, que orienta o morador local e também o visitante acerca da imagem do bairro. Nas entrevistas das pesquisas realizadas no Beiral, percebeu-se que o objeto casa, para os entrevistados, vai além do abrigar-se das manifestações climáticas (sol, chuva, ventos, etc.). As casas lhes dão condições de renovar sua força de trabalho pelo repouso físico e mental, é o lugar da renovação, do abrigo do corpo, do trabalho e das práticas culturais.

A casa evocou conteúdos da memória a partir da experiência do *espaço vivido*⁴. Uma das entrevistadas relatou lembranças de sua infância, adolescência e início da vida de casada ao falar de sua residência. A entrevistada lembrou que a atual casa,

⁴ Conceito baseado em Vasconcelos (2007) que define espaço vivido como “formado pela soma dos lugares e dos trajetos que não são usuais a um grupo ou a um indivíduo, espaço subjetivo a seu cotidiano ligado a um estatuto e a um comportamento social” (p. 147-148).

foi a primeira que morou quando chegou na cidade de Boa Vista, local onde passou uma infância difícil, pois teve que trabalhar para ajudar a mãe e irmãos mais novos, já que seu pai havia falecido (também nesta mesma casa) e local onde sua mãe casou novamente e teve mais dois irmãos desse segundo casamento.

A mesma rememorou ainda que a casa era de taipa, que todo ano passavam por situações de desastres com as enchentes e que houve um tempo que tais situações ficaram estagnadas, até o ano de 2011, onde ocorreu a cheia do Rio Branco, momento que teve que sair de sua casa, com ajuda dos bombeiros. A entrevistada também mencionou as reformas que aconteceram na casa, dos aterros para que a casa ficasse mais alta e não alagasse mais, da transição da casa de taipa para a casa de alvenaria e também das festas que aconteceram anualmente em datas comemorativas. Atualmente, a utilização de taipa em habitação é mais comum em áreas rurais, na cidade quando isso ocorre é em função da pobreza econômica dos residentes.

Entretanto, a relação simbólica com a casa se dá a partir do momento que o sujeito atribuía esse sentido a habitação, isto é, a eleja como seu abrigo e lugar no mundo. Assim, a casa tem a potência de localizar o sujeito em um espaço indiferenciado, essa demarcação física é substancial para o processo de identificação do sujeito com o ambiente, o que podemos denominar de identidade de lugar - pois a experiência de vida está marcada nos lugares, principalmente na casa. Neste sentido, a casa, conforme Seemann (2003), é um lugar concreto onde acontecem os eventos, acontecimentos históricos, práticas cotidianas e as representações visuais e não visuais (mapas, fotos, músicas) que podem servir como referências espaciais para a memória, apesar de a memória ser um processo interno a mesma necessita de um espaço para ser ativada e estimulada.

Como já discutido, a imagem conjunta das casas de madeiras na encosta do Rio Branco, engendrou estereótipos negativos do local. A própria imagem que uma das entrevistadas explicita são de que as casas são feias e as comparou à currais, por serem feitas de madeira e, muitas delas, por estarem na encosta do Rio Branco. Esse antagonismo nos remete à acepção de *trincheiras espaciais simbólicas*, proposta por Neves (2016), no qual há, na interseção das áreas em contradição, tensões e conflitos que surgem diante do antagonismo social produzido no espaço.

O autor supracitado afirma que a edificação (casa) é o principal objeto formador das trincheiras, no entanto a demarcação causada por tais edificações surge de maneira naturalizada pelos cidadãos e produzem fronteiras entre um lugar e outro, tornando perceptíveis os antagonismos habitacionais na cidade.

Visualizando as trincheiras de uma forma macro, é possível perceber na cidade de Boa Vista a existência de antagonismos nas edificações dos bairros mais próximos ao centro e bairros mais afastados deste. De forma micro, podemos apontar as trincheiras no próprio centro, onde existe, ao lado de casarões de famílias mais abastadas e do centro histórico, as casas do chamado “Beiral”. E mais, dentro do próprio beiral, existem trincheiras separando as ruas que compõem a área. Diante disso, a trincheira é objetiva e subjetiva, são processos estritamente conectados, onde o local demarca os antagonismos pelo objeto edificação e o morador internaliza a fragmentação do espaço e o naturaliza. Desta forma, o morador é discriminado por pertencer ao local e se auto-discrimina, simultaneamente.

Entretanto, mesmo o bairro tendo uma imagem negativa, sua localização geográfica foi realçada pelos moradores como fator positivo: próximo ao centro, perto da área comercial e do terminal de ônibus. Frente a isto, a localização perto de equipamentos urbanos e de áreas de consumo qualifica o bairro positivamente em detrimento dos vínculos de vizinhança, da vila de pescadores e da história do bairro. Com isto, constatou-se um jogo de representações internas engendradas no bairro, ora negativas ora positivas. A imagem externa do bairro, produzida socialmente, é puramente negativa e estereotipada, na qual concebe o Caetano Filho como um local inadequado para moradia, marginalizado, ponto de consumo/venda de drogas e prostituição.

O Imaterial

O trecho a seguir é um recorte da discussão do sub-projeto: Cidade e Cultura na Amazônia: Um estudo psicossocial com um grupo de quadrilha junina de Boa Vista/RR.

Há diversas definições para designar o que é cultura, aqui, utilizamos o termo cultura para expressar a produção simbólica de um grupo e/ou sociedade. Logo, traz-se como exemplo, e objeto de estudo, a quadrilha junina, expressão da cultura popular, a cultura que o povo faz no seu cotidiano e nas condições em que ele o pode fazer. E, é nesse fazer que se emprega e se percebe toda a riqueza das experiências, num ciclo de sentidos e significados marcantes para a população envolvida (BOSI, 1987).

Para Silva (2008), a cultura popular brasileira, é um estoque inesgotável de conhecimentos, sabedorias, tecnologias, maneiras de fazer, pensar e ver nossas relações sociais e, nessa exata medida, um lugar em que é possível apreender o sentido do

viver da população, atentando-se para as diversas maneiras de compreender e interpretar o real, a vida e a condição humana de dada localidade.

Vale destacar que há diversas formas de expressar a cultura popular e, em cada uma é possível observar a presença de elementos-chave na manifestação cultural. Sendo assim, apresentada como resultado da produção de um povo, estão as artes, o artesanato, as crenças, o folclore, os hábitos, as ideias, a linguagem, a moral, as tradições, os usos e os costumes. Frente a isto, pode-se concluir que a cultura popular surge das tradições e costumes da sociedade (BOSI, 1987).

É nesse sentido que investigamos a festa junina, tradição de origem francesa, trazida pelos lusitanos na época da colonização do Brasil. Hoje a festa sofreu transformações, e se adequou ao contexto brasileiro. Em Portugal, era vinculada aos santos da igreja católica, a saber, Santo Antônio, São João e São Pedro, respectivamente nas seguintes datas, 13, 24, e 29 de junho. Mas é São João o grande homenageado, sendo a festa, a princípio, denominada de festa “joanina” (COSTA, 2012). Antes de se tornar uma festa vinculada ao catolicismo, historiadores explicam que as celebrações já eram realizadas bem antes da era cristã na região da França, eram os rituais de agradecimento pela boa colheita. A comemoração acontecia no solstício de verão, que no hemisfério norte se dá por volta da terceira semana de junho, sendo nesse período que se tem os dias mais compridos e noites mais curtas do calendário (ANTONELLI, 2006).

De acordo com Melo (2006) “a tradição dos festejos juninos tem sua derivação das homenagens aos deuses pagãos quando as populações campestres festejavam as colheitas em toda a Ásia, África e Europa” (p.1). Assim, verifica-se que os povos antigos já comemoravam o período regado com o calor do fogo, muita bebida e comida. Eram celebrações em prol da fertilidade e também para rogar a seus deuses para que eles trouxessem fartura na próxima colheita. Com a evangelização que ocorria na Europa durante a Idade Média, o ritual que era tido como pagão foi incorporado ao calendário cristão e com isso ganhou cunho religioso. Como já mencionado, a festa foi trazida pelos portugueses, mas houve a contribuição dos espanhóis, holandeses e franceses, originando diversos tipos de celebrações nas mais diferentes regiões do Brasil (AMARAL, 1998). Deste modo, pode-se afirmar que essa mistura entre festas cristãs de santos e folguedos pagãos recriam até hoje novas práticas culturais. Porém, o povo brasileiro, com sua diversidade cultural, por causa da miscigenação étnica entre índios, africanos e europeus, entre outros, gerou diversas expressões culturais, dando um sentido característico para a festa.

No Brasil, a comemoração dos festejos juninos foi associada ao solstício de inverno, por ser a estação climática correspondente ao período, coincidindo com a colheita do milho e da mandioca, ingredientes básicos das comidas típicas da festa. Como esta foi incorporada rapidamente aos costumes locais, a festa virou símbolo da cultura brasileira, exibida com muita exuberância em seus trajes, danças, músicas, brincadeiras e comidas típicas (AMARAL, 1998; COSTA, 2012).

Frente ao contexto, as festas juninas foram se disseminando por todo o Brasil, seguindo o ritmo das migrações constantes dentro do país. Com isso, a festa chegou as regiões de seringueiras, caso da região Norte, onde foi se fundindo aos hábitos da cultura local (COSTA, 2012). Em relação ao estado de Roraima, composto a princípio por migrantes nordestinos e indígenas, tal festa foi incorporada aos costumes locais. A região chamou a atenção de muitos migrantes por causa dos garimpos abertos na segunda metade do século XX, como já foi exposto nos antecedentes históricos. A capital do Estado, Boa Vista, recebeu o maior número desses migrantes resultando numa miscigenação bastante diversificada, pois seus moradores são compostos da mistura das populações, em sua maioria, indígenas, nordestinos, japoneses, árabes, dentre outros.

No que concerne, a cultura popular de Boa Vista (RR), caracterizou-se pelas festas religiosas e também folclóricas, seus espaços culturais apresentam a manifestação artística de forma variada, devido a presença de várias culturas trazidas por seus migrantes oriundos de outros estados brasileiros, como: Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, entre outros, resultaram na diversidade cultural que se encontra na cidade (ALBUQUERQUE, 2013). Tratando-se do resultado das influências e contribuições dos povos que chegaram à cidade, o Nordeste brasileiro também deu grande contribuição à cultura local com seus valores, crenças, objetos e celebrações da cultura popular. É no Nordeste brasileiro que os festejos juninos mais se destacam pelo grau de importância que a população depende ao evento festivo, pois a festa chega a ultrapassar as comemorações do Natal, consolidando-se como principal festa cristã (AMARAL, 1998).

Albuquerque (2013) comenta que, levando-se em consideração à história de Roraima com projetos de colonização do então Território, as quadrilhas juninas foram praticadas inicialmente pelos migrantes maranhenses, por meados da década de 1960, na região de Mucajaí interior do Estado. Entretanto, nos últimos anos, foi em Boa Vista que a festa junina se consolidou, tendo como principal atração a apresentação das quadrilhas juninas, já inserida no calendário de eventos culturais da cidade.

Conclusão: Representações Citadinas

A discussão a ser apresentada é síntese das análises realizadas sobre a cidade de Boa Vista, utilizando como referência os aspectos históricos e discussão dos sub-projetos mencionados no texto acima. Diante disso, considerou-se que à cidade tem uma hierarquia dos lugares (LEFEBVRE, 2001) e, cada lugar, constitui para o sujeito lócus de formação da experiência com o todo da cidade, ou seja, o município, o lugar constitui para o indivíduo referências concretas e simbólicas a respeito da relação dialética entre homem/cultura/ambiente. Aqui, apropria-se da noção de ambiente descrita por Linton (1976), o qual salienta que o termo ambiente inclui tudo envolta e em contato com o indivíduo, envolve os objetos, as pessoas, fenômenos naturais e a cultura, assim, segundo este autor “É através de seus efeitos sobre o ambiente que a cultura pode influenciar a experiência e, através da experiência a personalidade. Embora nunca inteiramente produto da cultura de seu grupo, o ambiente do indivíduo em muitos pontos é influenciado pela cultura” (p. 463).

À rigor, pode-se conjecturar que na relação homem e ambiente, as experiências dos indivíduos são construídas na cultura e na vivência do lugar “de maneira que os lugares são experiências entre o cognitivo e o emocional” (GIULIANNI, 2004, p. 93), e constitui referência da sua orientação no mundo – origem, memórias, sentimentos e identidades.

Ato contínuo, a cultura encontra-se inserida em dada sociedade numa dialética ininterrupta, a qual ambas são reciprocamente dependentes. A noção de sociedade trazida aqui se diz de um “grupo de pessoas que vivem e trabalham juntas durante um período de tempo suficientemente longo para se organizarem e se considerarem como formando uma unidade social [...]” (LINTON, 1976, p. 107). Este autor, explica que cultura e sociedade enquanto unidades funcionais, não podem existir sem relações de reciprocidade uma com a outra. É a posse de uma cultura comum que dá à sociedade sua unidade psicológica. O entrelaçamento delas permite aos membros “viverem e trabalharem em conjunto, com um mínimo de confusão e de interferência. Ao mesmo tempo, pelo seu comportamento, a sociedade dá à cultura uma manifestação expressa, transmitindo-a de geração a geração” (IBIDIM, p. 279).

No caso do Brasil, o Estado de Roraima, compõe um cenário culturalmente diversificado em função das fronteiras transnacionais e dos povos indígenas. É através do Estado que muitas vezes se organiza a territorialidade, as fronteiras políticas, jurídicas e culturais do território e, “ese elemento definidor de territorialidades genera organizacion y unidades socioespaciales, que incluyen rasgos culturales y modos de

vida diversos [...] (MARTINEZ, 2002, p. 58). Na relação indivíduo e ambiente na história de Roraima, é possível postular que as cidades que compõem o Estado são heranças de um processo multicultural ainda em andamento. A situação de fronteira fomenta um modo de vida intercultural e há uma linha tênue entre o modo de vida urbano e rural.

Entretanto, entende-se que em determinadas áreas do território estadual os modos de vida tradicional permanecem, mas esses espaços concretos estão sendo absorvidos cada vez mais pela sociedade urbana que, de acordo com Lefebvre (2001), é impulsionada pelo processo de industrialização no sistema capitalista, o qual transforma o espaço em mercadoria e desenvolve estratégias de produção do espaço, transformando-os em áreas homogêneas. O capital modela a cidade a partir da relação mercantil. Cada parcela do território passa agregar valor econômico, político e cultural, contudo, há lugares nas cidades, normalmente vinculados a grupos/e ou povos com modos de vida tradicional, situados em áreas específicas, que escampam à lógica da mercantilização.

Partindo do pressuposto, que a ocupação da cidade passa ser operada para investimento do capital, tem-se que todo território será paulatinamente absorvido pelo tecido urbano, nessa concepção, são os espaços planejados que incluem: as infraestruturas; vias de locomoção e transporte; tecnologia da informação; áreas bancárias; o centro comercial e os equipamentos urbanos.

No que concerne a hierarquia dos espaços na cidade, a mesma se dá pela concentração dos recursos econômicos e infraestrutura, a ausência destes são os espaços pauperizados e estereotipados negativamente, como o bairro Caetano Filho, aqui analisado. A imagem coletiva negativa do bairro sobrepõe às experiências pessoais, ofuscam a historicidade local e torna invisíveis as heranças multiculturais formadoras de hábitos locais.

Frente a tal, indaga-se sobre qual seria a representação do lugar? A ideia do Caetano Filho ser uma vila de pescadores desaparece, o relevo se torna a carência econômica, as casas de madeira, a prostituição e o tráfico de drogas são prementes, refletindo o negativo no imaginário social dos demais bairros da capital. Como diz Massey (2008), o espaço tem camadas, o que está aparente no bairro, são os objetos concretos, os comportamentos, a ausência de assistência pública, ou seja, um lugar somente com elementos negativos. O espaço na sociedade urbana é estratégico, a valorização do mesmo tem relação direta com o capital, no caso do Caetano Filho, o setor imobiliário e os órgãos públicos não tiveram, ainda, interesse em promover um processo de reorganização urbana em uma área de risco ambiental e de vulnera-

bilidade social, construindo equipamentos urbanos, contemplando a reurbanização da área ocupada.

Entretanto, essa medida não é tão simples, pois existe um modo de vida local que precisa ser respeitado e considerado em tal processo. Outro elemento, que dificulta tal medida, tem relação com o centro comercial, área adjacente ao bairro. O centro comercial facilita para os moradores a compra de produto diversos, acesso ao trabalho e transporte público próximo. Então, qualquer intervenção pública deverá considerar variáveis que vão desde o modo de sobrevivência no bairro até mesmo o consumo de seus moradores.

Quanto a esse último, pode-se afirmar que a sociedade urbana implica um modo de vida centrada no consumo e cada vez mais se espalha no território citadino, incutindo, lentamente, em comunidades tradicionais uma lógica do capital, o valor de troca em detrimento do valor de uso, o espaço do aparente em detrimento a essência e/ou das raízes culturais.

Partindo dessa lógica, a cidade de Boa Vista, é um lugar trans-fronteiriço em que o urbano e rural se imbricam na diversidade de cultura dos grupos que aqui habitam. Entende-se que como o processo histórico de formação do Estado é recente, os resíduos culturais e grupos sociais, incluindo os povos indígenas, cada vez mais desaparecem no modo de vida citadino, ou seja, são absorvidos pelo processo da sociedade urbana.

O espaço vivido da cidade é permeado ainda hoje pelos empréstimos culturais, advindo das experiências provindas dos povos originários, dos migrantes nacionais e internacionais. As múltiplas culturas fomentam modos de vida em um território híbrido em transição de valores: do rural para o urbano. Lefebvre (2001) expõe que “A vida urbana não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas as ‘ideias’ e ‘valores’, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e ‘natural’ (p. 107).

Esse pensamento de Lefebvre se refere a transição das cidades europeias no século XIX para XX, contudo podemos transpor essa reflexão com devidas ressalvas para as cidades brasileiras, aqui, especificamente, para a capital do Estado de Roraima, e perceber em seu percurso a implementação de modos de vida centrado na hierarquização dos espaços e na transformação cultural. Conforme apresentado no histórico de Boa Vista, ficou explicitado a transição de um espaço ocupado pelos povos indígenas em um espaço dominado pelos interesses dos colonizadores e posteriormente (re)formado pelo contingente plural de migrantes.

Como escopo, utilizamos as quadrilhas Juninas em Boa Vista, uma manifestação cultural importada e oriunda da tradição rural, que está sofrendo um processo contínuo de adaptação as necessidades da vida urbana. Assim sendo, primeiramente, a quadrilha perdeu o seu caráter religioso ou ligado a festividade religiosa. No segundo momento foi transposto o lugar de manifestação da quadrilha, outrora pátio da igreja ou arraial em casas, para lugares públicos construídos especialmente para apresentação da Quadrilha Junina. Um terceiro momento, transformaram a apresentação dos grupos em uma competição, quanto a esse elemento, em uma entrevista realizada durante a pesquisa a depoente comentou que adorava as competições, acreditava que o desafio dos quadrilheiros era buscar a perfeição da apresentação para ganhar a competição.

A quadrilha então transita da esfera cultural festiva e tradicional para a esfera cultural competitiva e moderna. Ao deslocar uma prática cultural de um lugar para o outro, há a incorporação da experiência do habitar na cidade. Um local com ritmos, arquitetura e modo de vida diferenciados do campo. Nessa lógica, a relação de convivência com práticas culturais sofre uma pressão para a adequação da realidade do modo de vida urbano: as vestimentas, as músicas e os passos de dança. Os jovens cidadãos re-atualizam as práticas culturais, no caso da quadrilha junina, transformam-na em espetáculo competitivo.

Deste modo, as quadrilhas se tornaram profissionais e hoje várias pessoas contribuem com elas, seja como gestores, coordenadores, brincantes, coreógrafos, compositores, etc. Entende-se que a cultura tem um papel importante na subjetividade das pessoas, considerando que a prática de quadrilhas juninas influencia no modo de vida e na formação de identidade dos seus componentes e muitas vezes também da comunidade onde estão inseridas. Como a cultura é dinâmica e possui uma temporalidade própria, resta saber: como ficará, nesse contexto, a referência da tradição das quadrilhas juninas e em que medida contribui para o processo de identidade dos participantes? Da mesma forma, nos questionamos em que medida a cultura ressignifica o lugar, mesmo este lugar localizado em uma área de risco e vulnerabilidade social? São questões que devem ser discutidas e investigadas em pesquisas futuras.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em fevereiro de 2017.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, T. K. A. de **As quadrilhas juninas e suas transformações culturais nos festivais folclóricos em Boa Vista-Roraima (2001-2011)**. 2013. 154 f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

AMARAL, R. C. M. P. **Festa à Brasileira: significados de festejar num país que “não é sério”**. 1998. 387 f. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANTONELLI, D. Nuances atualizadas de uma cultura fragmentada: Festas folclóricas típicas do Brasil que parecem estar esquecidas do imaginário popular são realimentadas pelo CD São João Pra Dançar. **Revista internacional de folkcomunicação**. v. 4, n. 8. 2006. Acesso em: 7 jun, 2014.

ASSIS, A. A. de. et al. **Série Monográfica – 1 – Município de Boa Vista**. Território Federal de Roraima/Secretaria de Educação e Cultura. Boa Vista, 1987.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. CENSO, 2010.

BOSI, A. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, G. [et al]. **Cultura brasileira: tradição e contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / FUNARTE, 1987. p. 31-58.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, C. A. **Festa junina: síntese de uma mistura cultural**. 2012. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (habilitação em Licenciatura: Artes Visuais), Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais, Universidade de Brasília. 2012.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In TASSARA, E. T. O., RABINOVICH, E. P., GUEDES, M. C. (Orgs.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

HIGUCHI, M. I. G.; LEMOS, S. M. A produção do ambiente urbano como dimensão psicossocial de vivências historicamente constituídas. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Org.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: ABRAPSO- NUPPE/CFH/UFSC. 2013.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LINTON, R. **O Homem: Uma introdução à Antropologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARTINEZ, M. V. **Las Fronteras Como Espacios de Integración**. Caracas: Fondo Editorial Trópykos, 2002.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, J. E. Quadrilha estilizada, hibridização, resistência, ou uma invenção da tradição?. In: **XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília, 2006.

MIRANDA, A. G. de. **Perfil Territorial do Estado de Roraima**. Boa Vista: GTE/RR, 2003.

MUSSATO, O. B. **Urbanização e segregação socioespacial**: uma análise da área de ocupação irregular Monte das Oliveiras em Boa Vista (RR). 2011. 122 f. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NEVES, L. R. **Psicossociologia Urbana**: Catástrofe Socioambiental de Enchente- Um estudo de caso. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

_____. Cidade Planejada versus Cidade Corrompida: aspectos da desigualdade e da vida urbana. In: MÊLO, J. L. B; LOPES, J. R. (Orgs.). **Desigualdades sociais na América Latina**: outros olhares, outras perguntas. São Leopoldo: Oikos, 2010.

PONTE, A. Q.; BOMFIM, Z. A. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 27, n. 59, p. 345-354. Acesso em: 01 fev, 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEEMANN, J.(2003) O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 4, n. 5, p. 43-53. Acesso em: 10 fev, 2014.

SILVA, R. M. C. Cultura popular e a educação. In: SILVA, R. M. C. (Org.). **Cultura popular e educação**: salto para o futuro. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. p. 07-11.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEI, 1983.

VASCONCELOS, N. A. de. Qualidade de vida e habitação. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social e Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VERAS, A. T. de R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima.** 2013. 235 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, J. G. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima:** a disputa pela Terra. Boa Vista, RR: Editora UFRR, 2007.

ARTIGO

**SUBJETIVIDADES CAPITALIZADAS E OS DESAFIOS PARA
A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO COTIDIANO: UMA
EXPERIÊNCIA DE COLETIVIZAÇÃO NUM ASSENTAMENTO
DO MST EM RONDÔNIA**

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir, a partir do registro de uma experiência de coletivização de terras e trabalhos empreendidas por famílias assentadas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a possibilidade de produção de subjetividades anticapitalistas no cerne da sociedade atual. Apresenta a iniciativa de algumas famílias que, ao longo dos mais de vinte anos de ocupação, organizaram-se de forma coletiva em relação ao trabalho agrícola e a posse e uso do espaço. A vivência propiciada pelo longo período de luta pela oficialização do assentamento e pela organização produtiva coletiva, embasada numa perspectiva socialista, produziram militantes dos mais adultos aos mais jovens, homens e mulheres. Estes vem constituindo um lugar cuja vida é guiada por um projeto político de sociedade anticapitalista e contra-hegemônico, o que indica a produção de outras subjetividades.

Palavras-Chave: Terra; Trabalho; Cotidiano; Movimentos Sociais.

Abstract

This article aims to discuss, from a record of an experience of collectivization of lands and engineering works by settled families of the Movement of the Landless Workers (MST), a possibility of production of anticapitalist subjectivities not core of the current society. It presents an initiative of some families that, during more than twenty years of occupation, organize itself collectively in relation to the agricultural work and a possession and use of the space. The experience brought about by the long period of struggle for official settlement and collective production organization, based on a socialist perspective, produce militants of the youngest and youngest, men and women. These are constituting a place whose life is guided by a political project of anti-capitalist and counter-hegemonic society, which indicates a production of other subjectivities.

Keywords: Land; Work; Everyday life; Social Movements.

* Docente de Psicologia do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia. Email: juliana.nobrega@unir.br

Pesquisar é contar histórias e participar delas. Em Psicologia Social, contamos histórias a partir do cotidiano das pessoas e nos juntamos a elas para produzir uma versão dos fatos. Adentramos num campo-tema, do qual também fazemos parte e, a partir de lentes de maior ou menor grau, produzimos uma narrativa (SPINK, 2003). Pretendo contar para vocês a história de um grupo que conheci durante a minha pesquisa de doutorado, realizada entre 2010 e 2013, em Rondônia (NOBREGA, 2013). Espero que ajude a pensar alguma coisa nesse contexto de desumanidade e desesperança que vivemos hoje.

Em 14 de agosto de 1992, em Rondônia, ocorria a terceira ocupação de terras organizada pelo MST. Mais de duzentas famílias acamparam nas terras de uma fazenda localizada as margens da BR-364. Nas terras só havia gado, nada mais. Já acampados, demorou pouco, começaram as ameaças de despejo. Para evitá-lo, procuravam ao máximo produzir na terra, torná-la produtiva a partir da ocupação e mostrar que antes ela era improdutivo. Cada vez que os oficiais chegavam para desocupar, pediam a extensão dos prazos para desocupação, pelo menos terminarem a colheita do que tinham plantado. Mas enquanto colhiam, plantavam novas lavouras. Para fortalecer ainda mais o argumento da permanência na terra e para dar conta da necessidade das crianças, criaram uma escola. Conseguiram postergar o despejo por um tempo até que não teve outro jeito e foram, enfim, despejados. Violentemente despejados. Barracos queimados, pessoas machucadas. Como é de praxe nas desocupações daqueles que “invadem” as terras de outros. E aqui, vale um parênteses importante: Rondônia, assim como outros estados da Amazônia, é fronteira agrícola, terra sem lei. Naquele tempo, a violência contra aqueles que chegavam em busca do Eldorado, da terra prometida e nada encontravam, é a mesma dos dias de hoje, senão mais forte, talvez menos velada. Vive-se num cenário de guerra, brutal com aqueles que ousam fazer algo que ameace a ordem estabelecida pelo capital. E qualquer ameaça a propriedade privada da terra é uma ameaça ao Estado que é capitalista. Se for uma ameaça empreendida por trabalhadores e trabalhadoras, o uso da força é ainda mais necessário. A força policial protege, custe a vida que custar, o preceito básico do capitalismo: a propriedade privada. Pouco tempo depois dessa ocupação, em 1995, houve o massacre de Corumbiara. A mando do Estado de Rondônia, a polícia executou uma dezena camponeses, dentre eles, uma garotinha de 7 anos de idade e deixou centenas machucados e atormentados com a lembrança desses dias até hoje. Simplesmente por estarem reivindicando um pedaço de terra pra viver. Feito esse parênteses, podemos continuar nossa história.

Expulsos da terra, algum tempo de luta e com uma estratégia bem elaborada, ocuparam novamente as mesmas terras, permanecendo nelas desde então. Foi apenas em 2009, dezessete anos depois da primeira ocupação, que o acampamento tornou-se oficialmente um assentamento.

Ao longo de todo esse tempo, as famílias lutaram cotidianamente para permanecerem naquelas terras, já transformadas pelo uso que faziam dela. *A luta pela terra aconteceu junto com a luta na terra* (FERNANDES, 1998; SOUZA, 2011), pela subsistência e manutenção da vida, (diferentemente do que costuma ocorrer na maioria dos acampamentos, cuja desapropriação de terra, em geral, ocorre de forma mais rápida). No caso deles, o acampamento foi tornando-se um assentamento, criando raízes profundas naquelas terras antes mesmo que o Estado reconhecesse o processo. Esse longo tempo de inquietude e insegurança, foi também um tempo de construção de novas possibilidades, o que permitiu que naquele assentamento surgisse a experiência que quero contar aqui e que, acredito, nos permitirá refletir sobre as possibilidades de produção de *outras subjetividades* nesse mesmo mundo das subjetividades capitalizadas: trata-se da criação do **Grupo Coletivo 14 de Agosto**.

A cooperação agrícola, no caso do assentamento e, mais precisamente deste grupo, funciona como um elemento aglutinador e fortalecedor importante da conquista da terra (SCOPINHO, 2007; CHRISTOFOLLI, 2012). Para o MST, coletivos são um tipo de organização dos acampados e/ou assentados em que a cooperação agrícola é bastante avançada, isto é, onde estes se propõem a coletivizar todo o processo de produção (o que inclui não apenas o maquinário e a força de trabalho, mas também o pedaço de terra que foi destinado a cada família). Ao longo dos anos, algumas pessoas começaram a sentir necessidade de avançar nos objetivos da cooperação: mais do que conquistar a terra, queriam inscrever nela uma nova possibilidade de viver. Cooperar significava e, ainda hoje significa, reivindicar também o direito a um modo de vida baseado num projeto de sociedade que escapa ao capitalismo. E foi assim que, em 2003, o Coletivo 14 de Agosto foi formado por cerca de dez famílias, migrantes de diversos cantos do Brasil, militantes de longa data do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ao todo, cerca de 30 a 35 pessoas entre adultos, jovens e crianças.

Essas famílias, tendo experimentado já diversas práticas de cooperação mais simples (como as lavouras de café, milho e o consórcio de frutas tropicais, ou a criação coletiva de gado, ou mesmo os almoços coletivos realizados desde a época da ocupação), resolveram dar um passo além, coletivizando também suas terras. Para viabilizarem essa façanha no cotidiano, ou seja, para que a coletivização total

funcionasse plenamente perceberam a necessidade de também coletivizar o trabalho que era feito nas casas, o trabalho doméstico, ou pelo menos uma parte dele, a alimentação. E assim criaram uma cozinha coletiva.

Há alguns anos adotaram a Agroecologia (GUZMAN, 2001; ALTIERI, 2001) como forma de orientar sua produção agrícola e seu modo de vida, por considerarem o desejo e a necessidade de se libertarem do modelo agrícola convencional, degradante e causador da dependência de inúmeras famílias camponesas ao agronegócio. Ao lado da fazenda mais representativa do agronegócio em Rondônia, modelo de desenvolvimento científico do agronegócio brasileiro, um latifúndio cento e dez vezes maior que as terras do assentamento, essas pessoas plantam e colhem, tratam da terra, dos animais e das pessoas sem fazerem uso de qualquer insumo químico, com tecnologias alternativas e sustentáveis, de baixo custo. Cultivam, trocam e guardam suas sementes, numa tentativa de se verem livres, o máximo possível da dependência das empresas detentoras das sementes, como a Monsanto.

Orientados por um projeto socialista, inspiram-se nas experiências de comunas e cooperativas já existentes no país e no mundo, principalmente naquelas do MST. A gestão é coletiva e ocorre através da assembleia geral dos membros, mas também a partir das pequenas reuniões de cada frente de trabalho. As decisões são tomadas coletivamente, num processo de intensas negociações em que se busca a realização do grupo como um todo. Há sempre a participação paritária de homens e mulheres na coordenação das frentes e, no momento atual, maior participação dos jovens do grupo.

Para realizarem o trabalho na produção agrícola, organizaram algumas frentes formando grupos que se rodiziam em suas funções: o roçado, a horta, a padaria experimental (na época da pesquisa; a farinheira; a criação de animais e a cozinha). O trabalho acontece diariamente e tudo que é produzido na terra primeiro abastece as famílias coletivamente e, em seguida, é comercializado em feiras agroecológicas nas cidades vizinhas ou através das “cestas agroecológicas” entregues nas casas dos consumidores, com um caminhãozinho adquirido recentemente. A receita gerada é revertida para todo o grupo da maneira como decidirem. Como a capacidade de produção não é grande, não há dinheiro em forma de renda para as pessoas, mas há investimentos, principalmente na estrutura do grupo, que são decididos coletivamente.

Se pudéssemos tirar um retrato do grupo, seria essa a imagem. Estática. Uma bela experiência, bem sucedida, aparentemente. Entretanto, essa descrição é incapaz de nos contar que sim, é esse um modelo de iniciativa autogestionária que “dá certo”, porém como todas as outras existentes no mundo, com seus inúmeros e intermináveis desafios, como eles mesmo se referem as situações complicadas que vivem. Para efetivar a coletivização no cotidiano e, dessa maneira, viverem e praticarem a gestão coletiva e democrática, precisaram e precisam ainda fazer “grandes exercícios de abertura” individuais e coletivos, como me contou uma das militantes mais antigas do MPA e que compõe o grupo. Quem já se embrenhou no cotidiano de alguma iniciativa coletiva, autogestionária, sabe que muitas vezes é mais fácil viver a relação de assalariado com um patrão, regras rígidas e tempo de trabalho delimitado do que enfrentar a construção coletiva das relações democráticas da gestão coletiva. Quem conhece o cotidiano do trabalhador rural e sua luta por terra sabe também o quanto é difícil a organização coletiva do trabalho agrícola (tendo em vista todo histórico de desconfiança em relação as cooperativas falsas criadas apenas para explorar ainda mais o trabalhador e a força que teve a Revolução Verde e tem hoje o agronegócio no cotidiano camponês). Mas mesmo assim, eles decidem, todos os dias, continuar essa empreitada.

Na coletivização, terra e trabalho – dimensões importantes da sociabilidade camponesa – foram alvos de ressignificações. Penso que essa iniciativa, assim como as muitas *outras* que se assemelham a ela, produz e é produto de outras subjetividades. Parte daquilo que se entende por terra, dentro e fora do campesinato, e parte daquilo que se entende por trabalho ganhou novas roupagens com a coletivização. São práticas discursivas produzindo materialidades e socialidades *outras*, em desalinhamento com a lógica capitalista. Não isolada dela, evidentemente, mas em desalinhamento. Ou remando contra a maré, como eles também dizem.

Terra como mercadoria, de onde se extrai riquezas. Latifúndio. Monoculturas. Na lógica camponesa, terra como vida, como trabalho, como moradia. De onde também se extraem riquezas, de outra ordem. Território sagrado. Terra sem males, onde se deposita a esperança de uma vida sem violência, sem pobreza. Para Sérgio Sauer (2010), a terra é lugar crucial no processo de constituição de identidades. É a terra livre que, habitada transforma qualitativamente a vida daquele “sem terra” a partir de novos modelos organizativos de vida e de trabalho. Um dos participantes do grupo diz:

“Eu acho que a coisa mais consciente que tem nesse grupo, e aí a gente engloba não só os mais novos, os que eram crianças na época, mas aí também os adultos, é que o mais sagrado para nós é que a terra não é um capital. A terra para nós ela é o lugar onde nós vamos viver, criar nossos filhos. Ela é apenas um instrumento para gente tirar dela o nosso sustento” (Entrevista, 2013)

Mas, para além disso, a terra da coletivização é usada de forma diferente daquela que um agricultor pode usar. Importa, para eles, mais do que a quantidade de hectares, a maneira e a sua capacidade de estarem nela, a relação estabelecida com a terra, enquanto sujeitos históricos, pessoas que a transformarão. A Agroecologia e o processo de coletivização tornam estes camponeses diferentes dos outros, de seus vizinhos de assentamento. Organizar-se coletivamente em torno de um projeto de vida incluía o elemento central da vida camponesa - a terra - foi um dos grandes desafios do grupo. A fala da militante do MPA é bem explicativa a respeito disso:

“Eu acho que a coletivização da terra é o maior exercício da coletividade porque é fácil você coletivizar um monte de coisa, agora quando você mexe na terra que é a principal coisa que me empodera como proprietário particular. Um camponês sem terra ele é um despatriado, né? Ele tá aqui hoje, amanhã ele é jogado pra ali. Quando eu tenho a minha a terra aqui, aí comadre, me tira se eu quiser! Então, a propriedade privada da terra é a essência do camponês. **Quando você abre mão disso, é uma porta aberta para várias outras aberturas.** A coletivização da terra aqui foi um exercício grandioso das pessoas individualmente em função de uma proposta” (Entrevista, 2013).

As aberturas de que ela fala são inúmeras. Trata-se, da constituição de sujeitos orientados por outros interesses, por outras formas de conceber o mundo e a sua relação. O trabalho coletivo incide diretamente sobre a terra e seus sentidos.

Para eles, trabalhar junto tem muito mais vantagens do que desvantagens, a começar pelo fato de que não vendem sua mão de obra a outro. Frigorífico, laticínios, diárias, adoecimento, violência. A lista de coisas negativas em relação a vender sua força de trabalho é extensa. Por outro lado, trabalhar os faz falar em ânimo, companhia, amizade, proteção social, solidariedade, saúde. Juntos tem conseguido adquirir equipamentos e maquinários que, sozinhos, não conseguiriam. Juntos tem conseguido se proteger de problemas e cuidarem uns dos outros. Juntos compõem uma família maior, consideram, com todos os problemas da intensa convivência, dos pontos de vista distintos, das infinitas negociações e das relações de poder que existem ali também. Forjam-se laços de parentesco a partir da luta. E isso tudo já foi dito por outros tantos coletivizadores e coletivizadoras que conhecemos em nossos estudos Brasil afora. Um dos jovens do MST diz:

“Quando você está no individual, tá trabalhando ali, você vai lá, vou vender, vou plantar e vou vender. Agora quando você está coletivamente não, você passa a pensar no todo, na quantidade maior de pessoas, de necessidades, de dificuldades, porque tudo aumenta”. Ou então, como conta uma das mulheres: “O sol tá quente, senta numa sombra cinco minutos, joga um bocado de conversa fora, volta de novo, torna a voltar pra sombra, proceia, conversa. O serviço rende no final do dia. Você olha pra trás e vê um monte de coisa que você fez” (Entrevista, 2013).

Como diz Lia Tiriba (2001), o trabalho associado é, sobretudo, pedagógico. Para os jovens que nasceram e viveram no Coletivo, o impacto é ainda maior. Em sala de aula, lutam para que “identidade camponesa” seja simbolizada positivamente e os inclua, aqueles que querem se organizar coletivamente e parte de pressupostos diferentes da grande maioria; lutam para que a escola promova uma educação para a população camponesa de fato e não que simplesmente aplique o modelo de educação voltado para o mundo urbano ou um modelo neutro. Reivindicam que a escola promova discussões e seja capaz de se pensar enquanto espaço rural, múltiplo e estimulador para o jovem, para que ele queira permanecer. Questionam as formas como os professores lidam com a juventude rural que ousa sair do projeto de vida “adolescente” da modernidade. Comentando sobre diálogos com seus professores, relatam:

“você tem que estudar porque tem que arrumar um bom emprego e tem que ser alguém na vida, né? Aí a gente fala: ué, professor, mas tem muitas coisas que a gente já é alguém na vida. Mas aí ele fala: não, mas tem que arrumar um bom emprego, ter diploma pra ganhar bem... não sei o que e vai inventando essas lorotas”. Ou então: “a professora até perguntou o que eu queria fazer e eu queria fazer alguma coisa na área social, aí ela falou: “mas você quer ser professor?” Não, eu quero estudar pra eu ter conhecimento e saber sobre determinada área, não é porque tenho que ser professor. Até porque profissão eu já tenho né? Eu sou agricultor. Eu moro no sítio. É que se passar quatro anos numa faculdade fazendo um curso de Sociologia, por exemplo, e ser um agricultor, eu perdi quatro anos. Isso na visão capitalista, do sistema.”

Viver vinte e quatro anos numa experiência de luta ensina tudo isso. As lutas também são pedagógicas, sem sobra de dúvida.

Mas de todas as aberturas (e podemos entender essas aberturas através de lentes ampliadas que permitem ver a potência do cotidiano) mencionadas por anteriormente, acredito que a transformação operada em relação a compreensão do trabalho doméstico é a que mais me chama atenção. Ainda repleto de desafios - que não estão relacionados ao capitalismo, mas ao modelo patriarcal de sociedade que vivemos, evidentemente apoiado pelo capital - a cozinha coletiva deixa marcas feministas no dia-a-dia dessas pessoas. Do varrer o chão até o roçado, tudo é considerado trabalho,

uma diferença perceptível em relação a sociedade, especialmente quando se referem ao trabalho de produção de alimentos e cuidado que é realizado dentro da cozinha.

A cozinha coletiva aparece como elemento que possibilita a existência da coletivização. Reconhecem que sem esse suporte seria impossível concretizar o grupo. O marco do grupo é o momento em que “juntaram as panelas”, dizem. A cozinha é o “motor do grupo”. Sem ela, o grupo enfraquece. Fazer a comida, a partir de alimentos cuidadosamente produzidos, para todos é já um processo imbuído de sentido político, uma vez que, na lógica do capital, sementes e alimentos são transformados em mercadorias na passagem para o modelo tecnológico de produção no meio agrícola (SHIVA, 2003).

Na cozinha todos se encontram e convivem diariamente. Comensalidade política. Construir relações de amizade e ao mesmo tempo planejar, disputar, deliberar, imaginar o que querem pra eles e para os outros. A comensalidade, que no latim significa “compartilhar a mesa”, é ritual importante nos hábitos alimentares camponeses (WOORTMAN, 1997), de onde pode-se observar a relação de profunda solidariedade (CANDIDO, 2001).

“Depois que teve a cozinha, é a comida, é tomar café juntos, são as conversas, são os passeios... Tem muita diferença na sua casa você e sua vida individual por mais que você tenha o vizinho ali pertinho...” (Entrevista, 2013).

A cozinha coletiva também se apresentou enquanto importante espaço de trabalho e de organização da vida de cada família. Significou economia nos gastos do grupo com alimentação e aumento de mão de obra. Tornou públicas a grande quantidade de atividades domésticas necessárias a sobrevivência das pessoas. Atividades que, a partir do momento em que se configuram enquanto frente de trabalho, tornam-se de responsabilidade coletiva. Deixam de ser invisíveis nas casas. Deslocam-se para o espaço público. Assim, permitem que muitas mulheres possam ocupar espaços tradicionalmente masculinos e também que alguns poucos homens ocupem espaços tradicionalmente femininos, ainda que apenas os mais jovens se disponham a isso. Diz uma das cozinheiras, sobre essa questão.

Se for pra gente trabalhar, que nem a gente trabalha no grupo, e se for pra gente fazer comida em casa - café, essas coisara assim - pra gente fica mais difícil. Então, se tiver duas ou três ali na cozinha coletiva fazendo a comida a gente facilita mais fazer o trabalho da gente, do coletivo. Os outros trabalhos que faz parte do coletivo. Facilita mais pras famílias do grupo, como no trabalho e como no espaço das pessoas de fazer suas tarefas individual mesmo. Sobra mais tempo, espaço pra fazer o trabalho individual (Entrevista, 2013)

Apesar disso, a cozinha é, de todos os locais do grupo, o menos estruturado, o que recebe menos investimentos financeiros. É que o trabalho realizado, em sua maioria, pelas mulheres do grupo é ainda desvalorizado. Predomina a visão de que é um trabalho leve e que não gera renda, ou seja, não é produtivo, enquanto o trabalho na produção agrícola é (NOBRE, 2005; TORRES & OLIVEIRA, 2011). São desafios a serem trilhados ainda para que não se perpetue o patriarcado. Nessa seara, não há de forma alguma consensos. Há disputas acirradas que vão revelando a necessidade de aprofundarem seu projeto político econômico, incorporando aí as dimensões de gênero também, a partir de uma economia feminista.

Enquanto espaço, a cozinha é exatamente o lugar do grupo. É de lá que ele pode ser visto melhor. Tanto nos pontos positivos quanto em suas contradições e vulnerabilidades. É, sem dúvida, um lugar de potência. Há pessoas se movimentando e dando cores novas, transformando antigos padrões.

No embate de forças econômicas e bélicas desse cenário de guerra a que me remeti no início da minha fala, certamente eles são invisíveis. Entretanto, no embate dos sentidos que vão sendo construídos social e materialmente, essas pessoas produzem verbo, a palavra encarnada no cotidiano, uma linguagem forte, brava e corajosa. Sozinha, isolada, essa palavra é quase inaudível, mas no conjunto das práticas e das iniciativas igualitárias que aos poucos vão se fazendo, elas constituem um território de luta, de resistência e de potência, de emancipação. Essas pessoas não são nem podem ser um monte de borboletas exóticas da Amazônia. Não devemos olhar para elas dessa forma, obscurecida pelo olhar que fetichiza, que exotiza e romantiza os processos. Ela é uma pequena iniciativa que repercute para dentro de cada um e cada uma que a vive. Repercute também, em médio alcance, para outras pessoas que se inspiram ou que a adotam como modelo ou projeto de vida.

Mas ela não é a única em Rondônia, na Amazônia, no Nordeste e no país e isso é muito importante. Como esse grupo de pessoas, há muitos outros, diferentes, tanto dentro dos movimentos sociais quanto fora, nas cidades, nos sítios, nas aldeias. São comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, indígenas (esses, por sua vez, há muito tempo vivem a partir de *outra* lógica), estudantes, profissionais, donas de casa, catadores, costureiras... gente que decidiu junto que junto era melhor. E isso fala muito do que tema da mesa nos permite pensar, das resistências e das potências. De como é sim possível construir *outras* formas de ser, apesar do capitalismo!

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em fevereiro de 2017.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2001.

CHISTOFOLLI, PI. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. Em: BENINI, E.; SARDÁ de FARIAS, M.; NOVAES, H; DAGNINO, R. (orgs) **Gestão Pública e Trabalho Associado**: fundamentos e perspectivas. Volume 2. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012

FERNANDES, B.M. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

GUSMÁN, S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-45, jan/mar. 2001.

SAUER, S. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, São Carlos v. 19, n. edição especial 1, p. 84-94, 2007.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. XX f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2011.

SPINK, K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-constructivista. **Revista Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p18-24. 2003.

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001.

TORRES E OLIVEIRA **Variações sobre trabalho leve e pesado na vida das mulheres de Izidoro e Barro Alto**. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307583823_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETODEIRAILDESLUSOAFROBRASILEIRO2011.pdf. Acesso em outubro de 2013.

WOORTMANN, K. & WOORTMANN, E. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: UNB, 1997.